

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS – PPGICH

QUEREN SILVA LIMA

QUAL É O LAR DA EMPREGADA DOMÉSTICA?
A INTERSECÇÃO ENTRE ESPAÇO, DESIGUALDADES E EXPERIÊNCIAS NO
TRABALHO DOMÉSTICO

MANAUS-AM

2024

QUEREN SILVA LIMA

QUAL É O LAR DA EMPREGADA DOMÉSTICA?
A INTERSECÇÃO ENTRE ESPAÇO, DESIGUALDADES E EXPERIÊNCIAS NO
TRABALHO DOMÉSTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas com área de concentração em Teoria, História e Crítica da Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

MANAUS-AM
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

Q4qq

Lima, Queren Silva

Qual é o lar da empregada doméstica? : A intersecção entre espaço, desigualdades e experiências no trabalho doméstico / Queren Silva Lima. Manaus : [s.n.], 2024.
110 f.: color.; 29 cm.

Dissertação - PPGICH - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024.

Inclui bibliografia

Orientador: Valle, Geraldo Jorge Tupinambá do

1. Lar. 2. empregada doméstica. 3. desigualdades. 4. experiências . 5. afetividades. I. Valle, Geraldo Jorge Tupinambá do (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Qual é o lar da empregada doméstica?

À Soninete,
pois sem seu amor eu não chegaria aqui.

*Por isso se eu renascer
Se algum dia eu reencarnar
Se eu puder escolher eu quero voltar a este lugar
milet*

AGRADECIMENTOS

Este estudo é resultado da soma de esforços e dedicação, pois sozinha não poderia ter chegado aqui. Portanto, reservo este espaço para agradecer a algumas pessoas e instituições que me prestaram apoio.

Gostaria de agradecer primeiramente às participantes que se dispuseram a compartilhar suas vidas para o propósito deste estudo, a elas serei sempre grata. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela bolsa concedida por 24 meses, que me permitiu dedicação aos estudos e incentivo em continuar, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGICH). Agradeço também ao meu orientador Geraldo Valle, pela paciência.

A jornada do mestrado não foi a mais fácil, mas desde o primeiro dia pude contar com pessoas que me mantiveram no caminho. Muito obrigada à minha mãe Soninete Santos, por me ensinar a ter uma vida leve. À minha irmã Rebeca Sena pelo companheirismo, e a toda minha família por me fazer sorrir. Agradeço à Júlia Ismar pela amizade e por me fazer companhia em meio ao caos do mestrado. Obrigada, Sarah Micaia, por uma vida inteira de jornadas compartilhadas. E agradeço com meu coração à Mikael Fernandes pelos incentivos, infindáveis apoios e escuta atenta a todas as reclamações e choros.

Por fim, agradeço a Deusa pela força que me concedeu desde o ventre, por me achar em meio à tempestade pela qual eu estava passando e por me trazer de voltar ao caminho com corpo e alma leves para cumprir meu chamado, pois já tinha dito antes mesmo de eu nascer: tu descerás à terra para seres mestra de mulheres e homens.

Por vezes acreditamos conhecer-nos no tempo, ao passo que se conhece apenas uma série de fixações nos espaços da estabilidade do ser, de um ser que não quer passar no tempo; que no próprio passado, quando sai em busca do tempo perdido, quer “suspender” o voo do tempo. Em seus mil alvéolos, o espaço retém o tempo comprimido. É essa a função do espaço.

Gaston Bachelard

...o tempo e o espaço concorrem para a produção da vida social, para o que podemos chamar de “enraizamento dinâmico” (...). É aí que deve ser buscado o fundamento do apego afetivo ou passional que liga o indivíduo ou o grupo ao território...

Michel Mafesoli

RESUMO

O trabalho doméstico é exercido no Brasil por uma maioria de mulheres negras. Historicamente, esse trabalho começou sendo delegado a escravas domésticas que eram trazidas da África pelo tráfico negreiro e, mesmo após a abolição da escravatura em 1888, essas relações entre os patrões e escravas não findaram. Após muitas lutas e conquistas, o trabalho doméstico foi regulamentado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 2015, quando a Lei Complementar nº150, conhecida como PEC das Domésticas, foi regulamentada. Ainda assim, pesquisas mostram que o número de trabalhadoras que ainda exercem a profissão de modo irregular é exorbitante. Números ainda informam que a maioria de trabalhadoras nesta função são mulheres negras e que recebem menos do que deveriam por não terem carteira assinada. Diante deste cenário, fica claro que trabalhadoras domésticas habitam, em seu cotidiano, lugares onde as diferenças sociais, simbólicas e econômicas são acentuadas, sob uma disfarçada familiaridade. Este estudo se propõe a entender o conceito de *lar* para trabalhadoras que transitam entre lugares que evocam afetividade e familiaridade ao mesmo tempo que evocam diferenças e desigualdades. A pesquisa é feita de forma bibliográfica em primeiro momento, onde há o aprofundamento em questões teóricas norteadoras; em segundo momento, a pesquisa é feita em forma de entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras domésticas. Entende-se que questões como afetividades, desigualdades e mercado de trabalho influenciam diretamente na definição do significado de *lar*, para as entrevistadas.

Palavras-chave: Empregada doméstica; Lar; Identidade; Afetividade; Territorialidade; Experiência; Lugar.

ABSTRACT

Domestic work is carried out in Brazil by a majority of black women. Historically, this work began to be delegated to domestic slaves who were brought from Africa through the slave trade and, even after the abolition of slavery in 1888, these relationships between masters and slaves did not end. After many struggles and achievements, domestic work was regulated by the Consolidation of Labor Laws (CLT) in 2015, when Complementary Law No. 150, known as PEC das Domésticas, was regulated. However, research shows that the number of workers who still work irregularly is exorbitant. Numbers also show that the majority of workers in this role are black women and that they receive less than they should because they do not have a formal contract. Given this scenario, it is clear that domestic workers inhabit, in their daily lives, places where social, symbolic and economic differences are accentuated, under a disguised familiarity. This study aims to understand the concept of home for workers who move between places that evoke affection and familiarity while also evoking differences and inequalities. The research is carried out bibliographically at first, where there is a deepening of guiding theoretical questions; secondly, the research is carried out in the form of semi-structured interviews with domestic workers. It is understood that issues such as affection, inequalities and the job market directly influence the definition of the meaning of home, for the interviewees.

Keywords: Domestic worker; Home; Identity; Affectivity; Territoriality; Experience; Place.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trabalhadores domésticos no Brasil, segundo IBGE	12
--	----

LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	AFETIVIDADES E IDENTIDADE NO ESPAÇO DOMÉSTICO	17
	2.1 Afetividades: as lógicas do mundo a partir das emoções	17
	2.2 Identidade e diferença: o outro distante.....	22
	2.3 Espaço, Lugar e Não lugar	24
	2.4 Territorialidade.....	28
	2.5 Lugares íntimos: casa e lar.....	32
3	TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: AS DESIGUALDADES E AS FAMILIARIDADES	37
	3.1 As desigualdades que moldam o Brasil: desigualdade de classe e desigualdade racial.....	38
	3.2 A origem das desigualdades raciais no Brasil: A colonização portuguesa ...	40
	3.3 Sinhás e mucamas: gênero e raça no trabalho doméstico	47
	3.4 As crias de casa: a circulação infantil e o trabalho doméstico no norte do país	53
	3.5 Lutas políticas e os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas.....	55
4	AS EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO DOMÉSTICO: AFETIVIDADES, SUBALTERNIDADE E TERRITÓRIO	59
	4.1 Sou da família, mas nem sempre: afeto e desigualdades no trabalho doméstico	60
	4.2 Vivências e resistências: as rebeldias e as formas de resistência no trabalho doméstico	70
	4.4 Meu espaço, mas nem tão meu: identidade e territorialidade no trabalho doméstico	81
5	REFLEXÕES FINAIS.....	90
	5.1 As nuances da vida das cinco marias.....	90
	5.2 As experiências e os lugares	97
	5.3 O lar.....	98
	5.4 Últimas palavras	101
6	REFERÊNCIAS	103
	APÊNDICE A – TCLE.....	107
	APÊNDICE B – UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ	109
	ANEXO A – TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL.....	110

1 INTRODUÇÃO

A família tem sido um grande vetor de mudanças ao longo da história, pois a partir das relações familiares as relações sociais são estruturadas e reproduzidas. Assim, ao núcleo familiar é instituído, socialmente, a reprodução de afetividades e cuidados que preparam o indivíduo para o mundo. Neste âmbito as mulheres ainda são preparadas para os cuidados domésticos (mesmo que não sejam nos mesmos modos de algumas décadas atrás), ou seja, são preparadas pela educação a gerir os cuidados do ambiente doméstico, mesmo que também exerçam atividades fora de casa.

Mesmo que as mudanças sociais conquistadas pelas mulheres tenham aberto portas, para uma parcela destas, para que pudessem ter acesso ao mundo público (visto como destinado naturalmente para os homens), elas não deixaram de ser responsáveis pelos cuidados privados (visto como naturalmente destinado aos homens). Portanto foi necessário que relegassem tais atividades à terceiros, ou seja, outras mulheres.

No Brasil, os cuidados domésticos foram por muito tempo destinados às escravas negras que executavam todo tipo de serviço doméstico, mas o fim da escravidão não veio acompanhado do fim da cultura burguesa, e assim a burguesia, utilizando-se de seus meios para o seu desejado fim, conseguiu manter muitas mulheres negras sob o *status* de servidão, numa espécie de escravidão informal.

Assim as empregadas domésticas surgem da necessidade das famílias de classe média e alta de terem alguém realizando as atividades domésticas para as patroas poderem focar nos cuidados dos filhos e maridos, ou para que possam exercer atividades externas. Por muito tempo seus exercícios não foram vistos como um trabalho ou emprego, inclusive excluídos da CLT em 1943, e sendo reconhecido plenamente como um trabalho regular apenas em 2015. E assim tais trabalhadoras eram tratadas como uma subcategoria de trabalhadoras.

Sendo assim, ao tratarmos do trabalho doméstico devemos falar sobre mulheres, e ao falarmos do trabalho doméstico no Brasil é certo que estamos falando de uma maioria de negras. Segundo dados do IBGE DE 2022, os trabalhadores domésticos representam um número de 5,8 milhões de pessoas, das quais as

mulheres representavam quase 92%, dessas mulheres 67,3% eram mulheres negras (figura 01).

No quarto trimestre de 2013, a categoria era composta por 93,5% de mulheres e 6,5% de homens. Ao final de 2022, as mulheres representavam 91,4% da força de trabalho empregada no setor, enquanto os homens respondiam por 8,6%. Houve, portanto, pequeno crescimento na proporção de homens empregados na atividade, em nove anos, com destaque para o período pós-pandemia. [...]

Além de ser um ofício feminino, outra característica marcante do trabalho doméstico no Brasil é que ele está relacionado ao nosso passado escravocrata. Nesse sentido, há maior participação de mulheres negras na ocupação, com tendência de crescimento nos últimos anos. No quarto trimestre de 2022, as trabalhadoras negras representavam 67,3% do total de mulheres da categoria e as não negras, 32,7%. Em 2013, a participação de mulheres negras no trabalho doméstico feminino era de 63,9%, contra 36,1% de mulheres não negras. Na verdade, com exceção do período pandêmico, houve crescimento constante da proporção de mulheres negras e redução das não negras na atividade, no período analisado (DIEESE, 2023, pp. 4-6).

Figura 1: Trabalhadores domésticos no Brasil, segundo IBGE



Fonte: DIEESE, 2023

Diante deste cenário, fica claro que trabalhadoras domésticas habitam, em seu cotidiano, lugares onde as diferenças sociais, simbólicas e econômicas são acentuadas, sob uma disfarçada familiaridade. Logo este estudo se propôs, por meio de estudo de campo e revisões bibliográficas, entender o conceito de lar para trabalhadoras que transitam entre lugares que evocam afetividade e familiaridade ao mesmo tempo que evocam diferenças e desigualdades.

Mesmo após as muitas conquistas no âmbito de seus direitos trabalhistas, muitas trabalhadoras ainda se encontram em situações de vulnerabilidade social, onde os números de trabalhadoras sem carteira assinada ou participação no FGTS apenas vem aumentando nos últimos anos. Além disso, as desigualdades sociais existentes não foram apaziguadas, constituem, ainda, a base do emprego doméstico.

Estas desigualdades tornam a trabalhadora doméstica o ser “fora de lugar” no ambiente doméstico onde exerce suas atividades. Vistas como inseguras e diferentes, suas culturas e saberes são, muitas vezes, negados ou inferiorizados. Além disso, a relação que é estabelecida entre a família de patrões e a empregada quase nunca é a relação de emprego convencional, onde os papéis do empregado e empregador são bem estabelecidos e respeitados. Na realidade, as empregadas domésticas vivenciam uma relação de falsa afeição familiar, em que são tratadas como sendo “quase da família”, sem nunca sair do “quase”, e estas vivências estreitas deixam espaço para irregularidades por partes dos patrões, que acabam renovando e perpetuando as desigualdades.

Sendo assim, chegamos a uma pergunta curiosa: o que é o “lar”, para esta figura considerada como não-pertencente, ao mesmo tempo em que é tida, em discursos, como sendo “da família”? Justifica-se este estudo, portanto, no sentido de contribuir para enriquecer o corpo de conhecimento existente sobre o espaço e as particularidades que este pode evidenciar, trazendo como foco diferencial a trabalhadora doméstica em sua jornada de papéis sociais e econômicos dentro dos espaços residenciais de atuação.

Bachelard (2008, p. 26), em “A poética do Espaço”, diz que a “casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, lembranças e sonhos”, isto porque ela é um espaço que abriga as experiências vividas, e ao sensibilizar seu espaço (conectar seus sentimentos ao lugar) uma pessoa passa a viver este abrigo com base em seus sentimentos e desejos. Assim, a casa é “uma configuração simbólica” (Baudrillard, 2006, p. 22), e os significados que ela contém envolvem as dinâmicas familiares, configurações sociais e hierárquicas e os desejos de seus usuários. A empregada doméstica ou as crias de família (as quais abordaremos melhor no capítulo 3), não estão distantes dessa configuração simbólica, afinal elas fazem parte dos rituais cotidianos, e sendo incluídas ou não como “parte da família” elas estão presentes nos significados que a casa simboliza.

Portanto, para compreender os significados que a casa carrega, é preciso, como sugere Bachelard (2008), entender as sutilezas da vida, do cotidiano e das experiências que levam àquele significado específico do espaço. Desse modo, para compreendermos os significados do lar, precisamos, antes de tudo, entender as experiências da vida que levaram a estes significados. Como podemos entender o lar de uma trabalhadora doméstica?

Ora, uma trabalhadora doméstica, como o nome sugere, exerce funções no espaço doméstico de manutenção residencial e bem-estar de seus moradores, portanto são atividades que estão diretamente conectadas com o cuidado familiar, função historicamente relegada às mulheres, tornando difícil manter-se distante afetivamente. As empregadas exercem suas funções na casa de outras famílias e no caso da cria de família ela exerce funções na casa da sua *suposta* família. Deste modo a casa é para essas mulheres o grande cenário de suas vivências e memórias, e não apenas sua própria casa, mas várias outras casas, as casas de outros. Assim, elas possuem mais de uma referência de residência para contribuir com o significado de lar.

Partindo da lógica de entender as nuances da vida para chegar ao significado de lar, sugerida por Bachelard (2008), é preciso entender como são significadas as experiências com as pessoas e como o espaço. Portanto David Le Breton (2019) debate como as afetividades envolvem a construção do sujeito, desde suas relações primárias, quando está sendo educado dentro de um sistema cultural carregado de lógicas, até suas relações em sociedade como um indivíduo ativo, como no mercado de trabalho, pois não existe processo cognitivo sem influência das afetividades, uma vez que somos seres afetivos. Estas afetividades acabam dando significado às experiências vividas em sociedade e contribuindo para a formação das identidades.

Yi-Fu Tuan (2013), por sua vez nos fala que as experiências vividas são capazes de carregar os espaços com significados, ou seja, em nossas práticas de vida somos capazes de olhar afetivamente para o espaço, guardando-o em memórias e transformando-os em lugares. Lugares são, portanto, locais carregados de memórias e sentimentos, onde foram vivenciadas socializações que ajudam a compreender e significar o mundo. Assim para compreender os significados de lar das trabalhadoras domésticas foi preciso entender, primeiramente, como elas

significam seus mundos, e como o espaço residencial e o trabalho doméstico afetam esta significação.

O estudo partiu do ponto de vista das trabalhadoras domésticas, portanto foram evidenciadas construções históricas e sociais desta classe de trabalhadoras, desde o período escravocrata até os dias atuais. Logo o ponto de vista das patroas apenas se encontra presente quando analisadas de outras obras. Dessa forma, o objetivo principal do estudo foi compreender os significados de lar para as empregadas domésticas, cujo trabalho as fazem transitar entre lugares que possuem diferenças sociais, econômicas e simbólicas, que permeiam diretamente suas identidades e suas formas de pertencer; Entender os fatores socioculturais contribuintes para as diferenças de perspectivas, entre os grupos sociais, dentro do espaço residencial; analisar os papéis sociais atribuídos às mulheres negras, no Brasil colonial e pós-colonial; entender os significados do espaço residencial para a mulher negra no Brasil, sob a perspectiva de sua experiência histórica; buscar as características do trabalho doméstico no Brasil e em específico no Amazonas; entender como as relações sociais ocorrem no espaço de trabalho para as trabalhadoras domésticas e analisar o impacto das vivências sociais de trabalho para as vidas pessoais das trabalhadoras domésticas.

Para isto foram feitas entrevistas com cinco mulheres, residentes da cidade de Manaus. Com três delas já havia uma aproximação anterior por grau de parentesco ou amizade, e as outras duas foram apresentadas por amigos próximos. Três das entrevistadas são ou foram empregadas domésticas; uma é cria de família onde exerce as atividades domésticas, a outra é filha de uma empregada doméstica. As entrevistas foram feitas em uma ou duas sessões de conversas, que partiam de roteiros pré-estabelecidos e eram gravadas. Vale salientar que, antes da abordagem com as entrevistadas e das respectivas entrevistas, foi necessária a realização de documentações (Apêndice 1 e 2) que permitissem a abordagem com pessoas junto ao CEP. Somente após a leitura e assinatura das participantes é que começávamos as conversas e as gravações e, assim, para preservar a imagem das participantes todos os nomes utilizados são fictícios.

A partir da discussão com o objeto e com as teorias foi possível fazer uma reflexão sobre os campos e os questionamentos existentes. Logo foi possível entender que o significado de lar é produzido dentro das interações sociais, partindo

do entrelaçamento entre as experiências vividas em grupo, as afetividades que essas relações produzem (positivas ou não) e as desigualdades evidenciadas pelo trabalho doméstico. A casa não será sempre o lar real de algumas mulheres, tendo em vista que é justamente a casa que carrega o símbolo de opressão para elas. Para estas mulheres, as que foram entrevistadas, o lar simboliza o alcance de seus desejos afetivos, sejam os desejos de mudanças sociais (sair do papel de subordinado para o de superior ou igual) ou de mudança de ambiente (mudar de residência, mudar de família ou passar a possuir o próprio espaço). Portanto “possuir” muitas vezes aparece como importante para definir um lar, pois não basta viver com pessoas onde afetivamente é aceito, é preciso alcançar o que foi negado por um tempo: o acesso ao próprio espaço. Ou por vezes o sentimento de “ser aceito” é o mais relevante para indicar *onde* é ou *o que* é um lar. Por conseguinte, lar não é exatamente um espaço, lar é o resultado de sentimentos e experiências. Por isso, esta dissertação foi elaborada em três capítulos, de modo a formar um diálogo para que possamos entender as falas das entrevistadas.

No Capítulo 2, fazemos uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de afetividades, espaço, lugar e territorialidade, para que possamos compreender como os modos que significamos nossas relações sociais também afetam os espaços que habitamos, assim como para que possamos compreender como nossas relações sociais podem ser compreendidas através do espaço, seja pelas configurações espaciais ou pelos ordenamentos de objetos.

No capítulo 3, fazemos uma revisão histórica do trabalho doméstico no Brasil, mostrando como este está carregado de desigualdades de classe, raça e gênero, e como estas desigualdades ainda persistem até hoje na sociedade brasileira.

No capítulo 4, abordamos três pontos de análise das experiências que são/foram vividas no trabalho doméstico: (1) afeto e desigualdade, (2) rebeldias e resistências e (3) identidade e territorialidade pontos este que são ambíguos e contraditórios, e por isso mesmo trazem tantas desigualdades às empregadas domésticas.

O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento.

Yi-Fu Tuan

2 AFETIVIDADES E IDENTIDADE NO ESPAÇO DOMÉSTICO

Uma das características interessantes que possuímos é a capacidade de conectarmos emoções e sentimentos a lugares e objetos. Isto porque ao longo de nossas vidas passamos por experiências que podem ser marcantes e essenciais para definirmos uma forma de ver o mundo, e estas experiências se enraízam nas nossas memórias a partir de símbolos físicos, como o espaço ou os objetos. A partir das nossas interações o espaço ganha significados, armazenados em nossas memórias carregados de afetividades e histórias, e podemos assim tornar aquele espaço nosso território, algo que podemos chamar de nosso, nos identificando e acomodando-nos ali.

Neste capítulo, iremos explorar como as experiências pelas quais passamos podem influenciar na forma que significamos o mundo ao nosso redor e como estes significados influenciam diretamente na formação de conceitos como *lar* e *lugar*. Este momento do estudo se caracteriza como uma revisão teórica de conceitos que irão embasar nossas análises sobre as experiências de empregadas domésticas, no capítulo 4.

2.1 Afetividades: as lógicas do mundo a partir das emoções

2.1.1 O ciclo das afetividades

Nós somos seres complexos, temos o desejo de preencher com sentido a realidade em que vivemos. Por isso, ao longo de nossas vidas, trabalhamos incessantemente para que o mundo tenha algum sentido e significados para nós. Nossas capacidades cognitivas e sensoriais nos ajudam nessa missão, conseguimos apreender o mundo ao nosso redor através de nossos sentidos, e as experiências que

vivemos nos permitem, de diversas maneiras, construir e entender a realidade em que vivemos.

A vida é marcada pelos sentimentos, que são voláteis; logo, podem mudar com o passar do tempo a depender das circunstâncias. Essas mudanças podem afetar a forma como enxergamos o mundo, ou até mesmo nossas relações com outras pessoas, de qualquer modo somos seres “afetivamente presentes no mundo” (Breton, 2019, p. 137). Em todos os momentos de nossa vida a afetividade nos envolve, mesmo que de forma inconsciente, seja em nossas relações com outras pessoas, com objetos, ou com o ambiente, pois são frutos de nossos sentidos aliados as nossas interpretações individuais sobre determinadas situações (Breton, 2019).

Ao vivermos uma experiência, a mínima que seja, nosso corpo tem algumas sensações (aquelas apreendidas por nossos sentidos), o que desencadeia pensamentos e emoções. “As emoções dão colorido a toda experiência humana, incluindo os níveis mais altos do pensamento. (...) [e] o pensamento dá colorido a toda experiência humana, incluindo as sensações primárias de calor, frio, prazer e dor” (Tuan, 2013, p. 17). As emoções são, na natureza, reações do organismo às mudanças que ocorrem no meio, sinalizando possíveis situações de perigo, e ativando formas de defesa ou possíveis soluções. Algumas condições, externas e internas do organismo, podem provocar reações comportamentais como reação bioquímica, física, expressiva e motora.

Dessa forma, estamos observando e avaliando nosso meio a todo instante, até de forma inconsciente, e dessa avaliação resultam as emoções, que compreendem as mudanças apreendidas por nossas percepções e as sensações corporais que ocorrem devido as alterações orgânicas de nosso corpo. Biologicamente é assim que nascem nossas emoções, porém sua ativação e formas de expressão não são unicamente respostas naturais (Mesquita, Batista, & Silva, 2019).

O ser humano, vivendo em sociedade, aprende os códigos e modos sociais/culturais de comunicação através do seu contato com o outro. Esta interação permite aprender formas de dar significados ao mundo e entender a sua posição de sujeito em meio a malha social que habita. A forma primária, e mais comum, de aprender o significado do mundo ao seu redor é através da comunicação. Na comunicação as palavras e sinais trazem em si o significado de cada coisa, então ao

aprender uma palavra aprende-se o significado do que *é* e o que *não é*, e isto apenas faz sentindo dentro das lógicas do sistema de palavras. O significado da palavra “*mesa*” só faz sentindo dentro de uma cadeia de outros significados que não são a mesa, ou seja, “é apenas uma maneira conveniente e abreviada de dizer ‘isto não é porco’, ‘não é árvore’, ‘não é casa’ e assim por diante” (Silva, 2014, p. 77). A comunicação auxilia também na transmissão das práticas não verbais comuns de um determinado grupo, com a utilização de expressões corporais (como o sorriso). Através dela (comunicação), a criança assimila primeiramente os significados e as lógicas do mundo e então como reagir e interpretar a presença do outro através de seu corpo (acenar, cumprimentar, manter certa distância, sentar, reagir a determinados sons, gestos faciais e corporais etc.). Este contato da criança com o outro permite que ela seja educada dentro dos padrões sociais exigidos para tornar-se um ator social, ou seja, permite que ela conheça as lógicas sociais que são compartilhadas por um grupo, tendo a inteligibilidade para saber se expressar dentro dessa lógica e interpretar ao outro. Porém, exercer estes códigos passa pela influência da história individual, posição social e psicológica de cada indivíduo, ou seja, pelas formas de apropriação individual da cultura e dos valores morais individuais por parte do sujeito, existindo assim as diferenças dentro de um mesmo grupo (Breton, 2019).

No processo de educação, o adulto passa para a criança seus valores e códigos sociais, através dessa educação as afetividades e suas formas e expressões também são passadas e assim a educação perpetua o ciclo de transmissão das afetividades, que sofrem influência do tempo e da história. A afetividade é, portanto, parte desta educação social pela qual o ser humano passa ainda criança, sendo apreendida através das interações sociais, carregadas dos valores e lógicas culturais. É pelo contato com o outro que emanam as afetividades, assim como aprendemos as formas de nos comunicar dentro de um grupo, aprendemos, ao mesmo tempo, as formas de expressar e entender as afetividades. Logo, os modos de pensar e agir estão carregadas destas lógicas vindas da educação, que ajudam a moldar uma forma de entender o mundo que, como foi dito anteriormente, pode mudar com o passar do tempo e com as circunstâncias, sendo muitas vezes até contraditórias (Breton, 2019).

Todo o processo de pensamento é embasado nos valores e significados que são compartilhados por um grupo, afinal, “não existe processo cognitivo sem trabalho afetivo e vice-versa. A inteligência não pode ser concebida sem uma afetividade que

nela se impregne” (Breton, 2019, p. 145), portanto, quando alguém avalia e interpreta uma situação, a avaliação ocorre com base nos significados que foram adquiridos socialmente com influência das sensibilidades individuais, assim o ato de pensar é permeado de efetividade, passando pela forma de ver o mundo e lidar com O outro (Breton, 2019).

A ideia de opor a *razão* à *afetividade* nega assim que ambas são formadas no seio das mesmas lógicas localizadas social e culturalmente, logo, ambas possuem a mesma base ideológica, que se resume aos modos de ver o mundo. A afetividade é assim o clima moral que envolve a relação do indivíduo com o mundo e a ressonância dos acontecimentos cotidianos no íntimo individual. Ela possui diferentes traços, como o humor, o sentimento e a emoção. O humor é um clima afetivo provisório. O sentimento é a tonalidade afetiva que é sobreposta a “um objeto, a qual é marcada por sua duração e homogênea em seu conteúdo senão em sua forma” (Breton, 2019, p. 140), ele evidencia os gestos, sensações corporais e as lógicas adquiridas socialmente. A emoção é a disseminação de um acontecimento na relação que o indivíduo tem com o mundo, ela

(...) preenche o horizonte, ela é breve e explícita em seus termos gestuais – mímicas, posturas e modificações fisiológicas. O sentimento instala a emoção no tempo, diluindo-a numa sucessão de momentos conexos: ele implica uma variação de intensidade que [se encontra], entretanto, numa mesma linha de significado (Breton, 2019, p. 140).

Na psicologia, os sentimentos e emoções se diferenciam entre si pela sua instabilidade: enquanto a emoção é caracterizada como circunstancial e transitória, os sentimentos são marcados como mais estáveis e duradouros, porém ambos têm seu desenvolvimento na apropriação cultural do indivíduo em meio a sua socialização. Ambos nascem da relação do indivíduo com a situação que é avaliada e interpretada por sua percepção íntima, seja esta avaliação intuitiva ou não ela perpassa seus valores culturais e relações sociais, vivos em sua memória (Breton, 2019; Mesquita, Batista, & Silva, 2019).

2.1.2 O papel da memória afetiva

As memórias são formadas pelas afetividades, logo elas são como quadros carregados de significados que são evocados em determinadas situações. Os significados que são atribuídos às novas experiências dependem muito delas, podemos falar da memória não como sendo uma sequência de eventos, mas antes como uma sequência de símbolos, que podem ser invocados numa experiência presente e, também, serem reconstruídas. Quando estamos vivendo uma situação diferente evocamos memórias que trazem as lógicas pelas quais exprimimos nossas emoções, que nos ajudam a dar significado para o que estamos vivendo, ou seja, procuramos nas memórias respostas para perguntas como “o que estou vivendo? O que estou vendo? O que eu deveria ver? O que significa?” (Kociatkiewicz & Kostera, 1999).

Porém os significados que são atribuídos ao mundo divergem entre as pessoas devido às diferenças culturais e sociais. Os significados são produtos do processo cultural, onde os discursos sociais (localizados cultural e historicamente) criam e fornecem identidades individuais e coletivas, através da representação, esta fornece ao indivíduo um lugar do qual falar, fornecendo junto possíveis respostas para perguntas como “quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (Kociatkiewicz & Kostera, 1999, p. 18, tradução nossa), assim, os significados são fornecidos ao indivíduo no processo de socialização como resposta para o mundo existente, contendo uma lógica para a relação do indivíduo com os outros, com os objetos e com seu meio (Kociatkiewicz & Kostera, 1999).

A memória é, portanto, parte importante do ato de significar as experiências, por carregarem as lógicas sociais e códigos culturais que ativam nas emoções respostas às novas situações. Quando trazidas à tona essas memórias podem ser reafirmadas ou reconstruídas. Numa circunstância em que não se sabe como julgar, por ser nova ou confusa, as memórias trarão lógicas de como interpretar esta situação, como quando estamos em uma cidade pela primeira vez e não sabemos onde ficam postos de informações, ponto de táxi ou ônibus, e a primeira reação é procurar placas de informação ao redor, pois normalmente nas entradas das cidades essas informações estão espalhadas como alerta aos visitantes. Nós já possuímos a informação da existência da placa em nossa cidade natal, pois já passamos por lá, já criamos uma experiência, agora a memória trás essa informação e aplicamos a lógica

das placas nesta outra cidade, pode até ser que não tenham placas informativas, mas vamos buscá-la devido a experiências passadas (Kociatkiewicz & Kostera, 1999).

2.2 Identidade e diferença: o outro distante

Entendemos que quando somos pequenos indivíduos, ainda crianças sendo educadas, passamos pelo processo de aculturação, onde aprendemos as regras sociais e culturais do local que nascemos, este aprendizado é adquirido a partir das relações sociais. É na infância que passamos a olhar o mundo através das nossas relações afetivas: observamos os adultos e aprendemos a partir deles a nos comunicar, a expressar nossas emoções, a controlar nossos sentimentos, a agir em público e em privado, aprendemos, enfim, a viver em sociedade. Neste processo, nossas potencialidades cognitivas são acrescidas com modos de compreender o mundo que ficam armazenados em nossas memórias, podendo ser modificados ou potencializados a qualquer momento. Ou seja, os significados do mundo são produtos culturais, que carregam em si os modos de relações sociais, eles são arbitrariamente impostos e reproduzidos, e influenciam diretamente nossas relações com o outro.

A identidade é produto do mundo social e cultural, ou seja, não é inerente de nossa natureza, ela é “ativamente produzida” (Silva, 2014, p. 76), em nossas relações. Ela está contida dentro de um sistema de significação, onde as coisas adquirem sentido, e só pode ser compreendida dentro deste sistema. Assim como acontece com as palavras a identidade apenas existe na presença daquilo que não é (isto é uma mesa, pois não é uma árvore), ou seja, a identidade depende da diferença para sua existência, “a declaração de identidade, ‘sou brasileiro’, [...] contém em si mesma, o traço do outro, da diferença – ‘não sou italiano’, ‘não sou chinês’ etc.” (Silva, 2014, p. 79).

Como produto social, a identidade está sujeita às relações de poder existentes na sociedade, ela é imposta de forma arbitrária por aqueles que detém o poder e a força de impor e afirmar a identidade e as diferenças, pois o ato de afirmar uma identidade é também o de estabelecer fronteiras entre o que é e o que *não é*; entre o que é “de dentro” e o que é “de fora”; entre “eles” e “nós”. Esta imposição, afirma e reafirma o poder daqueles que podem definir quem pertence e não pertence. Silva

(2014) salienta que essa divisão do mundo social entre “eles” e “nós” faz parte do sistema de significação, processo central na vida social (que é apreendido na socialização), esta divisão ordena o mundo em classes e grupos, e os hierarquiza. Uma das formas de hierarquização é a normalização, que determina certas identidades como padrão, de forma arbitrária e artificial, para o que seria considerado “normal”, esta identidade padrão carrega em si todas as características positivas, e as identidades que fogem desse padrão são consideradas negativas, sempre avaliadas em comparação à identidade padrão (Silva, 2014).

O sistema de significação ordena o mundo atribuindo significados e sentindo a tudo em nossa volta, um desses sistemas, associado diretamente a identidade e diferença, é o de Representação. A representação é um sistema de signos externos de atribuição de sentido, expresso de modo físico, como através de filmes, fotografias, pinturas e vestimentas. Assim, é por meio dela que a identidade e a diferença alcançam sentido e acontecem de existir, afinal “representar significa, neste caso, dizer: ‘essa é a identidade’, ‘a identidade é isso’” (Silva, 2014, p. 91), e é assim que a identidade e a diferença se inserem nos sistemas de poder, pois quem tem o poder de representar tem também o poder de estabelecer a identidade (Silva, 2014).

Alguns estudos culturais se voltam para a análise do hibridismo, que “aludem a alguma espécie de mobilidade entre os diferentes territórios da identidade” (Silva, 2014, p. 86), voltados para a análise de identidades nacionais, raciais e étnicas, ou seja, a mistura entre as diferentes classificações destas identidades, como a miscigenação entre raças ou nacionalidades. Esta discussão questiona a “pureza” que muitas vezes é reivindicada para tais identidades, mostrando que tais classificações são de origem histórica relacionadas a interesses de grupos com poder. A identidade identificada como híbrida não é mais nenhuma de suas identidades originais. Ela ocorre principalmente do contato entre identidades quando há o “cruzamento de fronteiras” geográficas, como o movimento migratório de refugiados de guerras, ou metafóricas, “mover-se livremente entre territórios simbólicos de diferentes identidades” (Silva, 2014, p. 88). Ambos os movimentos proporcionam a experiência de “não se sentir em casa”, embora um seja mais traumático que outro, pois o indivíduo sente-se posicionado como o “outro”, como o que é “de fora”, ou seja, não pertencente. Silva (2014) chama a atenção para mais um movimento envolvendo as fronteiras entre identidades: o estar na fronteira. Ao cruzar fronteiras as diferenças

entre identidades são evidenciadas, mas é estar *na* fronteira e em seus “limiões, nos interstícios, que sua precariedade se torna mais visível” (Silva, 2014, p. 89), pois é onde são evidenciados o caráter artificial e arbitrário das identidades impostas (Silva, 2014).

É importante notar que as identidades representadas pela cultura e seus discursos são produzidas e reproduzidas em contexto histórico e político, de acordo com a necessidade dominante, logo a prática da significação envolve as relações de poder, definindo quem é incluído e quem é excluído. Esse sistema acaba contribuindo com a validação e perpetuação das diferenças e desigualdades sociais. Assim, nosso aprendizado familiar na infância somados com as relações sociais, relações culturais e econômicas atuais marcam nossas posições identitárias, dando significados às nossas experiências ao mesmo tempo que moldam nossas identidades (Woodward, 2014).

A significação nos permite atentar nosso olhar para prioridades que tragam sentido ao nosso mundo. Os símbolos dizem para as pessoas “o que elas estão vendo, o que elas deveriam ver, e o que significa quando elas veem” (Kociatkiewicz & Kostera, 1999, p. 4, tradução própria). Ao escolhermos olhar o mundo por uma perspectiva única estamos nos abstendo de outras perspectivas, mas sempre podemos fazer um esforço para entender outras perspectivas, ou seja, entender as experiências de vida de outras pessoas e como essas experiências moldaram sua realidade.

2.3 Espaço, Lugar e Não lugar

Sempre que vamos contar alguma história precisamos localizá-la, para que faça sentido a quem escuta. Informamos datas e locais, e por mais que não consigamos lembrar as datas corretas, os locais irão montar o cenário. O espaço, ou a falta dele, é necessário para contextualizar, afinal o “espaço tem história (ou talvez, seja a história)” (Kociatkiewicz & Kostera, 1999, p. 3, tradução própria).

Viver uma experiência e criar uma memória significa ter um local onde vivenciar aquilo, assim o espaço físico é capaz de proporcionar interações entre pessoas e objetos, é no espaço que temos a oportunidade de criar memórias e

significados. Deste modo, o espaço arquitetônico pode ser um símbolo do “cosmos”, este cosmo é o mundo criado a partir dos significados e símbolos que envolvem as crenças e as lógicas escolhidas para que a realidade tenha algum sentido, ou seja, as formas de ver o mundo, apreendidas pelo indivíduo na socialização, que o fornecem lógicas para se relacionar com os outros, com o meio e com os objetos. Portanto um dos caminhos para compreender outras realidades é através das narrativas do espaço organizado. Um exemplo claro que podemos citar são as catedrais da Idade Média, que traduziam seus dogmas e significado de mundo em sua estrutura:

As gravuras nos vitrais das janelas são textos que explicam os ensinamentos da Bíblia para os fiés analfabetos. Há inumeros sinais indicando a doutrina cristã, a prática e o mistério: a água benta, a luz bruxuleante das velas, as imagens dos santos, o confessional, o púlpito, o altar e a cruz podem ser citados como exemplos. A alguns simbolos os fiés respondem com um ato mais ou menos automático, como ajoelhar-se. Outros simbolos evocam ideias específicas. A cruz sugere sofrimento, expiação e salvação. Finalmente, a catedral como um todo e em seus detalhes é ums símbolo do paraíso (Tuan, 2013, p. 142).

Espaço é um termo que pode expressar ideias diferentes entre as culturas. O termo é empregado para situações geográficas (extensão, distância), mas também para várias expressões de diversas instituições – “espaço aéreo, espaço judiciário, espaço publicitário etc.” (Augé, 2012, p. 78). Para Tuan (2013), o espaço passa a existir a partir da experiência de se mover, assim o espaço é movimento. Quando nos movemos tomamos consciência do espaço ao nosso redor (e quando não conseguimos também), o organizamos com a experiência e o preenchemos com sentidos de direção (frente, atrás, cima, baixo). Se nos encontramos em um ambiente novo um de nossos primeiros reflexos para entender o caos é de tentar nos localizar em meio a esse espaço. Centramos nosso corpo e definimos onde é frente, onde é trás, por onde entrar, como sair. Fazemos um esforço para identificar seus detalhes, gravamos os objetos e rotas para reconhecê-los caso passemos por ali. Logo em seguida nos movimentamos, e esse movimento de se deslocar de um ponto para o outro nos permite organizar mentalmente o espaço, identificando as localizações de seus objetos e criamos assim um mapa mental com os seus lugares e objetos (Tuan, 2013; Augé, 2012).

O espaço é organizado por objetos, e quando conseguimos identificá-los, o espaço se torna familiar. Além de reconhecê-los sabemos também suas funções e suas localizações. O lugar é um objeto no espaço, mas uma categoria especial de objeto. O lugar não pode ser movido como um objeto, mas pode ser identificado, dotado de valor e sentimentos como outros objetos no espaço. Quando nos movemos de um ponto de referência para outro e esse movimento nos permite a familiaridade. Essa familiaridade pode ser experienciada de diversas formas “como a localização relativa de objetos e lugares, como as distancias e extensões que separam ou ligam os lugares, e – mais abstratamente – como a área definida por uma rede de lugares” (Tuan, 2013, p. 22).

Dessa forma, se o espaço é movimento, então o “Lugar é uma pausa no movimento” (Tuan, 2013, p. 169). Uma pausa até outro objeto ou até outro lugar, ou para um não-lugar. Esta pausa é o que confirma o reconhecimento e o valor do Lugar. Augé (2013) se refere ao lugar como “lugar antropológico”, pois apenas a palavra “lugar” não consegue dar conta de toda a complexidade social que um lugar carrega. Um lugar se configura pelas experiências que temos, tanto com outras pessoas como com objetos, estes contatos nos permitem atribuir significados e memórias que são relacionados àquele lugar, logo, as afetividades que temos são importantes na definição dos lugares. Se tivermos sentimentos negativos o lugar pode ser um lugar que não nos agrada e se tivermos bons sentimentos associamos o lugar como um lugar confortável (Tuan, 2013; Augé, 2012).

Notemos que assim como o espaço é movimento ele também pode ser elemento de opressão, pois se o movimento é oprimido, aquele espaço se torna local de imposição do poder. O que se vê é que o lugar é o espaço dotado de significados, mas, historicamente, quando os lugares são significados através da opressão e violência eles se tornam símbolos da opressão e violência.

Segundo Augé (2012), os lugares possuem três características: eles são identitário, relacionais e históricos. Imaginemos uma prateleira com alguns objetos organizados nela, cada objeto ocupa o seu espaço, não ocupa o espaço de outro, e eles podem estar organizados em categorias específicas ou não, de qualquer forma cada objeto tem sua característica própria e ainda assim eles estão convivendo num lugar comum, a prateleira. Ao olharmos para eles podemos relacioná-los, pensar sobre qual é a identidade partilhada que permite que eles estejam juntos ali: eles estão

ali por que é uma prateleira de objetos de lembranças? Por que são objetos que podem ser alcançados com mais facilidade naquela posição? São objetos que devem ser mantidos longe de animais e crianças? Quando olhamos para esses objetos os relacionamos e pensamos sobre suas identidades partilhadas e não na identidade singular de cada um.

Augé (2012), diz que no lugar podem coexistir elementos que são distintos, cada um com uma identidade singular, mas que isso não evita pensar a identidade partilhada que os permitem estar naquele lugar comum. Esta relação entre esses elementos se dá por uma “estabilidade mínima” (Augé, 2012, p. 53), o lugar comum. Ao olhar para um lugar, aquele que o define como tal terá em suas memórias as relações diversas que ali teve, sejam elas breves ou duradouras, verá significados nas pequenas coisas que escapam à história científica encontrada nos livros. “Por isso é que aqueles que nele vivem podem aí reconhecer marcos que não tem que ser objetos de conhecimento. O lugar antropológico, para eles, é histórico na exata proporção em que escapa à história como ciência” (Augé, 2012, p. 53).

Assim o Lugar é apenas uma ideia do que realmente representa para quem o habita, pois evoca memórias e significados que variam de acordo com os significados do mundo que o indivíduo possui, mas que “propõe e impõe uma série de marcas [...] cuja ausência, quando desaparecem, não se preenche com facilidade” (Augé, 2012, p. 54). Em uma casa normalmente temos mais de uma pessoa convivendo, mais de uma identidade, assim naturalmente os objetos e pessoas tem um lugar próprio estabelecido, o lugar das crianças brincarem, o espaço para estudo, o local para descanso etc. Esses lugares recebem suas configurações em conjunto, todos chegam a um consenso sobre os seus usos e estabelecem uma relação entre si. Os que moram naquela casa entendem as configurações e entendem o porquê de elas serem assim, ou seja, entendem a história por trás de cada configuração (Augé, 2012).

Quando estamos num espaço o qual não conseguimos defini-lo como identitário ou relacionais ou históricos, ou seja, não representa uma possibilidade de pensar as identidades partilhadas e as relações estabelecidas no lugar comum, como na casa, então pode se tratar de um não lugar. O não lugar é o oposto do lugar, enquanto o lugar propõe um “social orgânico” o não lugar propõe experiências de solidão e similitudes.

Vê-se bem que por não lugar designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Se as duas relações se correspondem de maneira bastante ampla e, em todo caso, oficialmente (os indivíduos viajam, compram, repousam), não se confundem, no entanto, pois os não lugares medeiam todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só dizem respeito indiretamente a seus fins: assim como os lugares antropológicos criam um social orgânico, os não lugares criam tensão solitária (Augé, 2012, p. 87).

2.4 Territorialidade

O lugar se configura pelas experiências que temos, tanto com outras pessoas como com objetos, estas experiências nos permitem atribuir significados e memórias que são relacionados àquele lugar, logo, os sentimentos que temos são importantes na definição dos lugares. Um conceito que pode ser relacionado ao de lugar é o de Territorialidade.

Território pode ser configurado como um espaço apropriado por um indivíduo, que pode ser definido e “delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões” (Albagli, 2004, p. 26), ou seja, o território pode sofrer influência das ações de uma ou mais pessoas e das suas configurações sociais. O território não se limita à sua forma física, pois naquele espaço se projetam relações sociais, ele também pode ser construído em “diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta” (Albagli, 2004, p. 26), sendo assim o território resulta da relação entre tempo, espaço e relações sociais (Albagli, 2004).

Kasper (2006), nos fornece um excelente exemplo de território em seu estudo sobre cultura material dos moradores de ruas em São Paulo. Ele aborda a forma como tais indivíduos se apropriam de espaços na rua e o transformam em seu território. Os abrigos que esses moradores constroem nas calçadas, embaixo de viadutos e pontes ou becos pela cidade, são construídos em meio a configurações sociais de relações de poder, apesar de definir tal território como próprio eles necessitam constantemente se prevenir contra órgãos públicos que exercem seu poder retirando-os desses locais ou até mesmo contra outros moradores de ruas que podem querer se apropriar de seus pertences. As formas que os seus espaços são organizados são pensando tanto nessas possibilidades como nas necessidades que precisam ser sanadas – comer, dormir, se higienizar, armazenar (Kasper, 2006).

Assim como as formas de atribuir significados às nossas experiências são diferentes entre as sociedades, o significado de território também sofre divergências entre as sociedades, estes significados também podem mudar de acordo com o tempo histórico que se vive, logo, as formas de organizar o território podem mudar. Albagli (2004), diz que as diferenças de territórios estão vinculadas em várias dimensões, como:

- a) dimensão física – suas características geocológicas e recursos naturais (clima, solo, relevo, vegetação), bem como aquelas resultantes dos usos e práticas dos atores sociais;
- b) dimensão econômica – formas de organização espacial dos processos sociais de produção (o que, como e quem nele produz), de consumo e de comercialização;
- c) dimensão simbólica – conjunto específico de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, um elemento constitutivo de sua identidade;
- d) dimensão sociopolítica – meio para interações sociais e relações de dominação e poder (quem e como o domina ou influencia) (Albagli, 2004, p. 26).

Assim, as diferenças econômicas, sociais, simbólicas e físicas se fazem presente nos territórios. Desta forma os territórios são “moldados a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial” (Albagli, 2004, p. 27).

A territorialidade por sua vez compreende as relações sociais entre indivíduos, ou entre um grupo social, e seu meio físico de referência, estas relações expressam sentimento de pertencimento e determinados modos de agir ligados a este espaço físico. Ela pode ser traduzida a nível individual e coletivo (Albagli, 2004).

No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade (Albagli, 2004, p. 28).

Assim, o conceito de territorialidade requer que um grupo de indivíduos possua uma origem ou interesses de mesma natureza, caracterizando-se como uma comunidade e, geralmente, com um território em comum. Para Albagli (2004), a ideia de comunidade tende a ser mais forte que os laços de sociedade e coletividade, pois

envolve uma adesão voluntária e a identificação por parte dos indivíduos. Dessa forma a formação da territorialidade perpassa por normas sociais e valores culturais, que são diferentes entre as sociedades, além de serem diferentes a depender do tempo que se encontra, logo podemos falar de territorialidades, no plural, admitindo mais de uma forma de assumir um espaço (Albagli, 2004).

Logo, entendemos que as práticas entre os indivíduos são moldadas pelo seu meio, estes criam uma solidariedade para que um interesse em comum ganhe visibilidade ali. Podemos citar, como exemplo, uma horta comunitária, onde algumas pessoas com o mesmo interesse se juntam para cuidar de um espaço comum a eles, a horta. Eles podem ter interesses diferentes para aquela horta, alguns querem ter uma atividade externa, outros querem ter um alimento mais saudável, outros podem querer ter lucros com os vegetais produzidos, o importante é que a solidariedade existente entre os membros da comunidade que cuidam da horta faz prevalecer a existência e manutenção da horta (Albagli, 2004).

A territorialidade também pode ser definida pela organização espacial que é feita de modo a tornar exclusivo o uso de determinados territórios, como forma de reafirmar o controle sobre o território “contribuindo para prover significado a marcas e limites territoriais e para ‘reificar’ o poder territorial por meio de identidades coletivas” (Albagli, 2004, p. 30). A organização espacial por parte do indivíduo ou seu grupo utiliza-se de suas capacidades técnicas, seus aparatos tecnológicos, suas informações culturais que serão utilizadas na confecção desses lugares (Albagli, 2004).

Esta organização espacial faz parte do processo de *Habitar*, que é uma prática de uso que se faz do espaço. Porém, sua diferença, para outras práticas do espaço, reside “no seu caráter cotidiano” (Kasper, 2006, p. 26) e sua espacialidade, ou seja, seus “objetos e comportamentos são situados, há entre eles distância e proximidade, umas escolhidas, outras impostas pela configuração do local” (Kasper, 2006, p. 26). O processo de habitar pode envolver até três situações: apropriar-se, instalar-se e incorporar.

Apropriar-se diz respeito ao ato de intervir no espaço físico de modo a tomá-lo para si, ter como propriedade e expor a grupos externos sua existência como algo que pertence a si, em seguida adequar aquele espaço para suas atividades, ou seja,

se instala nele através da disposição de objetos que vão mediar as atividades no dia a dia (Kasper, 2006).

Instalar-se é adequar o espaço apropriado às práticas cotidianas, isso consiste, quase sempre, na disposição de objetos que darão suporte a este cotidiano. Aqui as capacidades técnicas e informações culturais ajudam na organização dos objetos, entra em questão também a familiaridade com os objetos e as possíveis formas de organizá-los que o espaço oferece. Em algumas situações é necessária uma intervenção maior no espaço, para que seja adequado às práticas diárias, com adição de outros objetos ou uma mudança na disposição dos lugares do espaço (Kasper, 2006).

Após a instalação, quando os objetos já tiveram seus lugares definidos e adaptados e estes lugares, por tempo suficiente, “a apropriação do espaço habitado toma um caráter mais íntimo, e menos consciente: habitua-se ao ambiente, à disposição das coisas” (Kasper, 2006, p. 26). Quando o corpo se acostuma, por meio dos hábitos diários, com a disposição dos lugares o uso que se faz dos objetos é como uma extensão do próprio corpo, que ajudam na realização do dia a dia, como uma *incorporação* destes objetos e lugares ao nosso corpo. Kasper (2006) nos traz o exemplo do aprendizado da datilografia, que não representa os reflexos musculares naturais, “mas a integração do espaço do teclado ao espaço corporal do sujeito que aprende” (Kasper, 2006, p. 27).

O homem acha-se então ligado aos objetos ambientes pela mesma intimidade visceral (guardada as devidas proporções) que aos órgãos do próprio corpo e a “característica” do objeto tende sempre virtualmente à recuperação desta substância por anexação oral e “assimilação” (Baudrillard, 2006, p. 34).

Assim, um território apropriado possui informações e organizações que demonstram as interações sociais entre os indivíduos que ali habitam e entre os espaços que o compõe “podendo caracterizar-se por diferentes níveis de hierarquia, dominação, reciprocidade e complementaridade” (Albagli, 2004, p. 42). A nível simbólico o território produz e é produtor de identidades, tanto coletivas quando individuais, pois os significados e símbolos comunitários são projetados no espaço e formam referências que criam uma identidade territorial, ali o cotidiano é vinculado ao

espaço, criando uma sociabilidade organizada e significada entre os indivíduos. A Formação de uma identidade coletiva que se mostra no território define

as relações com os outros, formando imagens dos amigos e inimigos, dos rivais e aliados. A dimensão cultural atua aqui justamente como “um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço”, marcando uma certa ideia de diferença ou de distinção entre comunidades. Essa faceta simbólica do território pode expressar-se também em reivindicações territoriais da comunidade ou grupo social (Albagli, 2004, p. 40).

Entendemos assim que as territorialidades e as formas pelas quais os espaços são apropriados e organizados, sofrem influência dos meios disponíveis sendo eles sociais, culturais, econômicos e físicos. Além disso, a territorialidade pode exercer influência no comportamento de indivíduos ou grupos, ditando a formas de sociabilidade através das disposições de objetos e lugares, que produzem e são produtos das identidades, acionando assim sentimento de pertencer ou de não pertencer, podendo acionar afetividades positivas ou negativas (Albagli, 2004).

2.5 Lugares íntimos: casa e lar

Na casa temos o exemplo primário da habitação de um território por parte de um grupo – a família – que se apropriou daquele espaço e encheu com suas características. Na casa da gente, conseguimos ver com facilidade a territorialização dos espaços, que foram apropriados através da delimitação por objetos, como uma mesa de estudos que contém os livros, o computador, as lapiseiras de um indivíduo, e por mais que aquela mesa esteja num ambiente que é usado por todos da família fica claro a todos que aquele lugar pertence a alguém, e acaba havendo um acordo entre os membros que respeitam a limitação daquele espaço pessoal. As disposições dos móveis em cada cômodo são feitas para que o dia a dia dos membros da família seja mais conveniente (a localização dos armários, das louças, dos eletrodomésticos, das camas, cadeiras e sofás). Tudo segue uma lógica que, em geral, demora a ser modificada pois os corpos já se acostumaram com as localizações e sentidos de cada posicionamento (Kasper, 2006).

A casa tende a ser o primeiro lugar onde interagimos e criamos memórias. É nela que aprendemos a lidar com o mundo, aprendemos a conversar com nossos pais, a conviver com nossos irmãos, aprendemos a agir em público, observamos as formas de se comunicar, de se expressar e de sentir. Na casa criamos memórias e laços afetivos com nossos próximos (pai, mãe, irmãos), conseguimos criar uma convivência que nos faz entrar em acordos não verbalizados que fazem sentido a todos que ali convivem: todos comem à mesa aos domingos; fulano acorda mais cedo pra tomar banho antes de fulana; ninguém pode mexer nos objetos dos armários superiores; não é permitido entrar no quarto dos pais etc. Lá, aprendemos hábitos que podemos levar para o resto da vida, alguns trazem sentimentos profundos pela sua simplicidade, como sentar no sofá, na frente da tv aos domingos de noite e comentar os vídeos que passam num programa de TV. Portanto, é na casa que aprendemos a conviver em comunidade, afinal nos adaptamos a rotinas, identidades e sistemas culturais compartilhados (Certeau, Giard, & Mayol, 2013).

Ao falar da casa natal, Bachelard (2008) discute a dificuldade de pôr em palavras o que as memórias e sonhos evocam daquele espaço. Ele fala de sua essência, que é tão íntima que chega a ser poética. O autor, defende que para entender essa essência é necessário entenderas dialéticas da vida que permitiram o enraizamento diário na casa. A casa é assim o primeiro local que abriga sonhos e pensamentos, onde sentimentos por pessoas e objetos são conectados ao espaço pelo abrigo que ele proporciona a essas afetividades. Ela permite a integração entre pensamentos, sonho, lembranças e hábitos, através do devaneio, e assim que a imagem da casa é evocada, esses valores são trazidos. Portanto, a casa natal é um centro de sonhos, que grava suas hierarquias e funcionalidades no inconsciente, as quais posteriormente levamos para outros espaços de forma adaptada. Evocar essa essência é uma tarefa mais fácil que a de descrevê-la, pois há muito mais que apenas pessoas ou objetos envolvidos no processo. Assim, um poeta com a palavra certa, consegue nos levar ao devaneio da casa, afinal “tudo o que devo dizer da casa da minha infância é justamente o que preciso para me colocar em situação de onirismo, para me situar no limiar de um devaneio em que vou repousar no meu passado” (Bachelard, 2008, p.32).

As configurações mobiliárias das habitações, refletem as estruturas familiares e sociais de uma época. Assim, a casa patriarcal continha em si características de

“unifuncionalidade, inamovibilidade, presença imponente e etiqueta hierárquica” (Baudrillard, 2006, p.21), nestas configurações a casa era projetada para integrar as relações do grupo familiar, cuja estrutura patriarcal se traduzia em relações hierárquicas de autoridade e tradições. Nisso, o arranjo de móveis e espaços não eram objetivos, mas feitos para personificar as relações do grupo, carregados de valores simbólicos e separando o mundo interno do externo. A relação espaços-objetos era feita de modo a certificar a imponente do grupo através do visual: Grandes armários, grandes mesas e camas eram formas de atestar os valores hierárquicos. Baudrillard (2006), confronta a imagem da casa natal como sendo tão profunda nas lembranças e sonhos por evidenciam esta “estrutura complexa de interioridade, onde os objetos [e configuração dos espaços] despeitam diante de nossos olhos os limites de uma configuração simbólica chamada residência” (Baudrillard, 2006, p.22).

Assim, na nossa casa tudo faz sentido, mesmo que não saibamos as respostas concretas, mas tudo está onde deveria estar, há um ordenamento que segue uma lógica coletiva: a porta tem uma proteção para não deixar sair a criança pequena, as louças caras não são usadas no dia a dia, então elas ficam guardadas num local separado, a porta para o quintal tem um “jeitinho” certo para abrir, um lado do quarto é específico para objetos de fulano, não pode deixar alimento na mesa, pois há o risco de o gato roubar, logo as frutas e pães ficam na prateleira ao lado, as tesouras ficam na gaveta da cozinha, as xícaras no armário.

Estes pequenos ordenamentos fazem sentido a todos da casa, quando um convidado chega ele não vai saber o porquê dessas configurações sem explicações prévias, mas para quem mora ali isso já é cotidiano, e o cotidiano traz conforto pela sua estabilidade em meio as incertezas da vida agitada fora de casa. É claro que nossas vidas em casa nunca é e nunca será estática, afinal a vida está sempre em movimento e a casa é “lugar de passagem de circulação continua, onde se cruzam objetos, pessoas, palavras e ideias” (Certeau, Giard, & Mayol, 2013, p. 207).

A casa se diferencia de outros espaços físicos que convivemos devido às interações familiares que temos nela, essas interações geram rotinas que se ajustam com a configuração do espaço físico. As experiências que vivemos ali são carregadas de emoções e sentimentos que guardamos na memória atreladas à casa. “[...] Assim a casa [pode] representar muito mais que um lugar de moradia ou estruturas físicas”

(Martinez, 2021, pp. 85-86, tradução própria). As experiências que vivemos na casa nem sempre são positivas, para algumas pessoas a casa pode ser um lugar de insegurança, tanto pela convivência negativa com outras pessoas quanto pelas memórias. Enquanto a cozinha pode ser um lugar de conforto para alguém que desenvolveu memórias afetivas positivas naquele espaço, ela também pode ser um lugar desagradável para uma pessoa que possui memórias de opressão naquele local, essas pessoas podem ser até da mesma família! A diferença se encontra na natureza das memórias e sentimentos que foram vividos naquele lugar (Martinez, 2021).

Assim, a depender do tipo de experiência que foi vivida, um indivíduo pode ver na casa (tanto as casas pelas quais passou como a que vive), um lar. O lar é facilmente relacionado à casa, afinal a casa é o espaço físico onde temos muitas memórias marcantes que levamos para o resto de nossas vidas. Quando falamos de lar tendemos a relacionar à palavras agradáveis, como conforto, segurança, paz, alegria, descanso, isto porque o lar se configura pelas experiências familiares carregadas de significados para um grupo de pessoas, mas isso não significa uma verdade universal, afinal um lar pode ser definido exatamente pela falta desses pensamentos agradáveis na memória do indivíduo, assim a definição do conceito de lar torna-se confusa para essas pessoas (Martinez, 2021).

O lar costuma ser o lugar onde se viveu experiências familiares com sentido e significado, ali as experiências fazem o espaço físico ser carregado de sentimentos, com significados até nas pequenas coisas ou na ausência delas. Uma mancha na parede, um objeto no fundo da prateleira, a disposição dos móveis, tudo ali tem um porquê e um significado que apenas quem vive sabe interpretar. A casa é o primeiro lugar onde temos esse tipo de experiência carregada de sentimentos no espaço. Porém, a diferença entre casa e lar se encontra nos sentimentos e emoções, pois podemos entrar em uma casa e não ter memórias despertadas com sentimentos profundos, porém quando entramos no nosso lar sabemos interpretar símbolos e memórias (Martinez, 2021).

Martinez (2021), diz que os rituais familiares, ou seja, ou hábitos existentes dentro do núcleo social, são “elementos fundamentais para construir um sentido e um significado sobre o lar [...]”. Pois os sujeitos [...] geram processos de conexão não somente com as pessoas, mas também com objetos e lugares, que adquirem um caráter simbólico” (Martinez, 2021, p. 84, tradução própria). Então a depender da

situação do grupo o significado que é dado a um lar pode ser confuso e negativo, pois as experiências que viveram são diferentes daquelas representadas como ideais (um lar geralmente é representado como harmonia familiar dentro de um espaço arquitetônico organizado). Em uma situação de violência familiar o lar pode ser um lugar de onde alguém queira fugir, nesta situação o lar pode acabar tendo um significado confuso ou até inexistente. Para pessoas que nunca conheceram uma dinâmica familiar mais estável e segura o conceito de lar pode ter suas bases no que ela não vivenciou, na falta de afeto, na falta de segurança e estabilidade, assim como para pessoas que nunca vivenciaram uma residência fixa o lar pode ter seu significado construído na falta de uma residência ou espaço próprios (Martinez, 2021).

O acaso da convivência em família por si só não garante que um grupo de indivíduos tenham laços entre si de comunidade, como Albagli (2004) explica, é necessário que haja uma adesão voluntária dos indivíduos e interesses de mesma natureza entre o grupo, pois é possível que dentro de um grupo haja pessoas que não se identifiquem culturalmente com o restante do grupo, ou que não seja aceito pelo grupo. Assim a identificação com os familiares é importante na formação do conceito de lar, tanto para definir o *que se quer* como lar, quanto para definir o *que se entende* como um lar (Albagli, 2004; Martinez, 2021).

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

Sojourner Truth

3 TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: AS DESIGUALDADES E AS FAMILIARIDADES

Trabalho doméstico é qualquer atividade realizada no âmbito residencial, que condiz à manutenção do ambiente e bem estar de seus moradores, assim, o trabalho doméstico pode envolver diversas atividades como: cozinhar, lavar, passar, limpar ambientes, objetos e vestimentas, o cuidado com pessoas, plantas e animais. O *trabalho doméstico remunerado* é o serviço remunerado de atividades realizadas em âmbito residencial, tais como os citados acima.

No Brasil, o termo “empregada doméstica” é utilizado popularmente para se referir às trabalhadoras domésticas remuneradas, Santos (2010), afirma que “o termo ‘empregada’ remete a contextos de ausência de reconhecimento profissional e político” (Santos, 2010, p.13). Por outro lado, Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015), debatem que o reconhecimento social necessário para tais trabalhadoras remuneradas não será alcançado apenas com a mudança da terminologia, pois, “trata-se de uma construção social do que é trabalhar em domicílios, o que envolve várias outras dimensões relativas à identidade e alteridade” (Teixeira, Saraiva & Carrieri, 2015, p. 163). Assim, utilizaremos o termo *trabalhadora doméstica* para nos referir aos casos de atividades residenciais não-remuneradas e aos termos da legislação, e *empregada doméstica* nos casos onde o trabalho doméstico é feito de modo remunerado.

Neste capítulo abordaremos alguns temas importantes para entendermos o contexto do trabalho doméstico, remunerado ou não, no Brasil e para isso, iremos

abordar temas como desigualdade racial, de classe e de gênero, características regionais do trabalho doméstico e suas influências na vida social das mulheres que exercem essas atividades. Entendemos que tais desigualdades confluem e se interseccionam na sociedade brasileira, e assim, temos pessoas triplamente afetadas pelas desigualdades sociais, que é o caso das mulheres negras.

3.1 As desigualdades que moldam o Brasil: desigualdade de classe e desigualdade racial

O mundo social é formado de divisões entre grupos de pessoas. Estas divisões existem devido as diferenças entre os indivíduos, que são manifestadas e reforçadas pelas estruturas e mecanismos que geram consequências diretas em suas vidas. A classe social, por sua vez, é ocasionada pela desigualdade na partilha de poderes e acesso à recursos relevantes para uma sociedade, desta forma “O que a pessoa tem (ativos produtivos) determina o que ela obtém (bem-estar material) e o que deve fazer para conseguir o que obtém (oportunidades, dilemas e opções)” (Santos, 2005, p. 22).

As relações, entre classes diferentes, são definidas a partir dos poderes e acessos que estão envolvidos nos sistemas de produções pertinentes naquela sociedade e, conseqüentemente, nos modos que são controlados e reguladas as atividades das pessoas envolvidas nesses processos de produção. As desigualdades existentes no mundo social não se resumem apenas à desigualdade de classe, porém, esta tem um papel relevante e constante na produção de outras desigualdades, como a desigualdade de raça.

Raça é um conceito socialmente construído, ou seja, não há justificativa biológica para o termo “raças humanas”, visto que “existe mais variação genotípica entre os indivíduos do que entre as ‘raças’” (Santos, 2005, p. 24). Então, o termo surgiu das interações sociais desiguais e de ideologias raciais, onde acredita-se que certas características fenotípicas determinam as capacidades culturais e intelectuais dos indivíduos. Nessa lógica, indivíduos com certas características físicas são biologicamente constituídos para os esportes, ou para o trabalho manual, ou para o trabalho de cuidados, e também incapazes de certas atividades como de liderança e

chefia. Assim, a existência do termo Raça está diretamente ligada ao racismo. Estudos de diversas áreas das ciências (física, genética, antropológica e demais) confirmam que as diferenças existentes entre as obras diversas de grupos humanos estão diretamente ligadas à diversidade cultural e interação social entre grupos (Lévi-Strauss, 1980).

Ainda assim, o racismo se desenvolve nas interações sociais através das desigualdades de classe. Neste sentido, as desigualdades de raça são articuladas por meio das estruturas das desigualdades de classe, operado, em grande parte, “por intermédio da colocação dos não-brancos em posições inferiores aos brancos na ordem da produção e da distribuição” (Santos, 2005, p. 25).

Colocados em posições inferiores nos sistemas de produção, há ainda a estigmatização e a exclusão social desse grupo de pessoas, sendo considerados como inferiores a outros, como se colocados em uma hierarquia social e os excluídos se encontram no mais baixo nível.

Por se tratar de uma construção social, as diferenças biológicas consideradas importantes são diferentes de grupo para grupo. No Japão, as características físicas e linguísticas podem ser as mesmas entre dois indivíduos, mas um japonês nascido no exterior é considerado como “de fora”, chamados inclusive de *dekassegui* (o que saiu para ganhar a vida, tradução própria), logo, com status sociais inferiores aos japoneses nascidos e criados no país. Nos Estados Unidos, uma pessoa branca ser descendente de negros, mesmo sem marcas físicas, já diminui o seu status social, regra social explícita na antiga Lei de “uma gota de sangue”. Já no Brasil, considerar as marcas físicas como status é mais ambíguo, pois a soma da aparência, posição social no sistema de produção, gênero e as vezes situação social é o que vai determinar a raça de alguém.

No Brasil, o Censo Demográfico de 2022 apontou que 43,46% da população era branca, enquanto 10,17% era preta, e 45,34% parda, enquanto isso o rendimento por hora da população branca era cerca de 61,40% maior que o da população preta ou parda, ou seja, a população branca ganhava R\$20,00 por hora enquanto pretos e pardos ganhavam R\$12,40. “Por nível de instrução, a maior diferença (37,6%) estava no nível superior completo: R\$ 35,30 para brancos e R\$ 25,70 para pretos ou pardos.” (IBGE, 2023).

Os dados mostram a dimensão das desigualdades de raça no Brasil, que operam por meio das desigualdades de classe estas por sua vez se utilizam de dispositivos que apenas perpetuam e reafirmam as ideologias racistas.

Considera-se que no Brasil a discriminação racial gera um 'ciclo cumulativo de desvantagens' dos pardos e pretos, de modo que os não-brancos sofrem não apenas de uma desvantagem de origem, pois a esta desvantagem vêm se somar novas discriminações na educação e no mercado de trabalho (Santos, 2005, p. 25).

Nota-se, que há uma grande diferença de renda da população branca para a não-branca no país, e o ciclo apenas se renova, pois as condições econômicas e sociais dos pais influenciam diretamente nas condições econômicas e sociais dos filhos futuramente, tanto na educação, quanto no mercado de trabalho e nos status sociais. Assim, no caso brasileiro, a desigualdade de classe se entrelaça, ao mesmo tempo que desenvolve, na desigualdade de raça.

3.2 A origem das desigualdades raciais no Brasil: A colonização portuguesa

O imperialismo deixou rastros que são perceptíveis até hoje, através da escravidão os países europeus exerceram poder e controle sobre povos não-europeus, subjugando suas estruturas sociais, marginalizando suas produções de saberes e negando sua humanidade e poder político. Este poder exercido, era justificado na necessidade de “civilizar” tais povos “degenerados”, que eram vistos sob o olhar da alteridade, logo eram postos em lugares hierárquicos inferiores, e tal inferiorização foi reforçada por séculos, estando presente nos dias atuais mesmo que a colonização tenha sido oficialmente finalizada, com as independências das antigas colônias.

Podemos analisar as relações sociais no Brasil a partir do advento das Américas, onde os colonos chegaram após as longas transformações econômicas e sociais que ocorreram na Europa entre séculos XII e XV. Chegaram na busca de novas rotas de comércio, novos produtos e consumidores para expandir suas

economias, e o que encontraram foram grupos e sociedades com culturas e desenvolvimentos diferentes.

Estes encontros resultaram em relatos exacerbados sobre os nativos, pintando-os como selvagens, bárbaros, incivilizados, atrasados, desumanos, não-salvos etc., ou seja, relatos etnocêntricos carregados de ideologias racistas. Tais relatos, distanciavam os nativos e os transformavam no “outro”, no diferente, na criatura incapacitada que necessitava de liderança. Não bastasse a diferenciação, houve então a categorização, onde este “outro” era classificado com as mais diversas negatividades e posto em escalas de desenvolvimento, e nestas escalas estava sempre abaixo dos europeus, que se autoproclamavam “civilizados”.

Estas imagens criadas dos não-europeus colocaram o europeu (criador do Outro como inferior) em posição privilegiada de poder, através dos discursos coloniais, que mantiveram e aumentaram as diferenças entre o Ocidente (os europeus e Japão) e Oriente (o resto). Em primeiro momento, através dos “conhecimentos clássicos, as fontes bíblicas, as mitologias e a literatura de viagens que, através de relatos e narrativas, contribuíram para reforçar os mitos existentes” (Silveira & Baptista, 2020, p. 358), e mais tarde através do pensamento científico, presente nos estudos sociais que reproduziam as “normas sociais, as estruturas e os valores ocidentais como parâmetros universais e definidores” (Silveira & Baptista, 2020, p. 358). Assim, as sociedades e povos que não seguiam o padrão Ocidental de saberes e pensamentos eram tidas em termos de atrasos e incompletudes.

Estes discursos faziam parte da investida política da colonização, que eram utilizados (e ainda se utiliza) como instrumentos para validar e promover os interesses dos colonizadores, e que, a partir dos seus próprios interesses, os modificavam para as necessidades históricas existentes. Desta forma, o aborígine seria escravizado pois “precisava da salvação divina”, quando na realidade serviria de mão de obra, e mais tarde eles seriam “protegidos” pela igreja e coroa, quando na verdade os interesses políticos e econômicos se favoreciam mais na escravidão africana do que da indígena. O mesmo vale para os pretos, mulheres e homossexuais.

O poder não é apenas uma relação econômica, mas uma relação de força. Nota-se, que a posição privilegiada do colonizador não se dá ao fator econômico colonial apenas, mas a autoimagem e representação do colonizado que se produz com o discurso colonial, que correlaciona forças. O poder de gerar a este discurso

(colonial), estabeleceu classificações sociais, gerando assim relações desiguais. Estando nesse lugar de exercer poder, subjugar e explorar o colonizado, o colonizador hierarquiza as pessoas em gêneros e raça e as classifica – ao passo que elas se classificam – em três linhas diferentes: trabalho, raça e gênero (Foucault, 2021).

Este poder imposto, que subjuga e extrai riquezas de outros povos, além de exterminá-los, no período colonial, não acaba com as independências nacionais. O sistema colonial, como o conhecemos (dominação territorial, econômica e política de um país por outro) já não existe na maioria dos países da América Latina há alguns séculos, mas seus domínios e formas de subjugamento conservam-se até hoje. A colonialidade pode ser traduzida como as relações coloniais que subsistem após a colonização territorial ter seu fim “oficial”, e cuja estratégia principal para estabelecer diferenças hierárquicas e sociais é a raça e a classe.

O tráfico humano de pessoas, conhecido como “tráfico atlântico”, foi a maior migração forçada que já existiu. Consistia no tráfico de pessoas de vários locais da África, que serviriam de mão de obra escrava nas colônias europeias, localizadas nas Américas. Estas atividades, iniciaram por volta do fim do século XV e perduraram até meados do século XIX, e “aproximadamente 12,5 milhões de africanos foram embarcados e um pouco menos de 11 milhões chegaram nas Américas, sendo que 40% tiveram como destino o Brasil” (Aladrén, 2016, p. 97).

Antes desse período, a escravidão já existia na Europa e África, porém as formas de escravidão e seus efeitos nas gerações futuras eram diferentes. Na Europa, os escravos podiam ter origens étnicas diversa (alemães, eslavos, egípcio etc.), e faziam atividades diversas, desde artesãos até administradores de negócios. Na África, os escravos vinham de guerras entre grupos diferentes, e não era uma prática comercial intensa, eles apenas existiam caso houvesse necessidade para alguma atividade nos grupos familiares. “Tanto na Europa quanto na África a utilização mercantil dos escravos era mais restrita e eles não eram massivamente utilizados para produção de mercadorias” (Aladrén, 2016, p. 102). Mesmo que a prática da escravidão já existisse em ambos os continentes, quando o tráfico atlântico começou a se intensificar, devido as necessidades de produção nas Américas, as dinâmicas sociais começaram a se tornar hostis, grupos e culturas foram drasticamente afetados de formas devastadoras.

Quando as colônias europeias, nas Américas, começaram a ser utilizadas para produção de artigos para comércio (alimento e especiarias), o tráfico assumiu novas características, por isso a escravidão desenvolvida nas Américas ficou conhecida como “escravidão moderna”. Aqui, a escravidão esteve conectada com o desenvolvimento das colônias, que era de natureza comercial, quando seu desenvolvimento começou a se intensificar, por meados do século XVII, o tráfico também se intensificou e isto trouxe novas características à escravidão. Como já citamos, houve aumento de capturados nas regiões da África e, conseqüentemente, houveram mudanças nos cenários sociais e culturais naqueles grupos, além disso o tráfico passou a ter base racial, escravo agora era sinônimo de negro, “a cor da pele era um elemento fundamental para identificar a condição de escravo e também para estigmatizar e marcar a inferioridade social” (Aladrén, 2016, p. 102).

No Brasil, o início da colonização se deu pela escravidão indígena, durante o século XVI, foi apenas a partir do século XVII que a escravidão passou a ser africana. Aladrén (2016), debate que a atividade de escravização indígena era pouco controlada pela coroa portuguesa, ao passo que o comércio do tráfico africano era controlado e trazia grandes lucros à Portugal. Além disso, havia uma certa dificuldade em estabelecer um comércio de indígenas, tanto pelas suas inúmeras revoltas quanto pelo declínio da população indígena com a chegada dos europeus. É certo notar que a escravização indígena não era de interesse dos grupos dominantes, portanto estes utilizavam discursos, muitas vezes religiosos, para incentivar a escravização africana como mão de obra e não a indígena.

A íntima ligação que se estabeleceu entre o Brasil e Angola no século XVII, via tráfico atlântico, tornou a utilização da mão de obra escrava africana muito mais vantajosa e adequada aos interesses de vários grupos que participaram da expansão do Império português no Atlântico. Além dos senhores de engenho brasileiros, dos traficantes e dos colonos em Angola, destacam-se os jesuítas, cujos interesses econômicos e políticos no Brasil e na África os impeliram a justificar a escravização de africanos para assegurar a liberdade dos indígenas (Aladrén, 2016, p. 101).

Na segunda metade do século XVII, a população negra na colônia portuguesa já dominava as paisagens, eram utilizadas como mão de obra nas produções e para atividades econômicas diversas nos centros urbanos, além de serem utilizados nas minas de ouro, no século XVIII. Estima-se que ao fim do período colonial a população

no Brasil dividia-se em “38% constituída de escravos, 28% de negros e mulatos livres, 28% de brancos e 6% de indígenas” (Aladrén, 2016, p. 108).

Ao nos referirmos ao fim do colonialismo o termo mais apropriado seria o “pós-colonial”, que não significa uma superação da colonização, mas antes que as relações de poder coloniais permanecem vivas na política, cultura e economia. O fim da colonização territorial apenas deu acesso a uma configuração diferente de poder, similar ao do período colonial: “subdesenvolvimento, marginalização, submissão, subalternidade” (Silveira & Baptista, 2020, p. 356) de grupos diferentes.

Os anos que antecederam a abolição da escravidão, ao final do século XIX, foram bem calculados no que diz respeito ao “futuro étnico do Brasil”. Houve grande discussão nas esferas políticas sobre como dar continuidade aos interesses capitalistas da época, que era o de ter mão de obra barata, grande mercado consumidor e a imagem de um país desenvolvido, intelectual e industrialmente, afim de receber o mercado europeu que quisesse investir no país. As opiniões eram divididas em dois grandes grupos: os abolicionistas e os imigrantistas (Azevedo, 1987).

Os abolicionistas, argumentavam a favor da incorporação dos negros escravos e livres nacionais nos setores sociais e na indústria, como mão de obra. Os imigrantistas, carregados por pensamentos racistas da época, acreditavam que os negros, mulatos e demais homens livres possuíam tendências biológicas para a vadiagem e vagabundagem, ou seja, não possuíam interesses inatos ao trabalho e, portanto, não deveriam ser incorporados no país que queriam construir, dessa forma, os imigrantistas eram a favor de trazer mão de obra imigrante, de países da Europa e América do Norte, para aqui se estabelecerem e “purificar o sangue nacional”.

Nas décadas de 1860 e 1870, grandes números de escravos foram levados no norte do país para São Paulo e Rio de Janeiro, assim a imagem de escravos e homens negros livres dominava as paisagens das cidades. Existia, o que Azevedo (1987) chamou de “medo da onda negra”. O medo, estava baseado na ideia de que o número de homens negros que dominaria as cidades seria maior que o número de homens brancos. Isto implicaria numa imagem de país subdesenvolvido, baseado nas teorias raciais que dominavam na época.

Assim, nas décadas anteriores ao fim da abolição foram aprovadas leis que determinavam o fim de tráfico negreiro no país, e o pagamento de taxas sobre escravos que eram trazidos para São Paulo, afim de diminuir a entrada de mais homens negros e prevenir a temida onda negra.

Ao votarem altos impostos sobre os cativos trazidos para São Paulo, estes parlamentares – em sua maioria representantes de interesses agrícolas e eles mesmos fazendeiros – procuravam evitar que os proprietários continuassem a importar mais e mais negros. Sua esperança era que, em vista desta desvalorização forçada da mercadoria escravo, os capitais passassem a ser canalizados para os planos imigrantistas. Somente assim a sua asserção de que o trabalho livre era mais produtivo do que o trabalho escravo mereceria o crédito de seus abastados eleitores.

[...] O deputado Romeiro introduziu no debate uma questão importante: a concentração cada vez maior de escravos e os perigos decorrentes disso. Sem querer, por caminhos diversos, negando uma índole má aos negros nordestinos, ele acaba reconhecendo que o aumento da violência relacionava-se ao tráfico interprovincial ou ao “crescimento da escravatura” e sua aglomeração na província (Azevedo, 1987, pp. 111-118).

Observamos que os problemas sociais e urbanos eram atribuídos à grande concentração de negros nas cidades, atribuindo à “raça” os males existentes, e, portanto, a solução seria o embranquecimento da população. Justificavam a imigração de trabalhadores por estes e vários motivos, por exemplo: os europeus serem uma civilização mais desenvolvida, logo, mais propensos para o trabalho, portanto, ajudariam no desenvolvimento do país, outro motivo atribuído a necessidade de importar a mão de obra era o barateamento que a concorrência geraria no mercado, pois achavam o valor cobrado por brasileiros livres, para o trabalho, “altos demais”, já que estes procuravam negociar pelo menos um dia livre para folga, e isto era visto como vadiagem.

Na verdade, os fazendeiros detinham poder sobre os homens livres, mas não conseguiam controlar seus tempos livres, e a isto se atribuía a fama de vadiagem. As formas de resistências desses homens livres, para as diversas formas de opressão que passavam, era a barganha de seu tempo livre, e essa “liberdade”, do uso de seu tempo livre, preocupava os deputados, pois, com o tempo livre cada um poderia cuidar de seu próprio canto de terra, poderia cultivar seu próprio alimento e não dependeriam, pois, dos fazendeiros para sobreviver. Ou seja, a igualdade social e o acesso à boas

condições de vida, para toda a população, assustava aos que estavam no poder, então era preciso fazer algo a respeito.

Isto posto, o que ficará sendo a nossa lavoura? Ficarà retalhada em pedacinhos; cada um cuidará de sua rocinha, cada um terá seu animalzinho para tratar, seu pasto para limpar, a economia de sua casa, o comestível e o combustível para um só morador. Assim irá todo o tempo do indivíduo consumido em suas economias particulares, sem deixar ocasião para haver uma acumulação, um sobejo de suas necessidades, que é justamente onde se firmam os interesses dos cofres públicos (130 ALPSP, 1874, p. 174 *apud* Azevedo, 1987, p.).

Nas décadas anteriores à abolição da escravidão, vários projetos foram aprovados para incentivar a entrada de imigrantes no país. O cofre público pagaria a passagem e estadia para qualquer imigrante, juntamente com sua família, que tivesse o desejo de adentrar no país para trabalhar, e tal quantia poderia ser reavida após 4 anos. O cofre público também concederia pedaços de terras e subsídios econômicos para os imigrantes que desejassem vir, além disso, os fazendeiros que recebessem famílias de imigrantes como mão de obra, seriam recompensados monetariamente. Houveram discussões para que tais benefícios se estendessem para os brasileiros, que não tinham acesso a moradia, mas apenas foi negado visto que isto atrapalharia o projeto imigrantista, uma vez que não existiria o privilégio, frente aos brasileiros, destinado aos europeus ou norte-americanos (Azevedo, 1987).

Após a abolição da escravidão, pela Lei Áurea de 1888, os ex-escravizados são legalmente livres das relações de trabalhos escravos, mas isso não significou o fim das relações de servidão e exploração. Os fazendeiros e donos de comércio, que poderiam empregar a mão de obra livre, optaram por aceitar a mão de obra imigrante que chegava ao país, incentivados por projetos imigrantistas.

Os homens e mulheres negros, agora libertos, não tinham perspectivas de vida, a maioria entregue ao descaso público, sem terras, ou moradias, ou educação, e com crianças e familiares para cuidar. Estas pessoas, não tinham nem a oportunidade de competir no mercado de trabalho, nas indústrias, comércios e fazendas. Assim, a maioria ainda permaneceu nos mesmos locais onde eram escravos, numa espécie de escravidão informal, realizando os trabalhos que restavam em troca de moradia e alimentação. Os homens e mulheres que não permaneceram

na mesma situação foram para áreas periféricas das cidades, ou interiores dos estados, onde cresceriam bairros e favelas

Desta forma as desigualdades existentes no período da escravidão, no Brasil colônia, persistem mesmo após o fim da escravidão, visto que as oportunidades de ascensão social, ou até mesmo de qualquer melhoria de vida, ainda são desiguais na educação e mercado de trabalho. Homens e mulheres, negros, pardos e indígenas, são os afetados por esta desigualdade e exclusão, tendo suas culturas constantemente atacadas sob pretextos de “desordem pública” ou como as grandes culpadas pelos problemas sociais existentes no país.

3.3 Sinhás e mucamas: gênero e raça no trabalho doméstico

A mão de obra escrava foi de suma importância para que os portugueses pudessem desenvolver as plantações, agropecuária e mineração na colônia, pois no continente africano estas práticas já eram realizadas há muitos séculos. A diferença, entre essas práticas no continente Africano e na colônia portuguesa, era o lugar social que ocupavam nesses trabalhos, afinal, no continente africano as práticas e conhecimentos eram exercidos para a própria sobrevivência, enquanto que no Brasil, em posição de subordinação, como escravos, estas pessoas eram reduzidas a vontade de seus donos.

Neste cenário, as mulheres negras estavam presentes tanto nos trabalhos em lavouras quanto nas casas dos senhores. A escrava era tida como um bom produto, que adquirido pelos senhores entrava no sistema produtivo fornecendo bens e serviços, e, para além disso, estes senhores se utilizavam das suas capacidades reprodutivas, gerando novos escravos e, portanto, mais mão de obra. Mas isto não as tornava mais privilegiadas, as mulheres escravas eram constantemente vítimas de violência sexual por parte dos senhores, e vítimas de violências físicas por parte das senhoras brancas que as viam como competição da atenção do homem branco.

Na casa grande, casa dos senhores de engenho, as escravas eram levadas para trabalhar com os cuidados domésticos, exercendo funções de cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, babás, ama de leite, limpadoras, organizadoras, companhia etc, estas mulheres eram conhecidas como mucamas (Gonzalez, 2019). Elas

normalmente eram as escravas que tinham a aparência dentro dos requisitos dos senhores. Como havia uma proximidade com a família branca elas precisavam ter a aparência mais próxima com os padrões de beleza da época, assim, quando os senhores iam em busca destas mulheres a preferência era, por exemplo, por escravas com corpos atraentes e com todos os dentes da frente (Teixeira, 2021; Freyre, 2006).

Além disso, estas mulheres vestiam-se melhor e recebiam tratamentos diferente das escravas de lavouras, pois sua aparência demonstrava a riqueza de seus senhores, mas isto não as tornavam menos subordinadas, estando até mais expostas à violência sexual, prática que era comum entre os senhores, que tiravam a virgindade de meninas novas, ainda entre 12 e 13 anos de idade. Esta imagem, da escrava doméstica como subordinada e serva sexual acabou contribuindo para a sexualização da mulher negra em nossa sociedade, sendo vista até os dias de hoje como mulheres a serem consumidas, tanto para o trabalho quanto para o sexo.

É importante notar aí, nesta descrição, as hierarquias existentes. De um lado temos os senhores donos de terra, do outro os escravos como mão de obra efetiva, e no meio dos dois uma população livre, vivendo em situações precárias. Em relação à posição social das mulheres, naquela sociedade, temos, de um lado, a mulher branca: esposa e mãe, dedicada aos seu esposo e filhos, com uma vida de ócio, “mantendo-se amada, respeitada e idealizada naquilo que o ócio lhe representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho (e da pessoa) de uma grande camada da população” (Nascimento, 2019, p. 259). Do outro lado temos a mulher negra: considerada “natural” ao trabalho, estando sempre ativa no trabalho, como o homem negro, nas fazendas e plantações, e nos cuidados da casa, das crianças e dos outros escravos.

(...) a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grades e a das menores, condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa, cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do leito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados (Hahner, 1978, p. 120-121 *apud* Gonzalez, 2019, p. 243).

Estas diferenças hierárquicas e patriarcais que existiam no período colonial escravocrata não finalizam com o fim legal da escravidão. No espaço do mercado

econômico os critérios raciais prevalecem, dando continuidade às desigualdades sociais, através de mecanismos próprios, como a seleção de pessoas para preencher os cargos dispostos para trabalho. Quando se trata de trabalhos burocráticos e de relação com público, historicamente, estas vagas são delegadas a mulheres brancas, e assim restam para as mulheres negras, na maioria dos casos, os “empregos tradicionais ou, então, como operárias industriais” (Nascimento, 2019, p. 262).

Após a abolição da escravidão, os ex-escravos são legalmente livres das relações de trabalhos escravos, mas isso não significou o fim das relações de servidão e exploração. Os homens precisariam competir com a mão de obra que chegava do exterior, restando a eles apenas cargos com salários baixos, como trabalhos autônomos de vendedor, carpinteiro, pedreiros, trabalhadores em lavouras etc. Assim, em sua maioria, os escravos voltavam ou permaneciam com as famílias onde eram escravizados, em troca de moradia e alimento. Às mulheres a situação foi similar, a maioria permanecia com suas relações de servidão para com as antigas famílias nas quais eram escravas, trabalhando como mucamas.

Porém a situação mais que piorou. Ficar nos antigos locais, onde eram escravas, não era uma escolha fácil a se fazer, mas o mercado de trabalho rejeitava essas mulheres e seus parceiros. Elas não possuíam educação ou acesso a esta educação e, por consequência, não possuíam oportunidades de trabalho que as ajudassem a sobreviver. Logo, foi necessário para muitas ex-escravas continuarem como subordinadas nas antigas casas que viviam, agora numa escravidão informal. Isto pode ser considerado, como diz Lélia Gonzalez (2019), como um ato de resistência dessas mulheres, que para a sobrevivência de seus filhos e companheiros se sujeitaram a continuar como mucamas em troca de moradia, alimentos, vestimentas e outras trocas que o trabalho gerava.

Dentro da família, estas trabalhadoras eram tratadas sempre como ameaça, suspeitas de transmitirem doenças, de roubo e de ferir a integridade “física e moral das famílias burguesas” (Teixeira, 2021, p. 34). Tratadas como criminosas suspeitas, elas viviam sob rígidas condições de controle de suas patroas.

Quando não moravam na casa de seus patrões (depois que eram retiradas de suas famílias ainda na infância para trabalharem para alguma “casa de família”) as trabalhadoras iam morar nas áreas periféricas da cidade e até ali sofriam ataques constantes pelas tentativas racistas de embranquecimento das cidades, tendo seus

cortiços e residências atacados pelo próprio governo (Teixeira, 2021). Sobre isso Pereira (2011) afirma:

A escravidão acabou, mas suas heranças estão presentes no cotidiano e nas experiências de vida das mulheres negras e no centro dessas experiências temos o capitalismo que se manifesta através da imensa capacidade que têm as classes dominantes, em todos os períodos históricos, de incorporar, até onde forem possíveis, os privilégios que lhes são próprios. A atual situação da mulher negra é fruto de raízes históricas, cujo ideologia vigente ainda determina que o lugar da mulher negra seja a cozinha e o cuidado do lar (Pereira, 2011, p.5).

Na segunda metade do século XIX, movimentos feministas começaram a surgir na Europa e Estados Unidos, países que estavam passando por mudanças sociais devido as Revoluções Industriais. Uma das mudanças que o capitalismo industrial exigia era o mínimo de instrução escolar para a população feminina, que estava sendo inserida nas linhas de produção. Com o surgimento de novas áreas de trabalho os homens foram qualificados para as novas atuações, deixando para trás áreas que seriam preenchidas pelas mulheres, assim, elas precisavam do mínimo de escolarização e profissionalização. Ainda assim, eram áreas consideradas inferiores e seus salários não equivaliam ao que os homens recebiam, e ainda enfrentavam a dupla jornada de trabalho, que vinha após horas exaustivas nas indústrias e demais áreas, quando chegavam em casa e tinham que cuidar do lar.

Com o acesso à educação, antes permitida apenas à homens, começaram a surgir grupos femininos que questionavam as normas sociais, e exigiam direitos políticos e educacionais para as mulheres, como era disposto para os homens.

No final do século XIX e princípio do século XX, surgiu uma produção teórica que procurou discutir as origens da opressão feminina através da ótica das próprias oprimidas. No entanto, as mulheres das camadas médias também encontravam resistências na luta por sua emancipação, já que, de acordo com a moral burguesa, o ideal de família passava a ser afetado pela presença feminina no mundo do trabalho, pois significava uma ruptura com a antiga divisão entre as esferas do público (reservada aos homens) e o privado [reservado à mulher]. Igualmente, algumas de suas propostas, como o direito ao voto e o acesso à educação, soavam distantes para a grande maioria das mulheres das camadas populares. Contudo essas novas experiências – das mulheres proletárias e das camadas médias – no mundo do trabalho contribuíram, ainda que por trajetórias distintas, para a rediscussão dos papéis femininos na sociedade (Méndez, 2005, p.55)

As discussões giravam em torno do questionamento dos papéis sociais que eram atribuídas as mulheres. Elas debatiam que eram tão capazes quanto os homens de estarem nas fábricas e demais locais de trabalhos e que, portanto, deveriam ter o direito a salários justos e condições de trabalho melhores. Também questionavam o acesso a direitos civis que, na época, eram dispostos apenas a homens, como o direito ao voto e à educação. Assim, no início do século XIX, as discussões de cunho feministas giravam em torno desses dois grandes grupos, as mulheres proletárias, que buscavam igualdade e melhores condições no trabalho, e do outro lado as mulheres de classe média que buscavam acesso a direitos civis. E onde ficavam as mulheres que não tinham acesso à educação básica ou à trabalhos formais? Onde entravam os direitos de mulheres negras ou pardas que não podiam estudar porque tinham que estar trabalhando para o sustento dos irmãos ou parentes? E das que não podiam estudar porque eram proibidas pelos patrões? Das mulheres que saíam todos os dias para trabalhar, de modo informal, pois não conseguiam trabalhos formais, devido a cor da pele?

É com esses questionamentos que o feminismo negro começa suas produções teóricas e movimentos. Pois, enquanto as mulheres brancas exigiam seus direitos de ir à rua trabalhar, além dos reconhecimentos de seus direitos civis e igualdade no trabalho, as mulheres negras permaneciam a margem do mercado de trabalho e do acesso à educação, sendo excluídas dessas reivindicações. Afinal, todos os dias as mulheres negras estavam nas ruas trabalhando, subalternas e exploradas, mas ainda assim, trabalhando e muitas vezes sendo as únicas responsáveis pelo sustento do lar. Isto porque, para as mulheres brancas irem às ruas trabalhar era necessário que alguém assumisse as tarefas domésticas, afinal, a lógica explicava que homens não foram feitos para tais tarefas, e quem assumia essas tarefas eram outras mulheres, as servis e marginalizadas, as mulheres negras.

A grande crítica do feminismo negro é justamente como o feminismo do início do século XIX se utilizou das mulheres negras para se estruturar, ao passo que as excluíam das conquistas que obtinham:

A busca da mulher branca por emancipação ao longo da história se dá [...] às custas da mulher negra. Ao lutar por seus direitos e buscar uma colocação similar ao do homem (branco) no mercado de trabalho, a mulher branca explora, muitas vezes, a mão de obra da mulher negra, que segue ocupando

a função de mucama. O fato de a mulher negra cuidar dos afazeres domésticos de responsabilidade da mulher branca garante que esta vá para o mercado de trabalho em busca de liberdade de direitos, mantendo, contudo, as mulheres negras na mesma posição histórica (Furtado, Carvalho, & Santos, 2020, p. 363)

Por muito tempo o trabalho doméstico remunerado não foi considerado um trabalho capitalista, por ser feito em âmbito residencial, ser pago com renda própria do empregador e seus serviços não circularem no mercado, apenas na família para qual trabalha. Porém, como bem sabemos, é justamente o trabalho das empregadas domésticas que permitiu que muitas mulheres saíssem para o mercado de trabalho, contribuindo com o capitalismo. É devido ao trabalho doméstico que o cuidado do lar continua sendo realizado, e as crianças, filhos das patroas, podem ir à escola, estudar e se profissionalizar sem se preocupar em trabalhar para ajudar no sustento da casa, ou com afazeres domésticos; ao contrário, geralmente, dos filhos das empregadas, que precisam, muitas vezes, se ausentar da criação dos próprios filhos para garantir a sobrevivência da sua família, cuidando de outra.

O trabalho doméstico remunerado geralmente é desejado pelas famílias de classe média e alta, pois ele contribui para que as desigualdades (que os favorecem) possam continuar existindo, afinal a família contratante fica liberada para exercer atividades fora de casa, que contribuam para seu desenvolvimento econômico. A patroa pode assumir um trabalho fora de casa e cuidar da vida acadêmica e profissional de seus filhos. O patrão pode continuar na sua posição social histórica, de provedor principal da casa, sem afazeres domésticos, realizando apenas pequenas atividades em casa, como cuidar de um carro ou consertos pequenos, levar os filhos na escola ou cursinhos, ou ajudar com as compras no mercado. E os filhos dos patrões não precisam se preocupar com os afazeres domésticos, apenas estudos e atividades extracurriculares, que o ajudarão no mercado de trabalho futuramente.

Do outro lado temos a família da empregada, que está quase sempre ausente para sustentar sua família, tendo, muitas vezes, mais de um serviço para complementa a renda mensal. Assim, ela não pode estar sempre presente na educação dos filhos, logo, esta educação de seus filhos é relegada a terceiros, geralmente parentes próximos. Estas crianças não possuem os mesmos acessos que as crianças de classe média e alta, portanto, as atividades extracurriculares são raras. Elas, normalmente, frequentam escolas de ensino público, e passam o resto do tempo

cuidando de afazeres domésticos ou realizando trabalhos que ajudem a complementar a renda familiar, deixando a educação e profissionalização em segundo plano, afinal, sobreviver é prioridade. Logo, o mundo profissional vira um mundo de desigualdade, pois, as crianças que não tiveram acesso a uma educação de qualidade concorrem com as crianças de classe média e alta, que desde a primeira infância já realizam atividades requisitadas no mercado de trabalho, como cursos de língua, música e informática. E assim, o ciclo de desigualdades se renova.

[...] O capitalismo necessita, a fim de reproduzir-se, do meio não-capitalista, presume-se que este último seja preservado na periferia do sistema capitalista internacional com muito maior vigor que no seio do capitalismo hegemônico. Neste sentido, não apenas serão preservadas atividades não capitalistas no Brasil, como também serão engendradas outras, segundo as necessidades do capitalismo (Saffioti, 1979, p. 34).

É claro que a manutenção e coordenação do lar ainda fica a encargo da dona da casa, a patroa. Não necessariamente realizando as atividades mais pesadas, como lavar, passar ou cozinhar, mas dando ordens quanto a estas atividades para a empregada, cuidando da agenda dos filhos e marido, organizando e decorando os ambientes, pois ela quer que as atividades de casa sejam feitas por terceiros, mas não quer perder seu papel de dona do lar, “portanto, mantém o controle e o poder mobilizando inúmeros mecanismos, explícitos ou velados, que caminham no sentido de afirmar uma das mulheres como empregada (no feminino) e a patroa como mulher” (Furtado, Carvalho, & Santos, 2020, p. 363).

3.4 As crias de casa: a circulação infantil e o trabalho doméstico no norte do país

Precisamos ainda falar sobre uma manifestação específica do trabalho doméstico, muito comum no Brasil, principalmente nas regiões norte e nordeste no país, e caso forcemos um pouco nossas memórias é possível que encontremos exemplos perto de nós (vizinhos, familiares) de algum caso semelhante. Estamos falando dos casos das crianças e adolescentes, presentes em “casas de família”, que quando questionadas as patroas respondem “peguei para criar”. Estas figuras surgem

da “circulação infantil” (Fonseca, 1995), onde crianças e adolescentes, por diversas razões, precisam de cuidados com educação e criação, que seus pais não podem fornecer, assim, passam a circular entre residências, recebendo criação em troca de “ajuda” no trabalho doméstico, essas crianças e adolescente ficam popularmente conhecidos como “crias”. O gênero da cria, se menino ou menina, é importante para definir as atividades que estas crianças exercem em casa, quando meninos são destinados a serviços domésticos externos, como a jardinagem, manutenção de áreas externas ou de animais. Já as meninas são destinadas para os serviços domésticos internos (cozinhar, lavar e passar) e cuidados de outras crianças.

Maués (2008), debate a circulação infantil no Estado do Pará, região norte do país, e explica o que são essas “crias”:

As “crias” de família são, em sua maioria, mulheres, meninas, advindas principalmente de municípios do interior do Estado ou de estados vizinhos, que vêm para Belém, enviadas por seus familiares na intenção de serem aí criadas, educadas por uma família, ajudando também, aprendendo as tarefas domésticas. Para isso, são entregues, as vezes por intermediários, a uma família da cidade, a qual pode ter alguma relação com a sua de origem (parentes consanguíneos, compadrio etc.) ou não; geralmente vêm ainda crianças (por vezes, bem pequenas, com seus sete, oito anos) ou adolescentes, para “ajudar” nos serviços domésticos e em “troca” obter moradia, vestuário, educação, ou seja, umas “chance na vida” (Motta-Maués, Igreja, & Dantas, 2008, p. 10)

Nos casos apresentados pelas autoras raramente as promessas feitas entre famílias (a troca dos trabalhos domésticos, por educação e residência) são cumpridas, e ocorre de essas crias serem mais exploradas para o trabalho do que beneficiadas em suas educações. Muitas delas não chegam a sequer frequentar escolas, e acabam por virar um serviçal da família, em certos casos para mais de uma geração da família, sem receber salários, apenas moradia.

Essas crias crescem em meio a famílias que elas passam a identificar como mãe, pai e irmãos, mas sempre se sentem como não pertencentes, afinal, comparadas às outras crianças na família elas recebem tratamentos diferentes. As crias precisam exercer atividades domésticas pesadas, e quase não possuem tempo para brincadeiras ou estudos, além de não terem os mesmos tratamentos quando se trata de acesso a espaços e recursos (só pode comer após todos comerem, não poder sentar à mesa, não pode ir às mesmas escolas ou cursinhos etc.). Além disso, muitas

vezes essas crianças são expostas a diversos tipos de violência, que em muitos casos levam à morte, diferente de outras crianças das famílias para quais foram destinadas.

Ficou evidente nos casos estudados que não havia a intenção de adotar as crianças, mas a intenção era acolhê-las e trocar trabalho por moradia, alimentação, vestuário e educação, ao menos no discurso. Praticamente, uma relação de escambo. Não vinham para ser filhas de criação, embora, isso se apresentasse como uma possibilidade, vinham com a finalidade de trabalho, em outros termos, de *exploração de mão de obra*. [...] Não são consideradas empregadas domésticas – tal afirmação contraria a lógica da circulação e produção das crias – não são parentes, pois a relação não é regida por obrigações advindas do parentesco, e porventura podem ser consideradas parentas por afinidade (filhas de criação) (Cristo & Ferreira, 2023, pp. 63-64, grifos meus).

Muitas dessas crias permanecem numa mesma família por anos, Cristo e Ferreira (2023), falam do caso de uma senhora de 63 anos, que continua na mesma casa para qual foi levada na sua infância, cuidando agora da terceira geração das pessoas que a acolheu. Mas em muitos outros casos as crias passam de lar em lar, até que tenham suas próprias residências, nesses casos seus familiares costumam ser os intermediários que as tiram de situações de abuso e as encaminham para outra família, alguma que possa cumprir com os acordos.

Normalmente, essas crianças são encaminhadas para outras famílias justamente pela falta de condições de suas famílias nucleares, e por mais que a partida das crianças para outros lares seja dolorosa, estas famílias sabem que é apenas assim que elas terão uma chance de conseguir sobreviver. Então, quando completam maior idade, ou já na adolescência, essas crias procuram formas de tomar a própria vida, porém, sabem que voltar para os pais não é uma opção. Cristo e Ferreira (2023), em suas entrevistas, notaram que muitas meninas, crias de família, se casavam novas, pois era no casamento que elas viam uma chance de “viver suas próprias vidas” (Cristo & Ferreira, 2023, p. 73), ou seja, o casamento não era necessariamente seu objetivo final, mas sim “ter um espaço, só seu, ou uma casa que se sentissem e identificassem como suas” (Cristo & Ferreira, 2023, p. 73).

3.5 Lutas políticas e os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas

Na década de 1930, começou a se inserir nos debates políticos, econômicos e sociais, na sociedade brasileira, os direitos de trabalhadores e também dos contratantes, resultando no decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a CLT. A CLT abarcava todas as legislações vigentes e regulamentava as relações de trabalho, para as profissões reconhecidas. Naquele momento apenas dois tipos de trabalhadores foram mantidos fora dos debates e da CLT, os trabalhadores rurais e os trabalhadores domésticos. Naquela época o trabalho doméstico já existia no Brasil como um contrato empregatício, afinal era preciso o acordo entre as partes para a realização do trabalho, mas não havia leis que regulamentasse as atividades e as relações entre empregadas e patrões. Ou seja, não havia salário mínimo, horas de trabalho estabelecidas, remuneração por horas extras, e todos os outros direitos que hoje conhecemos.

Em 1972, a Lei nº 5.859, passou a reconhecer o trabalho doméstico, porém foi reconhecido apenas dois direitos trabalhistas, que foi a assinatura da carteira de trabalho e férias remuneradas anuais, de 20 dias. Isso possibilitou que a categoria tivesse, pela primeira vez, acesso à previdência social.

Falamos, pois, de algo ainda muito recente na historiografia do país, e que ainda representava, como destaca Mauricio Delgado, um silêncio sobre os direitos a 'salário mínimo, irredutibilidade salarial, 13º salário, aviso prévio, descanso semanal remunerado, garantia a gestante etc.' (Delgado, 2019, p.452 *apud* Teixeira, 2021, p. 63)

Em 1988, foi consolidada a Constituição Federal, através dela mais direitos trabalhistas foram destinados aos trabalhadores domésticos. Assim, por meio de seu artigo 7º, foi destinado 9 direitos à categoria: salário mínimo, irredutibilidade salarial, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias, licença a maternidade, licença a paternidade, aviso prévio e aposentadoria, que garantia a integração à previdência social. Porém, para as demais categorias de trabalho foram destinados 34 direitos, negando ainda ai que trabalhadores domésticos possuíssem os mesmos direitos trabalhistas.

Em 2006, foram estendidos mais 4 direitos para os trabalhadores domésticos, através da Lei nº 11.324. Por meio dela foram garantidos: o descanso remunerado nos feriados, férias anuais remuneradas de 30 dias corridos, garantia de emprego à

gestante, e a confirmação de que não era permitido descontar, do salário do empregado, despesas como alimentação e moradia.

Ao final do ano de 2012 começou a tramitar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 66/2012, conhecida como PEC das Domésticas, cujo objetivo era alterar o artigo 7º da Constituição de 1988, e assim, garantir direitos iguais a categoria dos trabalhadores domésticos, ou seja, estender mais 17 direitos que já eram garantidos a outros trabalhadores. A PEC gerou grandes discussões nacionais, principalmente no meio midiático, onde era comum afirmar que a PEC tornaria impossível a contratação de trabalhadoras, pois os patrões não teriam como manter essas empregadas.

Em 2013, a PEC das domésticas foi promulgada à Emenda Constitucional nº72, garantindo assim os direitos trabalhistas às profissionais que foram negados desde a CLT, em 1943. Os efeitos imediatos foram sentidos na regulamentação da jornada de trabalho e o pagamento de horas extras, além de mais 9 direitos aplicados imediatamente naquele ano. Apenas em 2015 a PEC foi regulamentada, com a Lei Complementar nº 150, conhecida como Lei das Domésticas.

Desde 1943, a luta das trabalhadoras foi grande para a regularização do trabalho, realizando movimentos políticos e sindicais, reuniões e conselhos de trabalhadoras para que suas exigências fossem atendidas e todas suas solicitações sobre dignidade no trabalho fossem aprovadas. Algumas dessas solicitações não foram atendidas, “as diaristas, por exemplo, deixaram de ser contempladas como a categoria lutou para que fossem” (Teixeira, 2021, p. 71), afinal desde a Lei nº 5.859/1972, são necessários três requisitos para ser considerado como trabalhador doméstico: “prestar serviços de forma contínua (habitual), [...] (recebendo pagamento) e pessoal no âmbito residencial, por mais *de 2 (dois) dias por semana*” (Ministério, 2024).

Desde de 2013, com a PEC das Domésticas, houveram muitas discussões, que apenas deixaram mais explícitas o caráter racista da sociedade brasileira, mostrando como esse racismo e reflete no dia a dia das empregadas domésticas.

A intensa discussão sobre a PEC acionou a explicitação do racismo e da estrutura de divisão de classes de nossa sociedade. Admitir que legalmente as trabalhadoras domésticas seriam tratadas como os demais trabalhadores

era não só institucionalizar um reconhecimento mais efetivo do trabalho doméstico, como também romper com a naturalização, o que de fato ainda não ocorreu numa sociedade em que não rompe com os pactos narcísicos da branquitude (Teixeira, 2021, p. 67).

As heranças das relações de escravidão entre patroas e trabalhadoras não findaram com a abolição, apenas foram perpetuadas no silêncio. Hoje, mesmo com as conquistas vindas das árduas lutas dos movimentos sindicalistas as trabalhadoras domésticas ainda se encontram em situações de vulnerabilidade social, muitas tendo seus direitos trabalhistas negados ou burlados, trabalhando de forma irregular, sofrendo situações onde seus patrões não enxergam seus direitos e não se acostumam com as mudanças do significado social do trabalho doméstico. Isto é uma herança histórica da colonização, baseada na exploração e subalternização de raças, onde a classe dominante buscou e busca formas de conservação do seu poder, assim a marginalização desta classe trabalhadora e a exclusão de oportunidades de ascensão social, especialização profissional e educação, é mais uma forma de manter as desigualdades, como diz Teixeira (2021):

O medo burguês das criadas ganha um novo contorno: o medo burguês da ascensão dos criados. Ele envolve também o medo de seu acesso a espaços de privilégios brancos, como no caso de uma concorrência de filhos de trabalhadoras domésticas a vagas nas universidades (Teixeira, 2021, p. 58).

Minha avó tinha uma empregada doméstica, e o irmão dela era pintor. Uma vez ele foi com seus ajudantes fazer um serviço na casa da minha avó. Na hora de almoçar, a empregada perguntou o que poderia servir de almoço pra eles, e minha avó respondeu: “essa gente come qualquer coisa!”. Quando eles terminaram o serviço e foram embora, ela pediu pra empregada lavar todas as maçanetas das portas que eles tinham pegado. Fora o fato de que a empregada só podia comer na cozinha e usar o quarto e banheiro dos fundos, que ficavam fora da casa, no quintal

Relato enviado para Preta-rara

Minha mãe tinha feito o almoço e quando todos foram almoçar a patroa da minha mãe disse que o almoço dela estava na geladeira. Quando minha mãe pegou era a comida de dias atrás e com o cheiro ruim. Depois desse dia ela voltou pra casa para almoçar.

Relato enviado para Preta-rara

4 AS EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO DOMÉSTICO: AFETIVIDADES, SUBALTERNIDADE E TERRITÓRIO

Revisamos os conceitos teóricos sobre o que influencia na formação de um conceito de lugar e lar, portanto vamos para as práticas vivas que, juntamente com as teorias, nos ajudarão a compreender as experiências que, cotidianamente, reforçam e refazem os significados da realidade para as trabalhadoras domésticas. Portanto, para compreender o significado de lar é necessário levar em consideração a formação da realidade de um indivíduo, esta formação revelará como conceitos importantes em suas vidas foram formados, como o conceito de família, infância, trabalho, individualidade etc. Ou seja, devemos analisar e entender as particularidades da formação do sujeito, para chegar à compreensão do seu conceito de lar.

Sendo assim, neste capítulo, analisaremos as experiências narradas por cinco mulheres, que vivenciaram (direto e indireto) o trabalho doméstico, e que se dispuseram a conversar conosco sobre suas experiências. As entrevistas foram feitas em locais escolhidos pelas próprias participantes, e foram gravadas em áudio, com autorização prévia, uma das participantes fez a entrevista online, por meio de ligação na plataforma *meet*, devido à distância geográfica.

Faremos a análise de três pontos, e a partir deles discutiremos as narrativas das participantes. Além das falas das participantes, vamos analisar entrevistas feitas

com outras empregadas (por outras pesquisadoras), e utilizaremos falas e cenas de filmes e literaturas.

4.1 Sou da família, mas nem sempre: afeto e desigualdades no trabalho doméstico

Certa vez, enquanto trabalhava como estagiária em um escritório de arquitetura, fui realizar um levantamento técnico em uma residência, de um condomínio de classe alta. Chegando lá, me deparei, pela primeira vez, com quatro empregadas domésticas em uma única residência. A que me chamou a atenção foi a babá, pois quando chegamos ela brincava com as duas crianças (aproximadamente de 2 e 5 anos de idade), que pareciam muito apegadas a ela. Em certo momento a mãe das crianças, a patroa, apareceu pela porta da cozinha e pediu pra levar o bebê para cima, ela o pegou no colo e sumiu de vista. A babá, que brincava com ele, virou pra mim e disse “dou meia hora pra voltar com ele chorando, o patrãozinho é muito apegado comigo... sempre fica alegre quando me vê chegando” e ela dizia isso com um sorriso muito alegre no rosto. E não é que ela estava certa? Em menos de meia hora a patroa voltou com o pequeno patrão gritando e com o rostinho vermelho de tanto chorar. Assim que viu sua babá fez cara de dengo e se jogou na direção dela pedindo colo, no que a patroa falou para a babá “não sei porque esse menino só para de chorar contigo”, e eu não soube dizer se ela estava incomodada ou não, e completou “Tua mãe sou eu, menino!” gritando de forma brincalhona para o bebê, que por sua vez se afundou no pescoço da babá, ela deu um sorriso meio sem graça e sumiu mais uma vez. A babá por sua vez ria muito e logo começou a conversar com a criança perguntando o que tinha acontecido, acalmando a criança e dizendo que estava tudo bem, num tom de voz muito meigo.

O projeto arquitetônico que estávamos fazendo era a de uma verdadeira mansão para essa família de quatro pessoas (os pais e os dois filhos), pois com a chegada do pequeno patrão eles viram a necessidade de uma nova residência, dessa vez com mais espaço. O projeto contemplava uma casa com três andares, um andar apenas para os quartos e suítes; outro andar apenas para as diversas salas, cozinha e área de churrasco com piscina; o último andar era uma área feita para festejos, com

sala particular, salão para jogos, lavabos etc.; ainda havia um andar inferior, onde ficava a garagem para vários carros, escritórios, sala de jogos, área de serviço, enfim, uma verdadeira mansão onde há um cômodo para cada situação que possa aparecer na vida de uma pessoa da classe alta. E bem escondido, no final do andar inferior, debaixo das escadas que levavam do porão para a cozinha, havia um quarto pequeno, chamado na planta de “quarto de serviço”. Eu falei com a arquiteta responsável que o quarto estava fora das normas, pois não possuía ventilação natural (janelas) e suas medidas estavam menores do que as que normas permitiam, e isso iria atrapalhar no tramite de aprovação do projeto, a sua resposta foi “tudo bem, ele é deputado, o projeto já foi até aprovado, ele só precisa de um quartinho pra empregada, aquela que cuida das crianças”. Eu lembrei da babá e como ela tinha uma relação de muito carinho com as crianças, e me perguntei como ela deveria se sentir vendo que seu espaço seria menor que o depósito da casa. Seria confuso? Ela se sentiria em casa? Essa foi a primeira vez, enquanto arquiteta, que eu via um quartinho de empregada sendo feito. Foi como presenciar uma agressão e não poder falar ou fazer nada a respeito.

Essa memória traz características muito presentes no trabalho doméstico, uma delas é a subalternidade mascarada em laços afetivos, ou seja, a ambiguidade e contradições que envolvem o trabalho doméstico. A outra característica é o que Lélia Gonzalez (2019) chamou de “divisão racial do espaço”. Estas características se entrelaçam no cotidiano das empregadas, por um lado há uma afetividade entre empregada e a família para qual trabalha, por outro a naturalização de sua posição como subalterna ao impedir seu acesso a certos espaços.

Como já debatemos, anteriormente, no período escravocrata algumas escravas eram alocadas nas Casas Grandes, onde exerciam função de mucamas. Ali elas eram responsáveis por todo o trabalho doméstico, como lavar as roupas, os cômodos, preparo de comida, ajuste de roupas, acompanhar as senhoras na rua ou nas compras, etc. Além disso elas eram responsáveis pelos cuidados com as crianças, desde que nasciam, era as conhecidas ama de leite ou mãe-preta. Elas amamentavam e educavam as crianças para que os pais tivessem seu tempo livres.

Essas crianças passavam mais tempo com as mães pretas que com as próprias mães, na primeira infância. Assim, as crianças aprendiam seus costumes, culturas e falas, eram trocadas e cuidadas de forma carinhosa e materna. Mas quando

creciam deixavam de trata-las como mãe, e passavam a ver nelas a figura da servente preta, uma escrava assexuada, que estava ali disposta a atender suas necessidades e cuidados. Não que o carinho sumisse, não podemos generalizar, mas com o convívio maior em círculos sociais aristocráticos e racistas era comum que as formas de pensar e julgar fossem influenciados pelo meio.

O fim da escravidão não finalizou as relações patriarcais e aristocráticas que envolviam o trabalho doméstico, estas relações se reproduzem até os dias de hoje. Muitas mulheres continuaram morando nas casas de seus patrões, ou continuaram trabalhando para eles. De qualquer forma, esta continuação da convivência diária implicou na famosa frase “quase da família”. Estas empregadas domésticas, eram tratadas com certa afetividade e proximidade, como as mães-pretas, mas ao mesmo tempo as divisões hierárquicas, marcadas pelas desigualdades sociais, estavam ativas nessas relações entre patrões e empregadas, afinal uma pessoa era subordinada e a outra era um patrão. Essas hierarquias marcavam (e marcam) os acessos que tais empregadas poderiam ter, tanto ao mundo social, quanto material e espacial. Ou seja, ela era da família, mas somente até certo ponto, pois não poderia comer a mesma comida que os patrões, não poderia assistir a mesma televisão, não poderia compartilhar as mesmas louças ou os mesmos banheiros.

Jurema Brites (2000) ao entrevistar uma empregada doméstica conta um relato sobre a fala de uma criança, filha da patroa:

‘Lene, tu podia acerta na Sena, né? Aí tu só vinha aqui pra brincar comigo. Tu podias almoçar e deitar na cama da mamãe, para descansar, como ela faz’. Edilene fecha seu relato acrescentando, ‘a ideia da menina! Deitar na sua cama?!’

Essa pequena cena revela aspectos fundamentais da relação entre a empregada e a família para a qual trabalha. Aponta para o afeto que existe entre a empregada e as crianças das quais ela cuida. Mas mostra também a consciência de ambas partes – crianças e empregadas – da enorme distância social que as separa (Brites, 2000, p. 91).

O diálogo entre criança e empregada mostra o afeto que existe entre elas, afinal as crianças tendem a passar muito tempo com as empregadas e babás, mas assim como há o afeto, há, também, a consciência das desigualdades entre elas, a criança pode não saber explicar, mas sabe que é a questão monetária que separa sua mãe de sua empregada, afinal, se Lene ganhasse bastante dinheiro essa distância

deixaria de existir e não haveria demarcações ou limitações para sua empregada, ela até poderia deitar na cama de sua mãe.

Os filhos dos patrões, mesmo com todo o afeto pelas empregadas, são socializados no meio ambiente hierárquico, portanto estão sempre sofrendo influências deste modo social de pensar e agir, e é assim que pequenas crianças, que amam suas babás e empregadas, acabam, na adolescência e vida adulta, criando uma grande distância delas, reproduzindo o que seus pais faziam. A distância que as crianças aprendem a reproduzir entre elas e as empregadas não são adquiridas por meio de tratamentos ríspidos para com as empregadas, mas outros meios, indiretos e disfarçados, como as falas de seus pais quando as empregadas não se encontram e até mesmo a disposição dos espaços.

Então as conversas, que ocorrem fora da presença das empregadas, acabam reproduzindo, e naturalizando, a posição subalterna das empregadas. Observar diariamente as empregadas serem proibidas de ter acesso a certos objetos, comer certas comidas ou até mesmo acessar certos espaços, causa uma influência direta na forma de pensar das crianças.

Exemplos que registrei no meu diário de campo demonstram como a segregação dos espaços é espelhada na atitude das crianças:

Pauline (4 anos): Sabe, a Inês falou que a mãe dela disse que a gente não pode usar o banheiro da empregada

Jurema: Por quê?

Pauline: Porque empregada tem doença na bunda.

Inês: é, a minha mãe explicou que se a gente senta no vaso onde empregada senta, a gente pega doença, porque elas têm doença na bunda.

Dois amigos (7 e 10 anos) de Pauline (4 anos) chegaram na casa e encontraram a empregada deitada no sofá, assistindo à TV, enquanto Pauline desenhava numa mesa ao lado. Eles chamaram a menina e comentaram: 'Manda ela sair daí. Onde já se viu empregada sentada no seu sofá! Mamãe não deixa a Neiva nem sentar na nossa cama!' (Bristes, 2000, p. 100).

É possível notar que mesmo com pouca idade as crianças já reproduzem o que os seus pais praticam em casa, e que é assim que o ciclo de diferenças sociais se renova.

No entanto, as divisões e proibições não são feitas apenas nos espaços físicos, onde é limitado os acessos a certos ambientes ou objetos. Outras formas de divisões são feitas ao proibir ou restringir o acesso a instituições, vínculos sociais,

tecnologias e até educação. Essas restrições acabam gerando um confinamento da pessoa, presa aos cuidados da família confinadora, e, conseqüentemente, criando uma “dependência psicológica em relação a família de seus patrões. Essa dependência reforçava a própria condição de trabalhadoras domésticas” (Teixeira, 2021, p. 43). Estas situações acontecem quando a família encontra vantagens em manter a empregada na situação em que está, seja pela questão monetária (não paga o salário completo, não assina carteira, não dá férias, não paga hora extra, e a empregada não exige tudo isso), seja pela preocupação em achar outra empregada que aceite as mesmas condições.

Vamos analisar essas situações, de ambigüidade e proibições, em duas de nossas participantes Laura e Fernanda:

Laura é mulher negra, com 26 anos de idade e sempre viveu na cidade de Manaus. Aos 5 anos, após o falecimento de sua mãe, foi enviada, juntamente com sua irmã, para uma casa de família, onde se encontra até hoje. Não é empregada, mas uma cria de família: considerada muitas vezes filha, e chamando seus criadores de pais, porém, sempre uma quase filha de uma quase família. Chamaremos a família com a qual foi criada pelos substantivos que ela mesma utiliza, que são pai, mãe (Rosa) e irmãos.

Laura nos fala que quando criança até a adolescência não podia ter acesso ao computador ou celular e, se tivesse acesso deveria ser com alguém vigiando, pois ela não tinha permissão para entrar em contato com alguém de sua família original, ou ir à procura deles. Além disso, ela não podia sair de casa para brincar, como as outras crianças na casa faziam, seu tempo livre era preenchido com trabalho doméstico desde o momento em que acordava até o momento que iria dormir e seus únicos momentos livres eram na escola, mas assim que dava o horário de retornar, Laura deveria estar em casa, ou sabia que passaria por alguma agressão.

Ela já foi na escola gritar comigo... Nem lembro se ela me carregou pelo cabelo, mas ela me puxava e gritava “olha ela mijar na cama”. Ela falou isso e me xingava, xingava muito. O tempo da escola foi difícil, eu não tinha muitos amigos, mas sabia fazer amizade.

Laura também não podia ter acesso a outros espaços educacionais. Rosa a proibia de fazer cursos, mesmo os que eram ofertados nas escolas, com o argumento de que assim não ajudaria nos trabalhos de casa, então sempre que surgia alguma oportunidade de crescimento educacional sua mãe fazia o possível para que ela não tivesse esses acessos. Enquanto seus irmãos (filhos biológicos de Rosa), podiam desde a adolescência estudar em colégios particulares, ir à festas, ter acesso a redes sociais e tecnologia, fazer cursos de línguas e profissionalizantes após as aulas durante seu ensino médio.

Uma vez eu fiz uma prova da escola... essas de ensino médio, que ganhava um curso, e eu ganhei esse curso. Pra mim fazer esse curso!? Cara, foi uma briga lá em casa. Eu chegava em casa e fazia as coisas pra poder ir pro curso. Mas eu não falava pra ela [a mãe], eu só saía. Ela gritava “vai pra onde?” e eu só desviava a conversa e saía pela porta. Ia embora. Só que quando eu chegava levava bronca pra caramba. Na casa tava tudo sujo e jogado de propósito, e eu ficava limpando até tarde.

Todos os filhos (os biológicos) de Rosa ganharam carteira de motorista e carro ao completar a maioridade. Quando chegou sua vez e seu pai sugeriu que estava na hora de Laura ter sua carteira e carro, Rosa se meteu na conversa e começou a reclamar para o marido dizendo que isso era desperdício de dinheiro. Laura disse que se sentiu tão mal com isso que preferiu recusar o curso de CNH (Carteira Nacional de Habilitação), para não ter que passar por mais agressões verbais de sua mãe.

O que notamos é uma predileção de sua mãe, ao privilegiar seus filhos, dando a eles oportunidades de estudo e profissionalização, mas quando se tratava de Laura, sua quase filha, havia um incômodo, afinal, onde já se viu uma cria querer ter o mesmo sucesso que os seus filhos? Estas proibições visavam restringir Laura, tanto fisicamente quanto psicologicamente, afinal, sem amigos ela não poderia criar redes de apoio ou até mesmo nutrir ideias para sair de casa. Restringindo seu acesso à educação e profissionalização, Rosa também manteria Laura sob a mesma condição de ajudante do lar, e disso ambas estavam cientes.

Estas imposições e restrições eram praticadas de forma silenciosa, no sentido de não ser falado o verdadeiro objetivo das restrições. O que era defendido, pela parte de Rosa, era que as tarefas domésticas não seriam feitas se Laura frequentasse um

curso. Mas mesmo quando as tarefas eram feitas ainda haviam restrições. Esse poder que era exercido, era reconhecido, de forma silenciosa, por ambas as partes.

Ela sabe que se eu tiver acesso à educação eu vou sair de lá, vou ter acesso a outras coisas, então, vou ter um vínculo, vou ter um dinheiro e vou embora de casa. Entendeu? E foi isso aí que aconteceu depois. Então eles impedem da pessoa ter esse vínculo com outras pessoas, de ter acesso a uma educação melhor porque vai sair, e vai perder aquela pessoazinha que tá ali a seu dispor. E eu tava a dispor de todo mundo, tinha que tá.

A fala de Laura expõe, de maneira concreta, que ela estava ciente das limitações que lhe eram impostas e o quê estas limitações implicavam em sua vida. O controle que sua mãe exercia sobre ela, e não exercia sobre os outros filhos, mostrava que a mãe se via como a gerenciadora do lar, e o seu papel implicava em ser responsável pelo sucesso de seu marido e dos filhos, então eles deveriam se dedicar aos estudos e trabalho, enquanto ela cuidava do lar para que isso não fosse a preocupação deles. Mas alguém deveria ajudar nos serviços domésticos, e essa seria Laura, logo, controlar Laura era parte de sua obrigação. Quando Laura tentava sair, por um milésimo, do controle de Rosa, ela sofria agressões físicas e verbais, mantendo Laura sobre seu controle. Por outro lado, Laura fala que seus irmãos e seu pai eram diferentes e que a tratavam como parte da família (com exceção de um irmão que era alcoólatra e constantemente a agredia), mas nenhum deles impedia as ações de Rosa. Se Laura precisasse de roupas ou calçados ela precisaria trabalhar fora para conseguir, pois sua mãe não autorizaria a compra com o dinheiro do pai. Se Laura arrumasse trabalho fora de casa precisava ir escondida, com a ajuda dos irmãos, para que Rosa não descobrisse.

Ou seja, o conflito era direcionado a Laura, que era vista por Rosa como uma pessoa de fora, não pertencente e serviçal. Entre Laura e Rosa que as interações se mostravam como de subordinação e desigualdade, e onde o afeto era questionado frente as limitações impostas

A segunda participante se chama Fernanda, mulher parda com 30 anos de idade e nunca foi empregada doméstica, mas sim filha de uma. Fernanda vive atualmente na cidade do Rio de Janeiro, onde finaliza seu doutorado em Química. Ela é a filha primogênita de Lurdes, que foi cria de família, e hoje é empregada dessa

mesma família, de modo informal (sem carteira assinada). Fernanda nos contou como foi crescer sendo filha de uma empregada doméstica e os efeitos disso em sua vida.

Ela nos disse que até seus 5 anos de idade, morava num quarto ao fundo do quintal de seus padrinhos, sua mãe e ela. Em troca da moradia e alimentação sua mãe trabalhava para os padrinhos, cuidando dos trabalhos domésticos e das crianças da casa. Fernanda lembra de constantemente ser anunciada como parte da família, quando vinha convidados ou estranhos na casa. Quando questionada sobre como era, para ela, morar na casa de seus padrinhos e ao mesmo tempo ver sua mãe trabalhando para eles, ela respondeu:

Apesar de ser a primeira prioridade da minha mãe, ela não podia me ter como prioridade. Porque a prioridade era os filhos dos padrinhos. Então, por exemplo, o filho do meu padrinho, que era o patrão da minha mãe, faz aniversário no mesmo dia que eu, a minha mãe não ia passar meu aniversário comigo, ela ia passar meu aniversário fazendo comida pro aniversário dele, pro filho de outra pessoa. Minha infância foi complicada assim, sempre nessa questão. E na minha visão de criança, eu era deixada em segundo plano, apesar de eu sempre me sentir muito amada pela minha mãe e nunca faltou amor sabe?

Então, mesmo que no discurso Fernanda fosse como outra criança da família, ela não recebia os mesmos tratamentos, nem ela nem sua mãe. Afinal, Fernanda não podia comemorar seu aniversário, pois outra criança da família fazia aniversário na mesma data, além disso, sua mãe era a empregada da casa, devia estar sempre a disposição para ajudar em algo, e ela, como sua filha, era vista da mesma forma.

Eu sempre fui uma criança bem quietinha, mas pra eu ficar ainda mais quieta o que a minha madrinha fazia? Quando eu tinha uns 2 ou 3 anos ela me colocava na frente da tv, desligava o som, e eu ficava assistindo desenho sem som, e eu ficava lá olhando a tv enquanto a minha mãe trabalhava.

Quando questionada sobre sua infância a primeira memória a ser compartilhada é justamente uma intersecção entre o trabalho de sua mãe e a afetividade que recebia dela e de seus padrinhos, há uma confusão em definir a “questão” que complicou essa primeira infância. Pois, de um lado há o carinho que ela sabia que vinha de sua mãe, do outro há o tratamento que recebe de seus padrinhos,

que deveriam ser sua família, portanto também deveria receber amor, e no meio disso há uma Fernanda criança que não entende o porquê das diferenciações que recaem sobre ela. Por que o filho do padrinho pode ter minha mãe o dia todo no seu aniversário, e eu não? Por que meus padrinhos me chamam de família, mas não me dão a mesma afetividade que dispersam ao seu filho? Tais questionamentos podem ter surgido, mas nunca debatidos em voz alta com outras pessoas da família.

A gente se sente parte da família, até um certo ponto... Sabe por quê? Porque numa festa de aniversário eu sou a afilhada, mas se outros afilhados estiverem também eu tenho que servir... e eu não sou empregada, nunca fui empregada deles. Mas como a minha mãe foi, eles esperavam de mim que eu ajudasse. Eu já ajudei a cuidar dos filhos deles, dos netos, já ajudei em festa de aniversário mesmo sem eu querer. Chega um ponto da adolescência que você fica tipo "hmm essa relação é completamente estranha". E é difícil porque você tá ali e você faz parte da família..., mas nem tanto, nem sempre, mas depende. Quando outra pessoa da família chega você ocupa um lugar de servidão, entendeu?

Nossa outra participante se chama Sabrina, identificada como mulher negra e com 56 anos de idade. Ela sempre viveu na cidade de Manaus e teve suporte nos estudos por parte de sua família, então conseguiu completar o ensino médio e chegou a frequentar a faculdade, porém, precisou abandonar os estudos para cuidar de seus filhos após a separação de seu marido, e o trabalho doméstico foi a forma que conseguiu de sustentar sua família.

Trabalhando como empregada, Sabrina vivenciou muitas rotinas, na maioria das casas em que trabalhava ela tinha a liberdade de trabalhar durante o dia, sozinha, enquanto os patrões estavam trabalhando, e quando retornavam ela já não estava mais na residência, então nem sempre presenciava exclusões tão marcantes no espaço. Mas ainda assim, sentia as imposições hierárquicas e as desigualdades praticadas por alguns de seus patrões.

Queren: você se sentia confortável nas casas em que trabalhava?

Sabrina: Eu particularmente nunca. Só na casa da Maria, que eu trabalhei por dois anos, que eu me sentia como num lar, mas depois fui sentindo a diferença. Logo no começo (dois ou três meses) pela nossa amizade eu me sentia em casa, mas aí depois, eles próprios começaram a colocar os limites: não, aqui, você é empregada, você não pode passar daqui.

Queren: como?

Sabrina: Por exemplo, uma vez eles estavam conversando, eram coisas da igreja, e eu estava limpando perto deles. Eu sem perceber me meti no meio né, pra dar uma opinião. Eles pararam de falar e ficaram assim, calados. Eu senti que na hora tinha falado merda. Aí eu fiquei na minha. No outro dia, quando eu estava só, ele veio chamar minha atenção dizendo que quando eles estivessem conversando não era pra eu me meter. A partir daquele dia a relação passou a ser patrão e empregada.

Os patrões de Sabrina eram seus pastores, os líderes religiosos da igreja que frequenta há mais de dez anos. Na ocasião em que foi contratada pelos pastores Sabrina tinha uma relação de amizade com ambos, principalmente com a pastora Maria, que sempre a ajudava (com doação de alimentos ou contratando periodicamente seus serviços de diarista), então quando começou a trabalhar em sua casa achou que a relação de amizade ainda se manteria, e que por serem pastores não seria tratada de modo desigual ou subalterno, e realmente foi assim durante alguns meses. Porém o que notamos, ela e eu, é que, no momento em que a relação de trabalho se iniciou, isso foi sobreposto a sua relação de amizade, e a subordinação foi exigida pela parte dos patrões. Sabrina não era mais uma igual, como dentro da igreja onde todos tinham sua vez para falar e todos eram convidados a participar. Agora ela só poderia falar se fosse convidada, e se eles estivessem conversando ou realizando qualquer atividade ela não deveria mais se sentir livre a participar como amiga, mas deveria se comportar como uma subordinada diante seus superiores.

Essas contradições que ocorrem no dia a dia, onde a pessoa é levada a crer, por meio de discursos, que é parte da família, são estruturais e alimentam a interação de subordinação, pois ela “tende a ser considerada parte da família, mas sem sair da condicionante do *quase*” (Teixeira, 2021, p. 42). Pois, o clima de afetividade não apaga as hierarquias impostas nem as desigualdades praticadas. Ambas as partes, emprega/afilhada/filha e patrões, estão conscientes das diferenças existentes, ambas sabem que há uma relação de poder e desigualdade que pende para um lado, e que é mascarada por estas mesmas afetividades.

Nessas relações tão aparentemente próxima, essas mulheres eram consideradas consumidoras desautorizadas dos bens e dos hábitos de seus patrões, o que são padrões psíquicos e comportamentais organizados pelo racismo, ao colocar os negros em lugares que não podem minimamente

acessar o que é confinado historicamente à branquitude (Teixeira, 2021, p. 42).

Os sindicatos de empregadas domésticas lutaram muito para que essas ambiguidades, reforçadas pela expressão “quase da família”, fossem quebradas. Não estamos afirmando que empregada deveria ser tratada com indiferença e que os patrões não deveriam trata-las como família, o que queremos demonstrar com essas contradições é que o trabalho doméstico deve ser tratado como trabalho, que é constitucionalmente reconhecido, e deve ter suas relações mediadas pela CLT. Portanto, as empregadas devem ser tratadas como contratadas, com direitos assegurados, para que elas não dependam de uma falsa familiaridade para ter acesso a moradia e alimentação. Quando mulheres são levadas para casas de família como justificativa de “ser da família” que sejam da família, mas que ao exercerem funções de trabalho doméstico, sejam pagas para isso, dentro das leis que as protegem.

4.2 Vivências e resistências: as rebeldias e as formas de resistência no trabalho doméstico

É importante, também, entender que as desigualdades existentes e a imposição de poder não são recepcionadas de modo passivo ou alienado, pelas empregadas. Antes de tudo, o trabalho doméstico, por si só, já é um ato de resistência, afinal, este trabalho traz vantagens para estas mulheres e suas famílias que outros trabalhos, os disponíveis a elas no mercado, não proporcionariam. Muitas ganham roupas, materiais de construção e alimentos que ao fim do mês ajudam na renda familiar. Algumas também possuem a liberdade para pedir empréstimos, podem solicitar folgas quando se trata de alguma emergência sem que tenham desconto no salário, diferente de trabalhos em CLT, também podem solicitar adiantamento e negociação de horas.

Eu decidi trabalhar como empregada pelo seguinte: na fábrica tem os horários certos. Se você começa às seis horas, você tem que chegar as seis. Se eu chegar atrasada, o atraso é descontado. Se eu falto porque meus filhos estão doentes, eu perco o meu domingo. Se é feriado eu perco o dia do feriado. Não é possível trabalhar em fábrica com crianças pequenas. A menos que você more com mãe ou som sogra. Alguma coisa desse tipo. Mas como

empregada é isso aí. Se eu levo minhas crianças pro parquinho e volto, se chego uma hora atrasada, a patroa as vezes reclama, mas não desconta nada. E se um dia meu filho ficar doente, eu vou e explico pra ela. Na fábrica é duro. Eles não compreendem nada. Agora a patroa compreende a gente melhor né (Kofes, 2001, pp. 175-176)

Sabrina tem quatro filhos e na época em que se separou de seu marido todos os seus filhos eram pequenos (a mais velha com 10 e o mais novo não tinha nem 1 ano de vida), além disso ela não tinha uma rede de apoio parental. Era apenas ela e seus filhos. Ela não via como boa opção deixar seus filhos aos cuidados de babás, pois a única vez que deixou seus filhos com uma babá aconteceu de sua filha ser agredida.

Eu queria trabalhar com a carteira assinada, mas com quatro filhos não tem como, e eu não confiava em ninguém pra deixar eles. Uma vez eu deixei, e a mulher bateu na cara da minha filha, quando ela era criança, até hoje eu odeio aquela mulher. Aí eu fiquei com tanto ódio e nunca mais deixei meus filhos com ninguém.

O trabalho doméstico chega então como uma forma de sobrevivência para Sabrina e sua família. Como empregada ela tinha mais flexibilidades com os horários de trabalho, bem como com a proximidade do local de trabalho, optando sempre pelos serviços em seu bairro, e assim conseguiria trabalhar sem abrir mão dos cuidados com os filhos.

Eu comecei a trabalhar como empregada porque foi mais fácil, eu trabalhava próximo de casa e meus filhos não precisavam ficar com ninguém. Quando dava meio dia eu saía da casa e ia ver como os meninos estavam. Então eu sempre trabalhei próximo, pra quando desse um horário eu viesse ver como estavam. A minha vantagem era que eles eram obedientes, não abriam a porta pra ninguém e ficavam quietinhos em casa assistindo televisão. Então pra mim foi mais fácil trabalhar como empregada doméstica, porque se eu fosse contratada [trabalhar em outra área, como indústria ou lojas] eu ia passar o dia todo fora não ia ter como ir ver eles.

Além disso, há uma resistência cotidiana aos mecanismos de dominação, e esta resistência é engendrada no próprio sistema de dominação. Jurema Brites (2000), em seus estudos, debate as relações locais de poder, com conceitos de James

C. Scott (1985, 1990, 1995), e as exemplifica nos cotidianos das empregadas que investigou.

Scott (1985), nos convida a dar atenção aos movimentos cotidianos e infundáveis da luta que resiste à dominação, estes movimentos, de acordo com o autor, nem chegam a arranhar as estruturas de poder, praticadas como autoajuda e evitando confronto com autoridade, de modo a incomodar:

Aqui estou pensando nas armas banais dos grupos com relativamente pouco poder: a lentidão proposital, a dissimulação, a deserção, a falsa deferência, o roubo de pequenos objetos, o “fazer-se de besta”, a calúnia, o incêndio, a sabotagem, etc. (Scott, 1985, p. xvi *apud* Brites, 2000, p. 23).

Estas, dentre outras, são as armas cotidianas de resistência dos que, em geral, são subordinados e possuem pouco poder. O autor ainda sugere que os contatos que são realizados entre subalternos e superiores são guiados por “elementos performáticos estereotipados e ritualizados” (Brites, 2000, p. 24).

Refiro-me a performance pública daquelas pessoas sujeitas a formas sistemáticas e elaboradas de subordinação social: o trabalhador ao chefe, o inquilino ou meeiro ao proprietário, o servo ao senhor, o escravo ao mestre, o intocável ao brâmane, um membro da raça sujeitada a um membro da raça dominante.

[...] O roteiro público {public transcript}, quando não é positivamente enganador, tende a esconder muita coisa das relações de poder. É frequentemente no interesse de ambas as partes colaborar tacitamente para promover essa “má representação” (Scott, 1990, p. 2 *apud* Brites, 2000, p. 24)

Ou seja, é como se houvesse um roteiro implícito que deve ser seguido, por ambas as partes, quando se comunicam, o que ele chama de **roteiro público**: que define as formas de se comunicar e agir próximo aos subordinados e aos superiores. Mas isso é apenas parte da relação, afinal, há o desenrolar pelos bastidores, quando um está longe do outro, o que ele chama de **roteiro encoberto**.

O roteiro encoberto {hidden transcript} é assim derivado no sentido em que consiste em discursos e práticas dos bastidores que confirmam, contradizem ou modificam aquilo que aparece no roteiro público {public transcript} (Scott, 1990, p.4-5 *apud* Brites, 2000, p.25)

Estes roteiros encobertos podem ser observados justamente em atitudes, gestos, falas e comportamentos que são realizados pelos subalternos quando se encontram longe da presença de um superior, ou vice-versa: quando os superiores se encontram longe dos subalternos. Vejamos algumas situações que Brites (2000) nos apresenta.

A autora aponta para as constantes reclamações que ouvia das patroas que entrevistou, sempre se referindo à falta de esmero com que as empregadas trabalham. Algumas falam sobre como não limpam os cantos da forma que gostam, outras reclamam do tempo que levam pra refazer a organização porque a empregada não seguiu seus requisitos, algumas reclamam da preguiça ou falta de inteligência pra aprender a fazer “da forma correta”.

Os armários da cozinha são uma desgraça! Todo final de semana arrumo os *tupperwares*, as panelas, as tampas. Ensino mil vezes essa coisa de colocar no fundo as coisas que não se ocupa tanto, as maiores, depois as menores; as tampas enfileiradas (também de maior a menor). Que nada! Quando eu abro o armário, despencam todos aqueles potes na minha cabeça (Brites, 2000, p. 83).

Brites (2000), levanta algumas hipóteses sobre o porquê das queixas. Primeiro, as queixas podem existir devido as diferenças culturais e sociológicas entre empregadas e patroas, ou seja, as empregadas aprenderam a realizar os trabalhos domésticos de acordo com as suas realidades sociais, e suas casas são equipadas de modo diferente de suas patroas. Para uma família, periférica raramente há a oportunidade de planejar todos os moveis e ambientes, então a organização é feita da forma que dá. Quanto à limpeza, a mesma linha de pensamento pode ser aplicada, enquanto para as mulheres periféricas na arrumação da casa, em geral, está relacionada à aparência de limpo e arrumado, para mulheres de classe média e alta (influenciadas por discursos de patologia médica), o que importa da arrumação da casa é desinfetar e organizar, ou seja, limpar com os produtos que elas recomendam, organizar da forma que elas mandam, não importa apenas a aparência, até o que não é visto (o interior dos armários) tem que seguir uma ordem, que chega a ser obsessiva.

A outra hipótese é de que as queixas têm como objetivo marcar a inferioridade das empregadas, dando a ideia de que essas mulheres são incapazes, devido a suas origens sociais e culturais. Assim, comumente encontramos, no trabalho de Jurema Brites (2000) e de muitas outras pesquisadoras da área, “frases como: ‘não sei quantas vezes já ensinei... mas ela não entende’; ‘Eu ensino...mas não adianta’; ‘Tem muito a ver com pai e mãe’. ‘Não aprende ou tem preguiça’” (Brites, 2000, p. 90). Isto sugere que “os padrões brasileiros concebem suas empregadas como seres estúpidos, quando não inteiramente burros, portadores de uma ingenuidade divertida, incapazes de assimilar hábitos mais refinados” (Brites, 2000, p. 90).

Esta última hipótese pode desencadear na rebeldia, por parte das empregadas, que se utilizam destas situações como arma de resistência. A lentidão nos afazeres, o ficar calada, o não fazer como requisitado, até o “se fazer de boba”, seriam assim formas de se fazer resistir à uma imposição de inferior. Quando o trabalho não é em carteira assinada e os termos não são bem definidos entre patrões e empregada, há a brecha, muito utilizada, para solicitar favores aos patrões, que por sua vez não conseguem negar, pois sabem que podem ser denunciados ou podem ter “roupas sujas lavadas”.

Outras situações nos mostram como funciona o roteiro público e o roteiro encoberto no trabalho de Jurema (2000), o primeiro por parte de uma patroa:

Estavam presentes durante a entrevista a patroa, suas duas filhas (16 e 5 anos), meu assistente de pesquisa e eu. A patroa nos falava do quanto é necessário “tratar bem” as empregadas, sem deixar que as pessoas “confundam as coisas”.

- Outro dia, eu cheguei em casa e encontrei Alcina esparramada no sofá assistindo TV. Os pés em cima da mesa, aqueles braços abertos sobre o encosto do sofá. Vê se pode? No mesmo lugar que depois eu e as minhas filhas vamos descansar! E ela lá com aquela “inhaca” no meu sofá!!

Então, ensinando como devemos nos comportar em cena pública, a patroa acrescenta:

- Ah, não tiver dúvida. Chamei ela num canto e conversei, com jeito, que é para não ofender, entende? Porque também não se pode ter um inimigo em casa, melhor é usar do bom entendimento, percebe?

- olha aqui, Alcina, não fica bem você ficar aí sentada na sala de visitas. Não que eu me importe, mas pode chegar alguém. E se Ernesto (namorado da patroa) aparece para jantar? Não fica bem, entende? Se você quiser assistir TV, veja no quarto das meninas (Brites, 2000, p. 99).

A situação demonstra uma conversa por trás dos bastidores, praticada pela patroa. Nessa conversa presenciamos a prática do roteiro encoberto, que mostra o outro lado de uma interação ocorrida anteriormente, entre um subordinado e um superior. Na interação ocorrida foi utilizado o roteiro público, ou seja, a mensagem que desejava-se passar foi encoberta pela “etiqueta” da interação. A patroa afirma que não se incomoda que a empregada use o sofá e a TV, quando na realidade aquilo a incomodou, mas ela não pode falar diretamente para a empregada que se incomoda com aquilo, pois precisaria admitir que sente nojo de sua “inhaca”. Então ela pede que aquilo não se repita, inventando outra desculpa (que alguém poderia ver ela sentada ali). Alcina, a empregada, pode ter entendido muito bem que não era outra pessoa ver que incomodava, mas que sua patroa se incomodava com o uso de suas posses, e apenas concordou, para que, estando sozinha, usasse o sofá e a TV. Ou Alcina apenas acatou com o que foi dito, não saberemos dizer, pois seria preciso estar com Alcina em um momento que ela estivesse longe da presença de um superior, para conhecer suas reações. Mas ambas entenderam o que realmente aquela conversa significou.

Em outra situação, da parte das empregadas, podemos observar um pouco sobre uma arma de resistência cotidiana de algumas empregadas: os pequenos roubos. O roubo, por parte das empregadas, não é apenas, como muitas pesquisadoras debatem, uma forma de sobrevivência, ou até acusações infundadas dos empregadores. Mas pode ser encarado, também, como uma forma de autonomia por parte das empregadas.

Vejamos um caso de Jurema (2000) nos conta: duas empregadas, que trabalhavam na mesma casa, Edilene e Túlia, tinham esquemas de pegar frutas ou algum alimento na casa de sua patroa: uma pegava e colocava na sacola de lixo e passava para a outra, que era responsável por retirar o lixo, e nunca descobriram ou confrontaram elas. Até que um dia, a filha de sua patroa a confrontou sobre um cacho de banana:

Maria da Penha [a filha da patroa], se fazendo de besta, perguntou a Edilene: “Por que você vai jogar este cacho de banana sanzinho no lixo?” Diz que ela ficou toda vermelha e veio com a desculpa esfarrapada que ia levar para Túlia almoçar. “ora, Edilene, você sabe que mamãe não gosta que você pegue as coisas sem pedir. Por que não serve um prato de comida e Túlia vem comer aqui?”

Jurema: e o que aconteceu depois, mandaram ela embora?

Manoela: Não. Mas Maria da Penha tem horror de Edilene, né? Não sabe como a mãe aguentava tanto desaforo. Disse que tinha vontade de bater na cara dela (de Edilene) (Brites, 2000, p. 119).

O valor do produto que foi roubado não chegar a ser uma quantia que seja qualificada como “essencial para sobrevivência”, também não justifica a vontade de agressão física. Segundo Jurema Brites (2000), a indignação pode surgir da impotência que a patroa se encontra, afinal, as empregadas fazem parte da sua vida social há anos e possuem certa estabilidade no seu mundo social, assim, elas têm acesso a informações, que fazem com que a relação seja tensa “inclusive pelo não cumprimento dos direitos trabalhistas, o medo de que a roupa suja venha a ser publicizada mantém certas questões empatadas” (Brites, 2000, p. 120). O roubo, para além da vontade de consumir as bananas, pode ser pela simples diversão, que advém da transgressão.

Roubar um cacho de bananas pode ser mais uma de suas oportunidades de diversão. Uma diversão com gosto de transgressão. Poderiam pedir um prato de comida, é claro. Mas, para tanto, Edilene teria que transpor a barreira da vergonha e humildemente pedir um favor à patroa. O prato estaria repleto de “dádiva” e, com ela, a retribuição obrigatória. Roubando um cacho de banana, demonstram sua autonomia sobre aquela economia doméstica vigiada corrompem a confiança construída sobre o eterno merecimento, denunciador da subalternidade (Brites, 2000, p. 120).

Nossa quarta participante vê no trabalho doméstico sua forma de resistir. Neila, é mulher parda e empregada doméstica de 50 anos de idade. Veio para Manaus quando jovem adulta, ainda com seus 20 anos, com seu então namorado e aqui se casaram. Veio na intenção de estudar e trabalhar, pois, segundo nos fala, no interior era difícil conseguir estudar e trabalhar. Chegando em Manaus não precisou trabalhar, pois seu marido conseguia sustentar a casa, assim ela pode se dedicar aos estudos e até mesmo adentrar na faculdade, porém, após o falecimento de seu esposo precisou trabalhar para sustentar seus filhos, que ainda eram pequenos, e o trabalho doméstico foi a melhor solução encontrada.

Neila: Ele [ex-marido] se envolveu com as coisas erradas, saiu de casa, mas dava as coisas pra gente. E meus filhos todos pequenos em casa, eu não podia trabalhar.

Queren: e porque começou a trabalhar como empregada?

Neila: Porque ele morreu. Eu não queria trabalhar como doméstica. Eu ia vender, fazer alguma coisa, algo diferente. Mas creio que foi uma porta de Deus pra mim. Porque eu já tava muito envolvida na igreja, aí uma loja de roupas me chamou. Só que o horário lá eu entrava 9 da manhã e saia 18 horas. Não dava tempo de ir pra igreja, e eu queria ir pra igreja. Ai eu não aceitei e fui trabalhar na casa do médico.

Na casa do médico ela trabalhou por 7 anos, lá, Neila era tratada como uma pessoa da família e amiga. Era confidente de sua patroa e compartilhavam muito seu dia a dia. Mas quando chegou no ápice da pandemia do COVID-19, em 2021, Neila pediu para tirar suas férias, e foi demitida:

Era uma mulher muito boa, mas quando sai de lá eles não me pagaram. Eles não me deixavam tirar férias, e meu filho na época tinha asma, no tempo da pandemia. Aí eu pedi umas férias, que eu tava com medo né de vir e trazer doença, e eles não quiseram me dar. Eu disse que eu tinha direito, porque eu já tava com um monte de tempo lá e nunca tirei férias. Aí eles me deram as férias. Quando eu fui voltar ela simplesmente mandou assim “não precisa mais tu vir...qualquer coisa tu se ajeita com o doutor”. Eu liguei pra ele, ele falou que ela não queria mais que eu fosse e que ia me dá uma gratificação. E não me pagou o que me devia, só a gratificação. Eu não trabalhava de carteira assinada.

Para Neila, a resistência no atual emprego se dá pelo silêncio e distância na convivência com a patroa. Sua patroa não tem atividades externas, então passa o dia na residência e delega as atividades domiciliares para as empregadas. Ela demonstra ser uma patroa que não gosta que os seus limites sejam ultrapassados, mas as outras duas empregadas da casa (cozinheira e babá) estão constantemente a ultrapassá-los, no que a patroa passa a reforçar impondo atividades ou agindo com rispidez.

Eles são muito bons comigo, eles já me ajudaram bastante. Não é só eu, tem mais duas. É uma equipe que trabalha lá. E eu gosto de lá, só que a mulher dele quando ela ta naqueles dias ela se tranca no quarto e não quer falar com ninguém. As vezes ela fica tão estressada que ela acaba humilhando a cozinheira. Porque eu sou reservada, sou mais na minha, faço meu trabalho e fico calada. Elas não. Elas conversam muito, falam muito no telefone, fazem piadas. Eu nem pego no meu celular porque eu não gosto de ser chamada a atenção. Um dia desses a menina levou pão, aí a patroa se levantou e foi lá, perguntou se tinha alguma coisa pra comer. Aí a menina disse “tem tapioquinha, mas se quiser eu trouxe pão”. Ela deu um grito “Que eu vou

querer esse teu pão velho que tu traz não sei da onde!”. As meninas gostam de puxar assunto com ela, de perguntar como tá e eu fico na minha, pra não acontecer comigo.

Neila impõe uma distância com seus patrões e os filhos deles por entender que a proximidade traz consequências que prefere evitar. O tratamento “como da família” impõe características na relação entre patrões e empregadas que são ambíguas (as mesmas que já debatemos antes), e confusos, que ora evidenciam as desigualdades e ora oferece benefício. Ser tratada como da família implicaria na liberdade, entre ela e a família para qual trabalha, que ela não está aberta a aceitar (brincadeiras, repreensões exageradas, grosserias, pedidos fora das suas designações, abstenção de direitos).

Eu, particularmente, vejo assim: é o meu trabalho. Mas, as empregadas que estão lá, eu vejo que elas não estão ali como o trabalho delas. Porque olha só, os problemas que eu tenho aqui em casa, com meus filhos, eu não levo pra lá, e nem os de lá eu trago pra cá. A minha patroa é minha *patroa*, o meu patrão é meu *patrão*. Eu tô lá pra fazer meu serviço. Tudo tem limite. Agora as minhas colegas de lá, eu vejo que elas misturam as coisas. Elas estão precisando de algo aí chegam lá [no patrão] e “olha, eu tô precisando aqui. O senhor pode me ajudar?”, ele é um homem bom, até estica as mãos. Elas falam “tu é isso e aquilo. Tu podia ganhar mais. Tu podia ser mais assim. Tem que parar com isso”. Mas só que eu entendo que eu tô *trabalhando* lá. É meu trabalho, eu tenho que respeitar. Se ele quiser me abençoar, ele vai me abençoar pela própria vontade. [...] E como ela [patroa] fala lá: eu prefiro dar a conta de todo mundo menos da dona Neila, falou foi pra elas.

Neila leva o emprego com seriedade, portanto, chega, faz seu serviço para qual é paga e, no seu horário, retorna para casa. Ao impor uma distância ela não deixa brechas para que os patrões exijam mais do que ela é paga para fazer, assim como não deixa brechas para exigir favores dos patrões. Esse é o seu método diário de resistência: ser respeitada como trabalhadora.

Laura, nossa outra participante, não é empregada, em teoria é uma filha adotiva, mesmo que nunca tenha sido legalmente adotada. Isto implicou, para ela, adentrar um novo ambiente e ter que se adequar à novas vivências. As desigualdades e imposições hierárquicas que ela enfrentava iam para além da relação patroa-empregada, era uma relação de mãe e cria de família, onde o interesse por parte de

uma é se encaixar e pertencer e de outra é ter uma mão de obra para os serviços residenciais.

Quando eu era criança era difícil estudar, porque eu tinha que fazer as coisas dentro de casa e o meu foco só podia ser coisas de casa, não podia sair pra brincar, não podia falar com ninguém... não podia fazer nada! minha infância era fazer coisas de casa. Tinha que acordar cedo e fazer o café da manhã, preparava o almoço, tinha que limpar a casa. E ninguém fazia nada [moravam na casa os 4 filhos de Rosa, um neto e o seu marido], tudo era direcionado pra mim e pra Rosa, porque ela fazia as coisas e eu tava lá ajudando, eu era tipo uma auxiliar. Os meninos as vezes faziam alguma coisinha aqui e outra ali.

Eles deixavam eu ir pra escola, era matriculada, mas não era a mesma coisa que a filha dela, eu podia estudar na escola, pra fora da escola eu já não podia estudar ou fazer cursos. E acho assim, na época eu ia pra escolar porque se não vinha o conselho tutelar. O conselho tutelar fica em cima se a criança não tá estudando. As vezes não podia ir pra escola porque eu tinha que fazer as coisas em casa, por exemplo, se eu não lavava a louça de noite após a janta e ia dormir, porque eu era criança, eu tava cansada, de manhã eu tinha que faltar aula pra lavar.

Por um lado, ela era identificada como fazendo parte da família (principalmente por seus irmãos), e, por outro lado, ela sofria diferenciações dentro do ambiente residencial: Laura tinha o dever (imposto por sua mãe) de ser a primeira a levantar e a última a dormir; não podia ter acesso aos mesmos bens que seus irmãos; não poderia chorar, se não seria agredida (verbal e fisicamente) e nem reclamar. As várias opressões que Laura vivenciou não poderiam ser separadas por ela como um mundo à parte, como no caso de Neila, pois aquela era sua vida familiar, e não um trabalho pro qual ia, mas ao fim do dia poderia voltar a um lugar seguro.

Eu sempre tive que lidar com meu emocional sozinha. Sempre vivi muito na minha bolha. Eu que me protegia, eu fazia o que tinha que fazer porque eu sabia que se não fizesse teria consequências, tive que aprender a lidar com as pessoas, tinha que saber como cada um era. Sabia que a Rosa era estressada, então calava minha boca. Sabia que Ozias me escutava, então conversava com ele. Sabia que minha irmã falava, então tinha que ter cuidado com o que eu falava perto dela. Então eu sempre vivia com muito cuidado e medo. E muita coragem pra enfrentar tudo isso.

As formas de resistência diária de Laura se expressavam nas suas maneiras em lidar com as dinâmicas da família a qual agora fazia parte, foi preciso ela entender muito cedo como contornar situações de conflitos, e, por conseguinte, viver

constantemente sob um estado de alerta. Laura entendeu que esta era a melhor forma de sobreviver àquele ambiente.

Inicialmente, Laura foi pega, para ser criada por Rosa, juntamente com sua irmã Carla. Carla lidava com as agressões e desigualdades de forma diferente, sua maneira era revidar a violência com violência, e as desigualdades com a lentidão e o recusar-se, porém, o resultado disso foi o abandono de Carla, juntamente com boletins de ocorrência, de roubo e agressão contra ela, em uma instituição de orfanato.

A Carla foi alguém que também teve que amadurecer cedo, junto comigo. Só que a cabeça dela sempre foi mais revoltada. Como a gente não tinha acesso à dinheiro e a outras coisas ela entendia que ela tinha que pegar. E a gente vivia numa casa com um policial, então aquilo não era visto como “ah ela pegou, então bora ensinar porque ela precisa aprender que não deve”, não. “Ela pegou, ela precisa apanhar, porque isso é coisa de bandido”. Aquele ambiente não era preparado pra ter duas crianças que vinham de uma situação diferente e horrível né, perdemos pai e mãe. A Carla aprendeu desse jeito: se não me der eu pego, se me bater eu vou devolver. Porque era a forma dela de se defender. A Rosa não batia nela de tapinha, ela batia, *batia*. E ainda tinha o filho dela alcoólatra, que chegava e batia na gente todo dia.

Eu era revoltada do meu jeito, eu entendia que “se eu pegar vou apanhar, se eu falar vou apanhar”. Então, eles perguntavam algo e eu falava “não sei, não vi, não conheço”. Aprendi a me defender calada. O que aconteceu com Carla foi algo muito mais pesado. Ela apanhava e gritava, quanto mais batiam, mais gritava. Ela podia escolher: ou parava ou continuava batendo de frente. E ela bateu de frente e piorou a situação. Ela pegava a chapinha da filha da Rosa para alisar o cabelo, pegava algumas coisas dela também, batom, maquiagem, essas coisas. Coisa de adolescência. Uma vez ela pegou a chapinha e foi agredida muito feio. Hoje em dia eu conheço isso como mal trato. A filha da Rosa pegou a chapinha e queimou a mão da Carla, nessa hora ela surtou. Não tinha mais como segurar a Carla, ela ficou mais violenta. Eles deixaram ela um dia sem comer, como castigo, então ela roubou, ela tava com fome, ela tentou pegar bolacha. Eu sabia que eu ia apanhar, porque sumia as coisas e me culpavam, e eu não deixei ela pegar, e ela pegou um ferro e tacou na minha cabeça que abriu. Ela tava com a cabeça muito bagunçada. Então fizeram boletins de roubo e agressão contra ela e mandaram pra um abrigo.

As formas de resistência cotidiana, como vimos, são quase silenciosas. Partem, quase sempre, da autoproteção de situações de vulnerabilidade social, de desigualdades e do desejo de não estar sempre na posição de subalternidade. As pequenas demonstrações de resistências comprovam que o trabalho doméstico, no caso das empregadas domésticas, ainda passa por momentos de irregularidade e as

empregadas, em sua maioria, sabem como contornar esta situação, seja por pedidos de empréstimos, de adiantamentos, ou favores em geral, seja por pequenas ações que as satisfaçam durante o dia (a lerdeza, o não fazer, as respostas, os roubos).

O trabalho doméstico, no caso das crias de família, é um campo de muito mais vulnerabilidade, onde as crianças se encontram sem muitas chances de movimento, então suas resistências aparecem nas relações cotidianas em família e nas possibilidades de fuga das diversas hostilidades que possam aparecer, como o silêncio ou o esperar firme para futuramente mudar de situação.

4.4 Meu espaço, mas nem tão meu: identidade e territorialidade no trabalho doméstico

Há algumas décadas atrás, as empregadas residentes (aquelas que trabalham e moram no local de trabalho) expressavam um grande número dentre as trabalhadoras doméstica. Em 1999, elas representavam 9% do total das empregadas. Em 2009, esse número já apresentava uma queda, indicando que 2,7% das empregadas residiam no local de trabalho, “o que equivale a aproximadamente 181,4 mil mulheres” (IPEA, 2011, p. 9). Dados do IPEA, mostram que desde então a queda no número de residentes tem sido contínua, e que essa escolha tem sido cada vez menor para as trabalhadoras.

No entanto, vale ressaltar que, mesmo que prevaleça, na atualidade, a distinção entre local de trabalho e moradia, ainda existe uma demanda por trabalhadoras que possam dormir nos domicílios, especialmente por aquelas famílias que contam com crianças, idosos ou outras pessoas que necessitem de cuidados especiais (IPEA, 2011, p. 10)

Dentro desses números se encontram as crias de família, as empregadas e até parentes que fazem o escambo da moradia pelo trabalho doméstico. Esta condição de moradia, onde trabalho e residência se misturam, transformam o trabalho doméstico em uma situação de fragilidade social, afinal, se há algum tipo de exploração ou situação irregular, torna-se difícil que a fiscalização ocorra, pois tudo acontece dentro de um ambiente familiar, que é fechado ao público. Este vínculo de

trabalho expõe estas mulheres a jornadas extremas de trabalho, sem horários ou tarefas definidas, por estar sempre a disposições dos patrões, como nos casos da mãe de Fernanda e da própria Laura. Além disso, elas “vivenciam uma situação de absoluta ausência de privacidade e constante deslocamento de suas realidades e de não pertencimento, o que dificulta a construção de suas próprias identidades” (IPEA, 2011, p. 11).

Morar no local de trabalho implica a imposição de poder e desigualdades que são mascarados na convivência cotidiana, afinal, dificilmente uma empregada não desenvolverá empatia e sentimentos pelas pessoas com quem tem a convivência diária. Então, cria-se certa empatia, de ambas as partes, mas isto não impede o exercício das desigualdades e hierarquizações.

Isto implica consequências diretas no sentimento de pertencimento das mulheres, assim como na definição ou redefinição de conceitos primordiais em suas vidas, como o conceito de espaço, de lar, de família, de infância, de casamento, de trabalho etc. Além disto, a construção de sua própria identidade é afetada, visto que, a identidade é ativamente produzida dentro de um sistema de significações, que por sua vez é moldado dentro das relações afetivas e sociais.

Como debatemos no capítulo 2, o território¹, aquele espaço apropriado por um indivíduo ou um grupo, possui informações e organizações que demonstram as interações sociais entre: 1) as pessoas que ali habitam e 2) entre os espaços que compõe o local como um todo. Este território pode ter como característica principal os diferentes níveis de hierarquias existente, ou de dominação, ou as reciprocidades e complementaridades entre as pessoas e os espaços. Quando inseridas em um novo ambiente, um novo território, as socializações e organizações dos espaços vão informar para a nova pessoa como funciona aquele grupo social. Ao dizerem para Fernanda, por exemplo, que aquela era sua família ela processa isso como uma informação, mas quando a tratam como alguém não-pertencente e a proíbem de acessar a piscina da casa, aquelas também se tornam informações importante, que influenciam na sua formação identitária (sou como eles ou não sou?).

Neste caso, estas mulheres não são pertencentes e nem não-pertencentes, elas são ambas as coisas. Se encontram em cima do muro, por assim dizer, e a

¹ Para este tema voltar ao capítulo 2, no subtópico “territorialidade”

dependem da situação elas podem ser consideradas como de dentro ou de fora, como pertencentes ou não-pertencentes. Se formos colocar em termos, podemos definir isto como uma identidade híbrida, ou flutuante, que é quando a identidade está em constante movimento entre identidades e territórios simbólicos². E este movimento leva à sensação de “não se sentir em casa”. Pequenos avisos e atitudes levam a este sentimento, vejamos isto no exemplo muito bem retratado, pelo filme “que horas ela volta?” de 2015.

O filme, dirigido por Anna Muylaert, é um drama brasileiro que retrata a história de Val (interpretada por Regina Cazé), uma mulher nordestina que vai à São Paulo em busca de melhores condições de vida, mas deixa para trás sua filha Jéssica, aos cuidados do avô. Em São Paulo, ela consegue trabalho como babá, em uma família de classe média-alta, cuidando de Fabinho. Após 13 anos, a filha de Val informa que vai para São Paulo prestar vestibular, e pede para ficar na casa de sua mãe, sem saber que Val mora no quatinho da empregada.

Jéssica fica surpresa que sua mãe, que em teoria é “como se fosse da família”, mora em um quatinho, onde mal cabem uma cama e um móvel ao mesmo tempo. No desenrolar da história, Jéssica percebe que a situação que sua mãe vive, no trabalho, não é de parentesco, mas de subordinação e se revolta com a situação, demonstrando em vários momentos não querer se sujeitar àquela situação, até que decide sair daquela casa.

Jéssica: sinceramente, Val, não sei como é que tu aguenta, visse?

Val: Como é que eu aguento o quê?

Jéssica: Ser tratada desse jeito, que nem uma cidadã de segunda classe. Isso aqui é pior que a Índia

Val: Não vem com essas conversas difíceis, esse negócio de Índia, não. Tu é metida, isso que tu é. [...] Tu é que se acha. Tu se acha melhor que todo mundo. Tu é superior a todo mundo.

Jéssica: Não me acho melhor, não, Val. Só não me acho pior, entendesse? (QUE, 2015, 1:16:54)

Val é tratada por Fabinho, em muitos momentos como se fosse sua própria mãe, com carinhos e confidências, e em outros momentos ela é tratada apenas como uma empregada, como na festa de aniversário da patroa, para qual Val é convidada,

² Para este tema voltar ao capítulo 2, no subtópico “identidade e diferença: o outro distante”

mas para trabalhar, vestida com as vestes de empregada. Ela não pode entrar na piscina, não pode se sentar na mesa de jantar, não pode acessar os espaços sem autorização, nem comer as mesmas comidas, mesmo que seja oferecido, afinal, como ela mesmo fala “quando eles oferecem alguma coisa que é deles é por educação, é porque eles têm certeza que a gente vai dizer ‘não’” (QUE, 2015, 00:59:00).

Ao pedir permissão para que sua filha permanecesse algumas semanas na casa dos patrões, para que pudesse estudar para o vestibular, os patrões informam para Val que ela é da família e que sempre seria bem-vinda. Mas quando veem Jéssica entrar na piscina, sentar na mesa, ficar no quarto de hóspedes e comer suas comidas, passam a mostrar desconforto, e até chegam a pedir que ela fique apenas “da porta da cozinha pra lá”.

Val sabe que passa por desigualdades e está ciente da forma que é tratada, sabe que é uma empregada, pois constantemente é lembrada de sua posição (deve preparar a alimentação de todos pela manhã, não pode comer a mesa, não pode entrar na piscina) e que também tem afetividades pela família, principalmente por Fabinho, de quem cuida desde a primeira infância. Quando afirmam que ela é da família, mas a tratam de outra forma é inevitável que tenha sentimentos ambíguos. Mas aguenta tudo, por sua filha, afinal, era a forma que tinha para conseguir mandar dinheiro para seu sustento.

A questão principal a ser debatida não é sobre a afetividade que lhe é direcionada, isso é inevitável com as rotinas cotidianas compartilhadas, mas sim a forma como ela é usada para esconder as desigualdades sociais e hierárquicas que são exercitadas. E são justamente essas desigualdades que causam confusão quanto ao sentimento de pertencer. Elas são exercitadas no espaço, onde ambientes são proibidos, alimentos são impedidos de consumir e até socializações são impedidas de acontecer. Aquele ambiente não é acolhedor, não é um ambiente em que ela possa sentir pertencer, por mais que verbalizem à Val que aquela é sua casa, ela não consegue se sentir como pertencente, na maior parte do tempo. Ela sente fazer parte quando está ela e Fabinho, em seus momentos de confidências e afetividades, mas no resto do tempo sente ser intrusa. Quando chora precisa fazer às escondidas. Quando precisa conversar tem que fazer isso com outra diarista, pois para os patrões ela precisa ser uma pessoa sem problemas ou aflições.

Val está sempre entre pertencer e não-pertencer, até que Fabinho se muda para outro continente, após reprovar no vestibular, e Val decide pedir demissão, após fazer pequenos sinais de resistência, como entrar na piscina escondida, durante a noite. Quando sua filha passa no vestibular, Val manda trazer seu neto, que Jéssica deixou com os avós para poder ir à São Paulo estudar, e informa a filha que se demitiu, para agora ajudar Jéssica a criar seu filho, mudando assim uma história que poderia muito bem se repetir (como Val, que cuidava do filho de outra pessoa enquanto sua própria filha estava em outro estado).

É importante notar que as proibições de acesso a espaços, e até mesmo destinar espaços insalubres, às empregadas, partem das desigualdades existentes em sociedade, onde o outro (ou a outra) é visto como perigoso e ameaçador da unidade familiar, portanto, não pode ter acesso, sem permissão ou vigilância, às áreas consideradas importantes das residências, como os escritórios ou suítes. Além disso, as desigualdades acionam preconceitos raciais contra uma classe de pessoas, os pobres, como sendo portadores de doenças e sujeiras, sendo ignorante e transmissores da degeneração que corromperá a família. Logo, a vigilância deve ser ativa de modo a evitar uma possível contaminação, desta forma é destinando um banheiro, louças e espaços exclusivos para o uso por estas pessoas, além das formas de vigilância constantes.

Vários manuais foram produzidos, principalmente ao início dos anos 1920, para ajudar as donas de casa a gerir o lar, com uma empregada, a “estranha” dentro do lar. Muitos citam os cuidados que devem ser tomados para vigiar as empregadas e manter a boa convivência com elas. Kofes (2001), analisa um desses manuais, no que ela resume:

Numerosas e diversa são as normas que regulam a presença da empregada na casa. Há três domínios nos quais sua presença seria fundamentalmente mais controlada: os alimentos, o cuidado com as crianças e o quarto do casal (neste particularmente a cama). Quarto e cama têm em comum o fato de estarem diretamente ligados à reprodução da família (como organização e relações sociais, e não quanto ao espaço físico que a família ocupa) [...]. A boa empregada é aquela que faz o serviço corretamente. Dependendo da patroa, é a que faz a seu gosto ou autonomamente. E que seja limpa. Limpos devem ser seu corpo, seus serviços e seu comportamento moral. Que uma empregada tenha uma “moral duvidosa” não incomoda muito, desde que se manifeste fora dos limites da casa. Mas por conta dessa “moral duvidosa”, vários mecanismos de separação são intensificados, como o uso de alguns objetos, do banheiro e outros (Kofes, 2001, p. 167).

Os espaços destinados à empregada são espaços segregados, ou seja, por si só, estes espaços, representam as hierarquias sociais existentes, dentro de uma residência para com essas trabalhadoras. Estes espaços não respeitam a individualidade da empregada, principalmente da que é não residente: o banheiro pode até ser chamado de “banheiro da empregada”, mas vai conter entulhos, caixas, vassouras e objetos velhos que querem ser escondidos da vista, assim como o famoso “quartinho da empregada”:

Essa peça, antes destinada a ser moradia, agora serve apenas para uso durante o dia. Trata-se de uma peça situado inevitavelmente atrás da cozinha e a lavanderia, onde, em geral, não cabe mais do que uma pequena cama de solteiro. O banheiro revela o verdadeiro status da empregada nesta casa. Essa área exíguas mal tem lugar para um chuveiro e um vaso sanitário. Naqueles que vi, é comum encontrar a tolete sem assento, mas quando este existe, a arquitetura do espaço faz com que, quando se liga o chuveiro, a peça inteira inunda, inclusive o assento. É difícil, se não impossível, dar a esses espaços uma aparência limpa e organizada (Goldstein, 2000, manuscritos *apud* Brites, 2000, p.97)

Estas ações, por parte da classe dominante, apenas evidenciam suas formas de pensar, onde subalternidade não necessita de dignidade. Nossa quinta participante é Mirtes, mulher negra com 64 anos de idade, que veio para a cidade de Manaus, pela primeira vez, ainda moça, com 13 anos, para estudar, pois, na sua cidade natal, um município no interior do estado do Amazonas, não conseguia o acesso à educação. Através de sua prima, ela conseguiu vir para Manaus para ser criada “como filha” em uma casa de família. A partir de então circulou em várias residências, até se casar aos 18 anos e ir viver a própria vida.

Mirtes tinha sido alertada por seu pai que ela seria criada como filha, pela família que iria acolhe-la, e por isso deveria se comportar e ajudar. Chegando em Manaus a realidade foi outra.

Papai tinha uma coisa, que ele dizia “vai como filha”. Eu achava que como filha é como eu trato meu filho e minha filha, mas não. A pessoa não me pagava nada, só dava a comida e a casa e olhe lá. Fiquei lá um ano e meio, foi o tempo que meu irmão veio pra cá, e eu disse pra ele que não tava me dando lá e não queria, aí ele me tirou de lá e me mandou de volta pro meu pai.

Mirtes, em suas falas deixa claro que não conseguia estudar, conforme era seu desejo, pois durante o dia só podia se dedicar aos serviços domésticos, e por um período precisou parar os estudos, devido à rotina cansativa de trabalhar e estudar. Muitas das casas em que trabalhou não chegava a receber um salário, e quando recebia era uma quantia mínima, onde era descontado gastos com alimentação e transporte, por exemplo. Ela também, nos contou sobre o tratamento que recebia, com cobranças constantes sobre os serviços domésticos, e como isso acabou atrapalhando seus estudos, ao mesmo tempo que a incomodava para querer sair daquela situação.

Eu tinha que fazer tudo, varrer a casa, lavar a casa, lavar louça, fazer almoço, lavar roupa, e naquela época não tinha máquina de lavar era na mão. E fazia isso todos os dias. Quando sobrava um tempinho que eu ia fazer meus deveres, mas aí o cansaço já batia. Eu não consegui terminar meus estudos, só consegui depois que casei. Tinha aqueles supletivos que eu estudava e ia fazer um provão.

Seu maior incomodo era trabalhar muito e sacrificar seus dias por outras pessoas, sem um retorno para a sua própria vida. Mirtes, saiu de sua cidade natal para ser criada como cria de família, onde receberia um lar e cuidados, em troca de ajuda com alguns serviços domésticos, enquanto finalizava seus estudos. Como essa experiência não foi boa inicialmente, ela decidiu trabalhar como empregada, assim receberia algum salário. Saiu da casa de família na qual iria viver sem receber, e passou a trabalhar em outras casas, e quase sempre morava nelas. Quando não morava onde trabalhava ela residia com seu irmão, na cidade.

Como Cristo e Ferreira (2023) falam em seus estudos, muitas meninas crias de família veem no casamento uma forma de fugir dessa realidade que se encontram, onde não possuem autonomia, espaço próprio e nem oportunidades para estudar e se profissionalizar. O mesmo ocorreu com Mirtes, foi a partir de seu casamento que ela pode experimentar autonomia como pessoa e se dedicar aos estudos e profissionalização.

Conheci meu marido. Passou um tempo e nós ficamos juntos, eu engravidei e então fomos viver juntos. Foi a partir do meu casamento que eu parei de trabalhar na casa dos outros. Foi maravilhoso, eu já não precisava acordar o horário que eu acordava, tinha casa que eu trabalhei, que 4 horas da manhã o patrão mandava eu acordar pra preparar o café da manhã dos filhos. Quando casei senti um alívio, eu não tinha mais aquela responsabilidade de ir, para trabalhar na casa dos outros. Eu já trabalhava pra mim, cuidava dos meus filhos, da minha casa, do meu marido. Era bem diferente.

Os espaços que eram destinados a Mirtes, quando morava nas casas em que trabalhava, eram quartinhos nos fundos das casas, sempre pequenos e com entulhos. Ou então dividia o quarto com os filhos dos patrões. Quando não estava na casa de patrões, estava na casa do irmão. Então ela só pode experimentar um espaço seu quando finalmente se casou e foi viver com seu marido, ali o espaço era dela e ela tinha a autonomia para imprimir suas vontades e desejos, sem ser constantemente lembrada que nada ali lhe pertencia.

Fernanda também vivenciou a imposição de opressões espaciais advindas do trabalho de sua mãe. Quando pequena elas viviam na casa de seus padrinhos, num quartinho de empregada. Lá o espaço não era delas, e esse lembrete estava impresso no espaço. Como ela mesmo fala o quarto era pequeno e cheio de entulho, como um depósito da família. Como uma bonificação pelos anos de trabalho, e como parte do pagamento, sua mãe ganhou uma casa dos patrões, numa área periférica da cidade.

A partir do momento que a minha mãe chegou em Manaus ela já começou a trabalhar como empregada doméstica, cuidando de crianças, fazendo a limpeza e essas coisas. Tinha muita essa relação, sempre teve, de: eu preciso de alguém pra trabalhar e você precisa de uma casa. Então, você pode morar aqui, nesse quartinho, sendo que o quartinho não é com o resto da família, sempre separado. Você mora nele e tem que tá sempre disponível pra mim, 24 horas todos os dias.

Na casa dos meus padrinhos tinha a casa com os quartos normal, e aí vinha o quintal, a lavanderia e depois da lavanderia tinha o quartinho e a gente dormia lá. No quarto só cabia a cama de solteiro, um monte de coisa entulhada, que não era nem nossa, e o banheiro. Não era nada demais.

Experiências desse tipo acabam influenciando, como muitas outras experiências durante a vida, no significado de espaço pessoal, de pertencimento e até

no significado de família. Ao designar um espaço, para uma empregada, onde ela não possa ter o mínimo de sua identidade ou privacidade apenas demarca as desigualdades ao tempo que as reproduzem, deixando para uma classe considerada inferior apenas o que é definido como restos, pela idealização de que isto é natural a ela. Sobre isso, Lélia Gonzalez (2019) consegue traduzir perfeitamente os significados dessas ações:

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que tem que ser atacadas e desmascarados. Os diferentes indicies de denominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. Até a polícia formalmente constituída. Da casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (...) No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias (Gonzalez, 2019, p. 246)

Portanto, é preciso dizer como habitamos nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num "canto do mundo". Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como diz amiúde, o nosso primeiro universo.

Gaston Bachelard

5 REFLEXÕES FINAIS

Para compreender alguns significados, aqueles em que a curiosidade se transformou neste estudo, foi preciso compreender a trajetória de vida das participantes. Algumas conversas foram longas, onde a conversa fluía naturalmente e não era preciso realizar muitas perguntas para a participante contar seus relatos. Outras não foram tão dinâmicas, mesmo com as pessoas que eram próximas, mas todas foram produtivas. Após nossas conversas, quando elas já haviam contado tudo que gostariam, vinha então a pergunta final: o que é o lar?

Sendo assim, irei agora apresentar os cinco significados de lar que eu conheci através deste estudo. São os lares da Laura, Fernanda, Sabrina, Neila e Mirtes. Todas são mulheres, negras e pardas, residentes da cidade de Manaus, com exceção de Fernanda que atualmente está no Rio de Janeiro completando seu doutorado. Para compreendermos seus lares foi necessário entender, primeiramente, a jornada de cada uma. Farei um resumo de suas vidas, mas tentarei ser fiel às suas lutas e conquistas. Primeiro vamos entender suas experiências e então como isso influenciou nas significações de espaço, lugar e lar.

5.1 As nuances da vida das cinco marias

Laura

Laura tem 26 anos de idade. Quando tinha apenas 5 anos sua mãe faleceu, após um parto de risco. Seu pai arranjava alguns bicos, aqui e ali, mas não era presente na sua criação. Na época sua avó cuidava dela e de todos os seus outros cinco irmãos, inclusive a bebê que nasceu no falecimento de sua mãe. Porém, sua avó, uma mulher de idade avançada e pobre, não tinha mais condições de cuidar

deles. Assim, sua avó começou a pedir para que amigos e conhecidos ajudassem na criação das crianças, dessa forma as crianças seriam adotadas por famílias de confiança e teriam mais oportunidades na vida, em troca elas ajudariam com afazeres domésticos.

Laura foi para uma casa de família assim que sua mãe faleceu, onde foi bem tratada, segundo ela. Lá ela podia brincar, ir para a escola e estudar, e ajudava a senhora que a tinha acolhido, mas em pouco tempo retornou dessa casa e voltou para a casa de sua avó. Chegando lá, não passou muito tempo e foi encaminhada para a casa de Rosa, que deveria chamar de mãe.

Laura não teve uma vida muito calma, desde que chegou precisou cumprir rotinas muito árduas de trabalho, fazendo os serviços domésticos que Rosa lhe passava. Ela soube desde cedo que não era realmente filha, não por ter vindo de um lugar diferente, mas por receber tratamentos diferentes. Os filhos de Rosa tinham acesso à serviços, bens e tratamentos que ela não tinha e nunca teve, então os tratamentos diferenciados (por parte dos pais) confirmavam para Laura que ali ela não era igual às outras crianças.

Ela compartilhava certa cumplicidade com o neto de Rosa, que era criado na mesma casa, o Ozias, e também certa amizade com os filhos de Rosa, os quais a tratavam como irmãos. Então as diferenças de tratamento tinham sua fonte mais em Rosa, do que nos outros membros da família. Laura também era agredida constantemente por Rosa, o que mais tarde gerou algumas dificuldades em sua vida social, tanto para se relacionar com outras pessoas como para com suas ansiedades.

Já na vida adulta ela tentou ir morar com sua irmã, mas a mesma passava a ela a impressão de não ser bem vinda, e voltou para casa de Rosa. A primeira oportunidade que ela teve, de se ver independente de seus pais para ter uma vida sua, foi através de seu atual trabalho, onde é instrutora de tênis. Através dele ela pode pagar sua faculdade e um curso preparatório, além disso foi através do trabalho que teve contato com uma vida social fora do círculo de sua família.

Para Laura, sua vida foi construída em base de constantes medos, desigualdades e inseguranças, frutos da relação de sua família. Sua infância não foi fácil, mas sua vida adulta já apresenta algumas mudanças, principalmente pela sua

vontade de se ver independente de seus pais de criação. Ela tem como expectativa de futuro, poder ter um emprego estável e um espaço só seu.

Fernanda

Fernanda é uma jovem mulher parda com 30 anos de idade e nunca foi empregada doméstica, mas sim filha de uma. Fernanda é a primeira filha de sua mãe, e até os seus 5 anos de idade, as duas viveram na casa de seus padrinhos. Lá elas tinham um quartinho para dividir: o quartinho de empregada. Era um espaço pequeno, onde ficava a cama de solteiro, onde as duas dormiam, e algumas caixas e entulhos da família de seus padrinhos. Então não era um espaço tão dela.

A mãe de Fernanda veio do interior do Amazonas para a cidade para conseguir estudar e trabalhar, ao chegar aqui as únicas oportunidades que teve foi a de trabalhar como empregada em troca de moradia. Após alguns anos de serviços os padrinhos de Fernando decidiram “presentear” (as aspas são de Fernanda) a sua mãe, com uma casa, numa área periférica da cidade. Ela continuou trabalhando para eles por algum tempo, tentou fazer outras coisas, vender alguns alimentos, fazer alguns cursos, mas sem muito sucesso acabou voltando a trabalhar para a família dos padrinhos.

A mãe de Fernanda é muito grata a esta família, pois alega que quando precisou apenas eles ajudaram, e sempre que eles precisam de algum favor (como uma faxina ou cuidar de uma criança) eles a chamam. Para Fernanda esta gratidão cega apenas reforça as desigualdades pelas quais sua mãe passa, pois os padrinhos nunca assinaram a carteira da mãe ou pagaram a ela os devidos honorários.

Fernanda fala que por muito tempo se sentiu parte da família, principalmente na infância, porque era o tempo todo lembrada pela mãe e pelos padrinhos que eles eram uma família. Mas quando chegou a adolescência Fernanda começou a estranhar e questionar a relação que ela e sua mãe tinham com os padrinhos. Ela começou a notar que na casa dos padrinhos elas não podiam acessar a casa com liberdade, tinham que estar sempre caladas e comportadas. Em festas da família elas não eram convidadas para participar como outros membros da família, elas eram chamadas para trabalhar e servir aos outros convidados. Os tratamentos com elas eram de subordinação e não de familiaridade. Então a fala de “ser da família” era real somente

sob circunstâncias muito raras. Assim, Fernanda, desde a adolescência, se esforça muito para conseguir mudar a realidade da mãe (que ainda trabalha para os filhos dessa mesma família sem carteira assinada) e conseguir dar a ela uma velhice tranquila.

Na casa da sua mãe, Fernanda não teve a oportunidade de ter o próprio espaço, afinal a casa foi construída de modo improvisado, então ambas ainda dividem o mesmo quarto, como na infância. Ela morou por um tempo na casa de sua namorada, mas nunca sentiu que o espaço fosse seu. Além disso, atualmente ela vive numa república, onde aluga um quatinho, que também não sente o conforto que espera sentir de um espaço identificado como seu.

Hoje, ela se encontra numa fase muito importante na sua vida acadêmica e profissional: o doutorado. Em alguns meses vai para França, completar seus estudos e espera poder realizar o sonho de sua mãe de ver outro país. Ela nos disse que quando foi contar as novidades aos padrinhos, sobre ter passado na universidade (ainda na graduação), suas reações foram um tanto desconcertantes, mas que ela já entende que a surpresa era porque eles a viam como “a filha da empregada”.

Sabrina

Sabrina é a filha mais nova de onze irmãos. Tem 56 anos de idade e é uma mulher negra. Na sua infância ela foi uma criança muito solitária. Como todos os seus irmãos já eram mais velhos e seus pais idosos, ela vivia a brincar em casa sozinha com os brinquedos que a sua mãe fazia. Ela diz que seus pais se comunicavam pouco com ela, então nunca conversaram sobre o futuro ou sobre como ela deveria se preparar para ele, por isso acha faltou ser avisada sobre a importância dos estudos e trabalho quando jovem. Para se preparar para o mundo. Na adolescência ela foi muito ativa na escola, brincava e criava confusões na escola, mas em casa era sempre sozinha.

Ela teve a oportunidade de estudar em uma boa escola em seu ensino médio, onde haviam conseguido uma bolsa de estudos, então ela pode ter acesso a uma boa educação na juventude, teve cursos que preparavam para o secretariado (agora administração). Quando completou seus 21 anos saiu de casa e, como trabalhava em uma fábrica, pode comprar um terreno e ir morar com seu marido. Quando teve seu

primeiro filho decidiu ficar em casa e se dedicar à maternidade, mas após a segunda criança entrou no curso superior de magistério e fez dois anos de estudos. Alguns anos mais tarde eles venderam essa casa, e foram morar em outra, doada por sua cunhada.

Após ter o seu quarto filho precisou largar a faculdade, devido a separação do seu marido. Assim, com quatro filhos pequenos para criar e sem apoio familiar, Sabrina precisou encontrar trabalho. Ela tentou trabalhar em serviços que assinassem a carteira de trabalho, mas esses trabalhos não davam a ela a segurança de poder ir ver seus filhos durante o serviço, e ela também não confiava em babás, devido à uma má experiência que teve no passado, onde a babá agrediu sua filha (eu tinha dois anos na época). Então, pela facilidade que isso forneceria como mãe, ela decidiu ir trabalhar como empregada para algumas famílias próximas, de acordo com ela, esse trabalho permitia que ela saísse mais cedo ou até durante os serviços para ver seus filhos, além disso, ela recebia muitas doações que agregavam à sua renda: roupas, alimentação, eletrodomésticos, materiais de construção. Então, seu trabalho trouxe muitos benefícios.

No trabalho doméstico ela passou a diferenciar o seu comportamento na casa dos outros para a sua casa, pela sua posição de conforto. Na sua casa ela poderia entrar, relaxar e fazer as coisas no seu horário e conforme a sua vontade, já nas casas onde realizava os serviços, era esperado que se portasse como subordinada, devendo estar pronta para os desejos de seus patrões. E foi dessa forma que ela conseguiu criar seus quatro filhos, todos adentraram a faculdade, e segundo ela “nenhum se desviou do bom caminho, não me arrependo de nada”.

Hoje, ela não trabalha mais como empregada ou diarista, mas não conseguiu se aposentar, porque todos os seus trabalhos foram informais. Passa a maior parte do seu tempo no sítio, cuidando de seus cactos, seus gatos e suas árvores frutíferas.

Neila

Neila, é mulher parda e empregada doméstica de 50 anos de idade. Na infância foi criada em um lar calmo, com seus pais e irmãos, no interior. Ela diz que seu pai foi muito presente em sua educação, sempre ensinando sobre o que era certo

errado. Quando jovem tinha vontade de estudar e trabalhar, mas no interior não é fácil. Então veio para Manaus com o seu namorado, tinha 20 anos na época.

Quando chegou aqui ela se casou com seu namorado e conseguiu completar seus estudos de ensino médio e entrar na faculdade. Mas logo teve que sair, seu marido, na época, era muito agressivo, e devido aos constantes ciúmes a fez largar os estudos. Eles tiveram três filhos juntos, e ele não a deixava trabalhar, porque ele sozinho conseguia sustentar a família, assim, ele conseguiu comprar uma casa para eles.

Algum tempo depois ele “começou a se meter com coisas erradas”, conforme diz Neila. Saiu de casa e foi viver com outra mulher, mas nunca deixou de ajudar Neila e seus filhos, no que ela ainda não precisava trabalhar. Nessa época Neila entrou em um grande momento de depressão, pois se via sozinha em uma cidade distante de sua família e cuidando de seus filhos pequenos. Foi na igreja que ela encontrou apoio social e emocional. Lá ela conseguiu encontrar uma comunidade que a ajudou em seus momentos difíceis.

Após o falecimento de seu ex-marido, Neila precisou trabalhar, para o sustento de seus filhos. Na época estava muito envolvida com a igreja, então não queria abrir mão de ir para as reuniões noturnas. Recebeu proposta de algumas lojas para trabalhar, mas os horários batiam com os horários dos cultos e reuniões da igreja. E então aceitou fazer um serviço doméstico, e desde então trabalha como empregada doméstica.

Na primeira família para qual trabalhou foi tratada “como da família”, chegou a ser confidente e amiga de sua patroa, mas quando solicitou férias, em meio a pandemia do COVID-19, ela foi demitida, após sete anos de trabalho e não teve seus direitos assegurados. Após esse episódio Neila se mantém mais distante de seus patrões, busca sempre impor seus limites para ser tratada como funcionária e ter seus direitos estabelecidos. Assim ela foi capaz de criar seus três filhos com muito esmero.

Ela fala que hoje, se tivesse a oportunidade, voltaria a trabalhar com outras coisas, em outras áreas, pois tem muita curiosidade em exercer outras funções, como promotora de eventos ou vendedora de roupas.

Mirtes, tem 64 anos de idade. Quando criança vivia com os pais e irmãos no interior do Amazonas. Ela tinha o desejo de vir para a cidade de Manaus para conseguir finalizar seus estudos. Uma prima estava na cidade, trabalhando em uma casa de família e disse para ela que conseguiria arrumar uma casa de família onde ela pudesse ficar também. Então, aos 13 anos, por intermédio de sua prima, veio para a cidade e se estabeleceu em uma casa de família.

Ela tinha sido avisada por seu pai que deveria obedecer e que aqui ela seria como uma filha para essa família, portanto deveria respeitar a eles como respeitava seu próprio pai.

Chegando na casa dessa família ela não conseguiu seguir com os planos da maneira que planejava. Lá ela precisou realizar rotinas de serviços domésticos muito pesadas, acordava cedo e ia dormir muito tarde realizando atividades, então não conseguia se dedicar aos estudos e nem arranjar outro trabalho, pois para viver na residência precisava realizar as atividades. Um ano depois seu irmão chegou na cidade e ao entrar em contato com ele, ela solicitou voltar para a casa do pai, porque ali não estava dando certo.

Mas não passou muito tempo no interior, queria tentar mais uma vez a vida na cidade. Então pouco tempo depois, cerca de um ano, retornou para Manaus. Dessa vez para trabalhar, e não mais para ser “como filha”. Assim ela passou por algumas residências, em algumas ela morou e em outras apenas ia diariamente e retornava para casa ao anoitecer, nessas ocasiões ela residia na casa de seu irmão mais velho.

Até que aos 18 anos começou a namorar, e pouco tempo depois casou-se. Foi então que passou a morar em sua própria casa, com seu marido. Apenas depois de casada, ela pode se concentrar em seus estudos e conclui-los. Começou a fazer cursos de corte e costura. Como disse, foi só aí que ela pode viver a própria vida.

Ela continuou trabalhando como diarista em algumas ocasiões, mas após construírem sua casa juntos ela apenas focou na maternidade. Teve três filhos, e algum tempo depois de seu divórcio, conseguiu emprego como costureira pra uma empresa do ramo de roupas. Lá ela pode experimentar trabalhar de modo mais livre, pois, segundo ela, ela tinha as metas para cumprir, mas tinha horários e funções bem definidas, tinha todos os seus benefícios de trabalhadora garantidos pela CLT e, pela

primeira vez, um espaço de trabalho só seu. Uma sala onde tinha a liberdade de organizar seu dia e seu trabalho.

Hoje, ela está aposentada como costureira. Possui na sua casa um ateliê, onde, podemos encontra-la dedicada em virar uma bainha ou arrumar alguma peça de roupa.

5.2 As experiências e os lugares

Todas as entrevistadas tiveram uma relação muito importante com a casa: em determinados momentos a casa era símbolo de refúgio e liberdade, e em outros momentos símbolo de opressão.

Laura, enquanto morava com a avó, sentia pertencer àquele espaço, então ali se sentia segura. Mas na casa de Rosa vivia com medo, portanto agia sempre com cautela. Não reconhecia lá, na casa onde cresceu, um lugar seguro, nem na casa de sua irmã, pois estes lugares trazem à tona memórias de agressões, exclusões e desigualdades que sofreu. Ela identifica aquela como a sua casa, afinal passou a maior parte da vida nela, mas só conheceu um lugar seguro (onde sabe que pode conversar, relaxar e socializar) no trabalho, onde a partir das experiências com seus colegas de trabalho se sentiu aceita e segura, é naquele espaço que ela sente pertencer. Portanto as experiências que Laura viveu contribuíram para a formação da casa ideal: Um lugar onde não dependa de Rosa ou Rubens, e que possa se sentir segura.

Fernanda, desde criança convive em espaços onde não pode exercer sua identidade e autonomia. Na casa dos padrinhos, na casa da mãe, na casa da namorada e até mesmo em sua república, onde finalmente tem um espaço seu, ela não consegue sentir que seja realmente seu espaço. Isto porque desde criança era reforçado para ela, por meio dos espaços e atitudes das pessoas ao seu redor, que os lugares que habitava não lhe pertenciam, portanto não podia exercer a infância que queria ou suas vontades em geral, pois os verdadeiros donos poderiam se incomodar. As casas para ela significaram, ao longo de sua vida, um espaço a conquistar através de seus esforços, para então poder fazer livremente o que quiser.

Sabrina e Neila, tiveram casas agradáveis na infância, de onde guardam boas lembranças. Na vida adulta, quando saíram da casa dos pais, ambas foram morar em suas próprias casas, não foi preciso morar de favor em outras residências. Ambas também têm em comum o fato de não terem precisado trabalhar até que os pais de seus filhos se fizessem ausentes. Então a casa, para as duas, por muito tempo não representou uma imagem de experiências negativas. Era o espaço da convivência familiar, do cuidado com os filhos e abrigo. Apesar dos momentos difíceis que passaram nesses lugares, a casa representava o espaço que era seu e onde poderiam exercer sua autonomia e identidade sem inibições. Mas a partir da necessidade de sustentar a casa, após as respectivas separações, elas passaram a ver na casa, também, o *locus* de subordinação. As atividades como empregadas mostraram a ela a outra face das casas: a subordinação e as desigualdades. A partir disso a casa passa a ter uma diferenciação “a casa dos outros” e “a minha casa”, onde a casa dos outros representa o lugar de limitações, de imposição de desigualdades e de discriminações. E a casa própria representa o lugar de liberdade, onde podem ser donas de seu tempo e exercer suas vontades.

Mirtes também teve uma boa infância, então a casa de sua infância traz a memórias ótimas imagens, foi a partir de sua adolescência, quando passou a viver na casa de outras pessoas em Manaus, a trabalho, foi que passou a experienciar as desigualdades e diferenças dentro do espaço residencial. A casa passou a significar o lugar que não lhe pertencia, onde não poderia exercer suas próprias atividades ou lazeres, era agora o lugar de trabalho e desenvolvimento pessoal dos outros, nunca o seu próprio. Quando passou a ser dona de casa, após o casamento, a casa já era sua, pode então descansar e ter a segurança de um lugar para voltar, sabendo que agora as atividades que fazia era para seu próprio desenvolvimento e para os de seus filhos.

5.3 O lar

As conversas que tive com as participantes começavam com a seguinte pergunta: como foi sua infância? E a partir disso todas as participantes trouxeram à tona momentos particulares. Provavelmente a primeira lembrança de infância ou a mais marcante. Laura, começou falando sobre a perda de sua mãe e a mudança para

a casa de Rosa. Fernanda, falou sobre como sua mãe precisava estar sempre trabalhando. Sabrina, falou sobre ser uma criança solitária, em uma casa com onze irmãos. Neila e Mirtes, lembraram de como era bom viver com os dois pais presentes e ter liberdade para viver brincando no mato, liberdade que apenas o interior proporcionava.

Após nossas conversas eu finalmente chegava à questão principal: o que é o lar? E as respostas que recebi possuem certas semelhanças, muitas prezam pelos sentimentos e relações sociais no espaço para formular o que seria o lar. Mas ainda assim, o que levou cada uma a prezar por certas características foram experiências diferentes.

Laura: Eu já pesquisei isso uma vez, na internet dizia que um lar é um lugar que te acolhe. Eu não tive esse acolhimento. Por todos os lugares que eu passei... Eu posso chorar? ... Eu encontrei um lar aqui no tênis. Aqui tem a Vitória, que é recepcionista. Ela tem um filho, e já recebeu crianças em casa, como um lar temporário para os abrigos. Ela me acolheu. E minha chefe ela fala assim: temos que ser um lar acolhedor. E tinha vezes que eu chegava com uma cabeça, que não tava boa, e ela me abraçava e dizia que tava tudo bem. Isso que é lar, é quando tu se sente acolhido, quando tu pode chegar e descansar, conversar, rir e relaxar. Isso que pra mim é lar. Lá na Rosa eu tive que criar meu lar sozinha, não foi com eles, foi na minha cama, eu e eu mesma. A noite quando eu tenho que chorar, eu choro sozinha. Eu tô passando por dificuldades, mas não posso contar com eles. Eu sei que hoje eu posso conversar com eles, mas ainda tenho receio. É claro que aqui é um trabalho, eu trabalho e eles pagam, mas eu tenho isso aqui, com eles. [...] O tênis é pra onde eu fujo de tudo, quando eu entro na quadra eu só penso no jogo e esqueço o mundo externo. Eu tive que aprender isso pra poder ensinar para as crianças também.

Fernanda: é muito complicado, sabe? Não sei se é porque eu já morei em vários lugares. Como já te falei eu morei com meus padrinhos, com a minha mãe, com um namorado e depois outra namorada, e já morei no Rio também. Mas é como se eu não pertencesse a lugar nenhum, eu tenho essa sensação de que não pertença e que nenhum lugar é o meu lar de verdade. Eu ainda não consegui alcançar isso ainda, porque a casa da minha mãe é da minha mãe. A casa de outras pessoas é a casa de outras pessoas. Eu não cheguei nessa parte ainda. [...] Eu entendo que o lar é onde sua família e suas pessoas queridas estão, mas na minha visão não é só isso, não é suficiente isso. Por mais que minha mãe me ame muito, por mais que tenha eu, ela e minha irmã, uma família, eu ainda não consegui me sentir pertencente.

Sabrina: lar? É eu poder chegar em casa e ficar de calcinha, ficar à vontade. Deitar e não ter ninguém pra ficar me perturbando. Pagar minha conta de

água e luz, ficar sem me preocupar com nada. Se eu quiser limpar eu limpo, se eu não quiser não limpo, se eu quiser comida eu faço quando tiver com fome. O meu lar é o meu aconchego, pode ser do jeitinho que tá aqui, mas quando eu chego eu me esparramo no sofá com a cabeça tranquila, sabendo que não vai chover e nem pegar sol. Fico tranquila, ainda mais sabendo que eu consegui criar quatro filhos.

Neila: O lar pra mim é a paz. O meu lar, quando eu chego nele é a paz que eu tenho, com os meus filhos. Esse é o lar que eu tenho: paz com meus filhos na minha casa. Na casa dos outros eu não consigo sentir isso. Porque eu sou um pouco rígida comigo mesma, e eu não gosto de ser chamada atenção por nada. Então na casa dos outros eu fico com ansiedade. O que eu encontro paz é aqui dentro da minha casa, com meus filhos.

Mirtes: Meu lar é a minha vida, uma realização de uma pessoa que trabalhou muito e teve essa conquista, uma conquista de poder dizer “meus filhos, minha casa”, [...] Meu lar é isso aqui, minha família, meus netos. É a minha felicidade, que aos trocos e barrancos construímos. Não quero outra vida. Tudo valeu a pena, as vezes tem seus altos e baixos, mas valeu a pena. [...] Pra mim o meu lar é esse, porque eu vou e volto pra ele. Às vezes eu olho pra minhas coisas e penso “eu conquistei tudo isso”.

Por mais que os significados tenham suas similaridades, o que ficou claro é que o lar, para as participantes, é uma intersecção entre as experiências sociais que viveram no âmbito residencial (isto inclui suas relações afetivas, exercícios de desigualdades, e as relações hierárquicas), suas construções da realidade (o modo de entender o mundo), e seus desejos de mudanças (sair de uma situação opressora, garantir o conforto de seus familiares ou até alcançar o que idealiza como lar). A partir das suas histórias e respostas podemos interpretar que o lar seja uma construção particular.

Veja bem, não digo “construção particular” como um resultado estéreo das influências da cultura e da socialização. É justamente o processo de aculturação e a socialização cotidiana que causam influências diretas e ativas na formação da identidade. Mas ao ser exposto à diferentes formas de representações e significações o indivíduo escolhe pela qual seguir, e estas escolhas geram diferentes experiências entre as pessoas de um mesmo grupo. Então o significado de lar, é uma construção particular por partir de escolhas individuais para definir como interpretar o mundo, ou seja, para dizer o que é relevante e o que não é. A partir disso, as relações sociais e experiências vividas são carregadas de significados, e experiência por experiência

(grãozinho por grãozinho) o significado de lar vai se formando e se modificando. Pois assim como a vida não é estática, o significado de lar também não é.

Por estar inserido dentro de um mundo social, que é culturalmente construído, o significado de lar pode ter sido moldado por questões que são comuns e compartilhados com outros indivíduos (como pertencimento, território íntimo e família), mas ainda assim são somas diferentes, afinal é da soma de todas as vivências que resulta um sujeito.

5.4 Últimas palavras

Vale salientar que este estudo partiu da perspectiva das experiências de trabalho, subordinação e afetividades dentro do espaço residencial, analisando como estas podem exercer influências sobre os significados de lar. As participantes ou são empregadas domésticas, ou exercitam o trabalho doméstico como escambo, ou vivenciaram, por meio de parentes, o trabalho doméstico remunerado. E a escolha por estas mulheres se deu pelas suas proximidades com mais de um espaço residencial. As participantes mostraram em geral duas perspectivas de lar: (a) o lar que ainda não foi alcançado e (b) o lar que já foi alcançado, por vezes os dois se interseccionavam, estando ambos presentes em uma mesma narrativa. Além disso fica evidente que o lar não necessariamente é uma casa ou espaço que lhe pertença, mas antes um lugar onde possa existir segurança e realizações de sonhos.

Nota-se que conceitos como cidadania, identidade, desigualdades e hierarquias exercem grande forças nas significações de mundo de um sujeito, uma vez que “a cidadania representa a forma de participação dos sujeitos pertencentes a um coletivo, [e] esta varia de acordo com a organização política que se tem” (Carmo, 2023, p. 112). Na falta de acessos à direitos básicos (como educação, moradia e segurança), um indivíduo acaba por significar o seu mundo por estas faltas e os desejos (mesmo os inconscientes) de alcanças estes acessos.

Historicamente, mulheres negras, neste país, sofrem da desigualdade de acesso a tais direitos, sendo explícito no papel da empregada doméstica, uma figura que tem suas origens, no Brasil, na escravidão de pessoas negras, e posteriormente, suas gerações ainda carregam essas desigualdades. O lar significa, para estas

participantes, uma possibilidade de acesso à melhores condições de vida, assim como uma segurança e contraponto aos tratamentos recebidos nas casas alheias (seus locais de trabalho).

Assim este estudo propõe muitas possibilidades de abordagens e ampliação do debate sobre as forças que atuam para os significados de lar por exemplo, debater como o fluxo de crianças entre espaços, atua para sua definição de lar; ou como os a simbolização do mundo perpassa pela simbolização dos espaços; e ainda como a presença da empregada influência na apropriação do espaço por parte dos patrões.

6 REFERÊNCIAS

- ALADRÉN, Gabriel. O negro na História do Brasil I. In: OLIVEIRA, Iolanda & PESSANHA, M. **Educação e Relações Raciais**. Rio de Janeiro/Niterói: CEAD/UFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2016, pp. 97-112.
- ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: BRAGA, C.; MORELLI, G.; LAGES, V. N. **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Dumará, 2004, pp. 25-69.
- ANDRADE, D. E. C. V.; TEODORO, M. C. M. A colonialidade do poder na perspectiva da interseccionalidade de raça e gênero: análise do caso das empregadas domésticas no Brasil. **Genero, Raça e Direito: articulações empíricas e epistemológicas**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 10, n. 2, ago. 2020, pp. 565-585.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9ª ed. Capinas, SP: Papirus, 2012.
- AZEVEDO, C. M. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites, século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BRETON, David L. **Antropologia das emoções**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- BRISTES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. Tese (Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- CARMO, Carla Silva. **Educação e formação de cidadania**: reflexões sobre as políticas públicas educacionais e o discurso neoliberal. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2023.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô; TUBENTO, Medilanda Eliseu Amós. Matriacardo Africano: uma análise nos escritos dos feminismos. **Tensões Mundiais Mulheres e Nação**. Revista so Observatório das Nacionalidades, UECE, v. 17, n. 33, jan/abr, 2021, pp. 305-328.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CRISTO, Suellen do Socorro de Lima; FERREIRA, Debóra Cristina do Nascimento. **De criança à cria: infância e trabalho em casas de família na Amazônia paraense**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

IBGE. EM 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$12,4). **Agencia de Noticias IBGE**, Caio Belandi. 06 de dez de 2023. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4>>. Acesso em: 15 de dez de 2023.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2021.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Odair; CARVALHO, Mônica Gurjão; SANTOS, Winnie Nascimento. (2020). **Quase da família, perspectivas interseccionais do emprego doméstico**. Revista Psicologia Política, vol. 20, n.48, maio/ago, 2020, pp. 355-369.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultra brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 237-256.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPEA. Comunicados do IPEA. **Situação atual das trabalhadoras domésticas no Brasil**. n. 90, 5 de maio, 2011.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006.

KOCIATKIEWICZ, Jerzy; KOSTERA, Monika. **The anthropology of empty spaces**. Revista Qualitative Sociology, vol. 22, n. 1, pp. 37-50.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregada doméstica**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Presença 198.

MARTÍNEZ, Adriana Zapata. El hogar en contextos transnacionales: una reflexión desde la migración de madre/padres colombianos a Santiago de Chile. **Migraciones transnacionales y recursos creativos en tiempos de crisis: construyendo futuros posibles**, n. 43, abril, 2021, pp. 75-96. Disponível em <<https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/antipoda/article/view/2144> >. Acesso em 13 de março de 2023.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

MÉNDEZ, Natália Pietra. **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo**. Mulher e Trabalho, vol. 5, parte 2, 2005, pp. 51-63. Disponível em <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/mulheretrabalho/issue/view/177/showToc> >. Acesso em 13 de out de 2023.

MESQUITA, Afonso Mesquita; BATISTA, Jéssica Bispo; SILVA, Márcio Magalhães. O desenvolvimento de emoções e sentimentos e a formação de valores. **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento humano**. Obutchénie: Revista de didática e psicologia pedagógica, v.3, n. 3, set/dez, 2019, pp. 1-25.

MINISTÉRIO, do Trabalho. **Proteção dos Trabalhadores Migrantes e Refugiados no Contexto da Covid-19**. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/proteja>>. Acesso em 05 de janeiro de 2024.

MOTTA-MAUÉS, M. A.; IGREJA, Daniele G. L. ; DANTAS, L. M. S. **De Casa em Casa, de Rua em Rua... Na cidade: "circulação de crianças", hierarquias e espaços sociais em belém**. In: Antropolítica (UFF), v. 26, p. 63-82, 2008.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 259-263.

PEIXOTO, Rodrigo; FIGUEIREDO, Kércia. Colonialidade do poder: conceito e situações e decolonialidade no contexto atual. In: CASTRO, Edna; PINTO, Renan Freitas. **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA/UFGPA, 2018, pp. 127-158.

PEREIRA, Bergman de Paula. **De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição**. XXVI Simpósio nacional de História. ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo, julho, 2011.

PRETA-RARA. **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

QUE horas ela volta? Direção de Anna Muylaert. São Paulo: Globo Filmes, 2015. Midia digital.

RISÉRIO, Antonio. **A casa no Brasil**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

SANTOS, José A. Figueiredo. **Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 1, pp. 21-65, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/wKJdfV3gyWMPP4qVmPTdSQh/?lang=pt>>. Acesso em 01 de out de 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. pp. 73-102.

SILVEIRA, Lélian P. de Oliveira; BAPTISTA, Maria M. R. Teixeira. Estudos Culturais, pós-colonialismo e a (des)construção do outro: a orientalização do novo mundo - o caso do Brasil. **Práticas e processos socioculturais na Amazônia**. Fênix - Revista de História e Estudos Culturais, vol. 17, n. 1, jan/jun 2020, pp 354-375.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. n: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. pp. 7-72.

APÊNDICE A – TCLE



Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da pesquisa: Espaço e identidade: a construção do lar para as trabalhadoras domésticas

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa de dissertação “**Espaço e identidade: a construção do lar para as trabalhadoras domésticas**”. As informações aqui presentes estão sendo fornecidas para seu esclarecimento e livre consentimento como participante voluntário/a neste estudo, que tem o objetivo de compreender como as situações sociais vividas no cotidiano de uma profissional doméstica influenciam em sua concepção de “lar”; buscar o histórico das trabalhadoras domésticas no Brasil e em específico no Amazonas; entender como as relações sociais ocorrem no espaço de trabalho para tais profissionais; analisar o impacto das vivências sociais de trabalho para as vidas pessoais de tais profissionais.

Você será entrevistado de forma individual ou grupal, com roteiro de perguntas pré-estabelecido. O local das entrevistas será previamente estabelecido entre pesquisadora e pesquisado, de preferência em um lugar familiar para o pesquisado.

Antes e durante a pesquisa você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. A principal pesquisadora é a Queren Silva Lima, que pode ser encontrada na Rua Aveiro, N° 105, quadra 168, CEP: 69097-284 – Nova cidade, Manaus-AM, Fone: (92) 9 9996-9863.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), este é o colegiado responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos e, defensor dos interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP da UEA pode ser contatado no endereço: Av. Djalma Batista, n° 3578, Flores, CEP: 69050-010, Manaus - AM – fone: +55 (92) 90000-0000 – E-mail: ep@uea.edu.br, no horário das 8:00 às 17:00 de segunda à sexta.

O (A) Sr.(a) não é obrigado(a) a participar da pesquisa, desta forma é garantida a liberdade de retirada ou recusa de consentimento, interromper ou a qualquer momento deixar de participar do estudo. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Caso decida retirar seu consentimento, o (a) Sr.(a) não mais será contatado(a) pelos pesquisadores.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com o orientador de pesquisa, Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá Valle, docente no curso de Pedagogia na Escola Normal Superior - ENS, na UEA.

A você será assegurado o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando os resultados forem conhecidos. Há o compromisso do pesquisador de utilizar os dados e o material coletado somente para esta pesquisa.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Assim, são considerados aqui quaisquer danos materiais ou imateriais que possam afetar as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos(as) participantes. Alguns dos riscos ou



Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



danos possíveis é o desconforto, medo, vergonha, estresse, quebra de sigilo ou anonimato, e cansaço. Assim, para que tais riscos sejam minimizados a pesquisadora e o orientador de pesquisa reforçam seu compromisso em manter sigilo em relação as suas respostas, também em fornecer explicações necessárias para responder as questões, o compromisso com o zelo e sigilo dos dados fornecidos e de sua identidade como participante, garantia de acesso a um ambiente que forneça privacidade durante as entrevistas, além de uma abordagem humanizada, optando-se pela escuta atenta e pelo acolhimento do participante, e a obtenção de informações apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa. Desta forma é garantido a você o direito de assistência integral gratuita em casos de danos advindos da participação na pesquisa, pelo tempo que for necessário.

Você também receberá o termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa, na qualidade de participante/entrevistado (a) no projeto de pesquisa, o qual autoriza a utilização das suas falas, imagem e som de voz no contexto de análise e divulgação de resultados científicos por parte da pesquisadora.

*Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li, descrevendo o estudo **Espaço e identidade: a construção do lar para as trabalhadoras domésticas**. Estou ciente dos propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo pessoal.*

Este documento foi redigido em conformidade com a Resolução CNS 466/2012.

Este documento foi elaborado em duas vias, ficando uma com a equipe de pesquisa e a outra com o(a) participante.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante
ou impressão digital

Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá Valle
Orientador da pesquisa

Queren Silva Lima
Pesquisadora Responsável

*Para maiores esclarecimentos, é possível contatar a pesquisadora por meio do telefone +55 (92) 99996-9863 ou pelo e-mail querensilva13@gmail.com.

APÊNDICE B – UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E SOM DE VOZ



Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz para fins de pesquisa

Eu, _____, autorizo a utilização das minhas falas, minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado (a) no projeto de pesquisa intitulado **“Espaço e identidade: a construção do lar para as trabalhadoras domésticas”**, conduzido pela pesquisadora Queren Silva Lima*, bolsista CNPq/FAPEAM, mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá Valle.

Declaro que recebi da pesquisadora os esclarecimentos necessários antes da entrevista e estou consciente do propósito da pesquisa. O referido projeto de pesquisa tem como objetivo principal compreender como as situações sociais vividas no cotidiano de uma profissional doméstica influenciam em sua concepção de “lar”.

Fui informado (a) que os dados provenientes de minha participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, registros audiovisuais, fotográficos e gravação de voz, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa. Autorizo a utilização da minha imagem e som de voz apenas no contexto da análise e divulgação de resultados científicos por parte da pesquisadora, tais como: apresentações em conferências profissionais e/ou acadêmicas, artigos científicos, capítulos de livros, relatórios de pesquisa, documentários audiovisuais e outros materiais relativos à pesquisa.

Minha participação na pesquisa não implica em nenhum risco, é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Estou livre para recusar a participar, retirar meu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Este documento foi elaborado em duas vias, ficando uma com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

Assinatura do (a) participante

Queren Silva Lima

_____, ____ de _____ de _____

*Para maiores esclarecimentos, é possível contatar a pesquisadora responsável por meio do telefone +55 (92) 9 9996-9863 ou pelo e-mail querensilva13@gmail.com

ANEXO A – TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

TRABALHO DOMÉSTICO

Dados do 4º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, revelam que o Brasil contava com **5,8 milhões** de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, equivalente a **5,9% da força de trabalho**, das quais **91,4% eram mulheres**

OCUPAÇÃO



POSIÇÃO NO DOMICÍLIO



SITUAÇÃO DE POBREZA



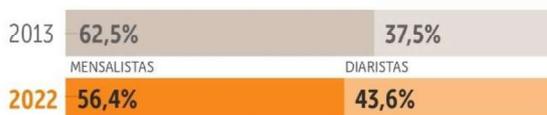
FAIXA ETÁRIA



DIREITOS E PROTEÇÃO SOCIAL



FORMAS DE INSERÇÃO



ESCOLARIDADE



RENDIMENTO MÉDIO E HORAS TRABALHADAS



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - 4º trimestre de 2013 e de 2022
Elaboração: DIEESE. Ots.: Negras = Pretas + Pardas; Não-Negras = Brancas + Amarelas + Indígenas

www.dieese.org.br

DIEESE